

Dissertação de mestrado em Ecologia Humana e Problemas Sociais
Contemporâneos

OS OLHARES DA IMPRENSA PORTUGUESA SOBRE O ATIVISMO CLIMÁTICO

O CASO DO JORNAL *PÚBLICO*

Versão corrigida e melhorada após defesa pública

Cláudia Maria Dias Gonçalves de Almeida

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos, realizada sob a orientação científica de Prof. Dra. Ana Paula Gil.

Agradecimentos

Quero deixar o meu profundo agradecimento a todos os que contribuíram de alguma forma a que esta dissertação se realizasse.

Em primeiro lugar, um agradecimento muito especial à professora Ana Paula Gil por toda a orientação e dedicação (e exigência), sem a qual esta pesquisa não teria sido possível. Não conseguiria imaginar uma melhor orientação mesmo que tentasse.

Um agradecimento adicional a todos os professores e colegas de Ecologia Humana, em especial à professora Iva Pires, pela inspiração e por me abrirem caminhos que nunca tinha considerado.

Agradeço ainda à professora Ana Delicado pelo tempo disponibilizado na fase inicial da investigação, que tanto contribuiu para a definição do rumo da pesquisa.

Um obrigada muito especial a todos aqueles que de alguma forma participam no movimento pela justiça climática, pela fonte de esperança que representam com o seu incansável trabalho e recusa em baixar os braços. Um obrigada adicional aos ativistas do Climáximo que disponibilizaram o seu tempo para a realização das entrevistas.

Por último, mas não menos importante, um obrigada muito sentido a todos os que na minha vida privada acompanharam o processo e deram apoio incondicional nas suas várias fases, em especial:

- À minha mãe, pela confiança inabalável que sempre demonstrou em mim e no meu trabalho e pelos “empurrões” nos momentos de menor motivação.
- Ao Henrique pelos entusiásticos incentivos e apoio moral em todas as fases.
- À Mariana pelo interesse genuíno que sempre demonstrou no meu trabalho.

A todos, um muito obrigada!

Resumo

A crise climática incorpora desafios sociais, ambientais e políticos inescapáveis que, continuando as atuais tendências de emissão de gases com efeito de estufa, impulsionam as sociedades atuais rumo ao colapso. O movimento social pelo clima, que incorpora e unifica o ativismo climático, procura responder a este desafio ao pressionar governos e organizações internacionais a tomar medidas decisivas de mitigação e adaptação às alterações climáticas. Esta pesquisa procura compreender, através do estudo de imprensa, de que forma estes ativistas têm sido representados para um público geral e de que forma são contextualizadas as suas ações. Para isso, foram analisados artigos publicados no jornal *Público Online* segundo indicadores identificados em outros estudos sobre ativismo e meios de comunicação, nomeadamente a presença do paradigma do protesto. Foram recolhidos 175 artigos, que foram analisados recorrendo à análise de conteúdo. A análise de dados revelou um paradigma distinto do que foi identificado em estudos internacionais, nomeadamente no respeito ao tipo de representações sociais dominantes e à presença do paradigma do protesto. O jornal em análise revelou um enquadramento do ativismo climático preferencial, no qual o ativista tem frequentemente oportunidade de auto-representação e as ações são contextualizadas segundo a sua motivação. A análise revela ainda que o paradigma do protesto não é prevalente no jornal analisado e que as representações sociais dominantes do ativista são maioritariamente favoráveis.

Palavras-chave: Movimento social pelo clima; alterações climáticas; crise climática; ativismo climático; imprensa portuguesa; paradigma do protesto

Abstract

The climate crisis embodies inescapable social, environmental and political challenges that, if current trends in greenhouse gas emissions are to continue, current societies will be driven towards collapse. The climate movement, which embodies and unifies climate activism, seeks to respond to this challenge by putting pressure on governments and international organizations to take decisive action on climate change mitigation and adaptation. This research seeks to understand, through a press analysis, how these activists have been conveyed to a general public and how their actions are contextualized. For this purpose, articles published in *Público Online* newspaper were analysed according to indicators identified in previous studies on activism and media, namely the existence of the protest paradigm. 175 articles were gathered, which were analysed using content analysis. The data analysis revealed a different paradigm from what has been identified in international studies, namely in terms of the type of social representations that are prevalent and the presence of the protest paradigm. The newspaper under analysis revealed a preferred framing of climate activism, in which the activist often has the opportunity for self-representation and the actions are contextualized according to their motivation. The analysis also reveals that the protest paradigm is not prevalent in the newspaper and that the majority of the activists' social representations are favourable.

Keywords: Climate social movement; climate change; climate crisis; climate activism; Portuguese press; protest paradigm

Siglas e Acrónimos Utilizados

CAC: Comissão para as Alterações Climáticas

CCV: Compromisso para o Crescimento Verde

CEE: Comunidade Económica Europeia

CELE: Comércio Europeu de Licenças de Emissão

CFC: Clorofluorcarbonetos

CH₄: Metano

CJN: Climate Justice Now

CO₂: Dióxido de carbono

CO₂^{-eq}: Equivalência em dióxido de carbono (*carbon dioxide equivalent*)

COP: Conferência das Partes

EUA: Estados Unidos da América

FPC: Fundo Português do Carbono

GEE: Gases com efeito de estufa

IPCC: Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (*Intergovernmental Panel on Climate Change*)

MALP: Movimento Algarve Livre de Petróleo

N₂O: Óxido nitroso

NIPCC: Painel Internacional Não-governamental sobre Alterações Climáticas (*Nongovernmental International Panel on Climate Change*)

ONG: Organização não governamental

ONGA: Organização não governamental de ambiente

ONU: Organização das Nações Unidas

PALP: Plataforma Algarve Livre de Petróleo

PETA: People for the Ethical Treatment of Animals

PNAC: Programa Nacional para as Alterações Climáticas

PNUMA: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

Ppm: Partes por milhão

QEPiC: Quadro Estratégico para a Política Climática

RNBC: Roteiro Nacional de Baixo Carbono

SMO: Organização de movimento social (*social movement organization*)

SNIERPA: Sistema Nacional de Inventário de Emissões Antropogénicas por Fontes e Remoção por Sumidouros de Poluentes Atmosféricos

SPeM: Sistema Nacional para Políticas e Medidas

TIC: Tecnologias da informação e comunicação

UE: União Europeia

WWF: Worldwide Fund for Nature

XR: Extinction Rebellion

Índice de Conteúdos

1. Introdução	1
2. Objetivos	3
3. Enquadramento teórico	5
3.1. Alterações Climáticas: o desafio do século XXI e o surgimento do movimento de justiça climática.	6
3.1.1. A História da ciência climática	6
3.1.2. Do Relatório de Brundtland ao Acordo de Paris – Uma breve história das alterações climáticas nas políticas públicas internacionais	10
3.1.3. O contexto nacional	17
3.1.4. Que soluções? – da alteração da composição química das nuvens, à <i>Verdade Inconveniente</i> à formação do movimento pelo clima	21
3.1.5. Breve história do movimento pela justiça climática	29
3.2. Ativismo e Movimento Social: confluências, divergências e interações mútuas.	33
3.2.1. O movimento social: definição e delimitação	33
3.2.2. O ativismo enquanto ferramenta do movimento social	36
3.2.3. O ativismo digital: emergência de um novo paradigma de ativismo?	37
3.3. Os Movimentos Sociais e a Comunicação Social	41
3.3.1. Os movimentos sociais e a comunicação social: uma relação desigual?	42
3.3.2. As normas jornalísticas: a personalização, a dramatização, a novidade e o princípio do equilíbrio	44
3.3.3. A adaptação do discurso de ativistas em função da comunicação social: dilemas e concessões	47
3.4. A Imprensa e o movimento pelo clima: representação da problemática, representações sociais e o paradigma do protesto	49
3.4.1. Será este mediacentrismo excessivo? – A imprensa enquanto veiculadora de representações sociais	49
3.4.2. Que representações? – A cobertura mediática e o paradigma do protesto	52

3.4.3. As alterações climáticas na comunicação social: a representação da problemática e o efeito no público	55
3.4.4. O que constitui uma comunicação eficaz?	56
4. Modelo de análise	59
5. Metodologia	64
5.1. O estudo de caso	65
5.2. Seleção da escala temporal, escolha do jornal e recolha de dados para análise	66
5.3. Análise de conteúdo	67
6. Análise de dados	72
6.1. A amostra: aspetos formais	72
6.2. A evolução da cobertura ao longo dos anos	75
6.2.1. A evolução da cobertura ao longo dos anos: análise temática	76
6.3. As representações do ativista	82
6.3.1. Perfis de representação do ativista	84
6.4. Outras representações, descrições e comentários sobre o ativismo climático	87
6.4.1. Ativismo (autoproclamado) como eficaz	87
6.4.2. Greve estudantil: jovens na vanguarda do movimento	88
6.4.3. Extinction Rebellion: Ineditismo, desobediência cívica pacífica e imprevisibilidade	89
6.5. O “Eu” jornalístico perante o ativista	91
6.6. O paradigma do protesto	93
6.6.1. A auto-representação	94
6.6.2. Ativismo enquanto perturbação: a violência, o confronto com a polícia, a perturbação da vida quotidiana e a utilização de linguagem noticiosa do crime	97
6.6.3. Recurso a declarações de figuras de autoridade: as representações mais negativas chegam-nos em discurso direto	101
6.6.4. O foco nas manifestações visíveis do protesto e a explicitação dos objetivos	105
6.7. A cobertura mediática, na perspetiva dos ativistas	109

7. Conclusões e discussão	113
8. Referências Bibliográficas	121

Índice de quadros-síntese

Quadro-síntese 1: Principais mecanismos legais sobre alterações climáticas decorrentes de negociações internacionais	12
Quadro-síntese 2: Principais mecanismos legais sobre as alterações climáticas em Portugal	18
Quadro-síntese 3: Distribuição dos artigos jornalísticos consoante o país ao qual se referem	73
Quadro-síntese 4: Distribuição dos perfis de representação do ativista nos artigos jornalísticos recolhidos entre janeiro de 2015 e junho de 2019	84
Quadro-síntese 5: Principais vocábulos utilizados pertencentes à linguagem noticiosa do crime ou a vocabulário bélico	100
Quadro-síntese 6: Exemplos de declarações oficiais, incluídas no corpo de texto dos artigos	102

Índice de gráficos

Gráfico n.º 1: Número de artigos publicados no <i>Público Online</i> sobre ativismo climático desde janeiro de 2015 a junho de 2019	73
Gráfico n.º 2: Distribuição da amostra consoante o género jornalístico	73
Gráfico n.º 3: Distribuição da amostra consoante o número de páginas	74
Gráfico n.º 4: Distribuição da amostra consoante a apresentação, ou não, de imagem	74
Gráfico n.º 5: Distribuição dos artigos por tema central	77
Gráfico n.º 6: Distribuição dos artigos consoante o recurso à personalização	79
Gráfico n.º 7: Distribuição dos artigos com recurso à personalização ao longo dos anos	79
Gráfico n.º 8: Distribuição dos artigos consoante o tema central por ano	81
Gráfico n.º 9: Distribuição dos artigos segundo o tipo de ativismo em causa	82
Gráfico n.º 10: Distribuição dos artigos consoante a classificação de ativismo por ano	83
Gráfico n.º 11: Distribuição dos artigos consoante a presença ou ausência de citações de ativistas no corpo do texto	94
Gráfico n.º 12: Distribuição dos artigos consoante a presença ou ausência de citações de ativistas no título ou subtítulo	95
Gráfico n.º 13: Distribuição dos artigos consoante a autoria	96
Gráfico n.º 14: Número de artigos nos quais é mencionado violência, conflito com a polícia ou perturbação da vida pública da parte dos ativistas	98
Gráfico n.º 15: Número de artigos em que é utilizado vocabulário noticioso do crime ou léxico bélico na descrição dos ativistas e/ou do protesto	99
Gráfico n.º 16: Distribuição dos artigos consoante o recurso, ou não, a declarações de figuras de autoridade	101
Gráfico n.º 17: Classificação das declarações de figuras de autoridade mediante a prestação de apoio ou contestação aos ativistas	101
Gráfico n.º 18: Distribuição dos artigos consoante a explicitação, ou não, dos objetivos	106
Gráfico n.º 19: Distribuição dos artigos consoante a descrição de manifestações visíveis	108

do ativismo

Gráfico n.º 20: Evolução, desde janeiro de 2015 até junho de 2019, da ocorrência da descrição de manifestações visíveis do ativismo 108

1. Introdução

As alterações climáticas, na génese uma modificação da composição atmosférica, causada pelo aumento de emissões de gases com efeito de estufa (GEE), tornaram-se atualmente num problema social que vai transformar transversalmente as nossas sociedades. Consideradas a maior ameaça ambiental do século XXI, as alterações climáticas constituem um desafio ecológico e social à escala global que causará mudanças profundas no mundo como hoje o conhecemos. A ameaça das alterações climáticas está cada vez mais presente na sociedade contemporânea, prometendo trazer ao mundo o aumento da frequência de desastres naturais imprevisíveis, a diminuição da capacidade de produção alimentar, a submersão de territórios decorrente da subida do nível médio do mar, migrações forçadas sem precedentes e desordem social.

Apesar da urgência subjacente a esta crise, e do conhecimento científico alargado em relação às suas consequências desastrosas, as políticas nacionais e internacionais demonstram uma notória insuficiência de medidas de mitigação que previnam o agravamento do aquecimento e de medidas de adaptação que protejam as populações mais vulneráveis face às consequências que são já inevitáveis. Deste modo, sugere-se que a difusão de conhecimento científico não resulta necessariamente na tomada de atitude. Perante esta conjuntura, grupos de pressão com o foco nas alterações climáticas, ou o ativismo climático, surgem como resposta à insuficiência e inadequação da ação dos decisores políticos nacionais e internacionais perante o que muitos consideram (provavelmente certamente) o maior desafio global atual.

O ativismo climático tem assim um papel de contestação das medidas governamentais, incorporando as vozes dissonantes que denunciam a ineficácia das políticas climáticas das últimas décadas. Uma grande parte da ação destes grupos é dedicada à procura de cobertura mediática, de modo a divulgar os seus objetivos e premissas à população geral, a chamar a atenção para a problemática das alterações climáticas e a pressionar os decisores políticos a responder aos seus apelos. Importa, neste sentido, caracterizar a relação que se estabelece entre os ativistas portugueses e os órgãos de imprensa, ponderar se esta é uma relação frutífera face aos objetivos do ativismo e, sobretudo, retratar as representações sociais que são criadas pela imprensa.

Uma vez que a os meios de comunicação têm um poder incomensurável na moldagem da nossa perceção, exercendo um domínio intelectual difícil de igualar, o foco central da

pesquisa incidirá sobre a representação que é feita pela imprensa do ativismo climático, englobando desde formas de ação convencionais, como a marcha ou a manifestação de rua declarada, a formas de ação direta não convencionais. Visto que a representação mediática tem uma influência significativa na forma como a população geral percebe determinada problemática, acontecimento ou movimento social, igualmente terá particular influência na participação ou não dos cidadãos em formas de ativismo. Importa, pois, compreender quais as representações do ativismo climático que estão a ser veiculadas na opinião pública. Em síntese, a dissertação procurará responder à seguinte questão de partida: De que forma é o ativismo climático representado pela imprensa portuguesa?

Para isso, é apresentado em primeiro lugar o enquadramento teórico que foi realizado com vista a dois objetivos principais: contextualizar o surgimento do movimento social pelo clima e explorar as ligações que se estabelecem entre movimentos sociais e os meios de comunicação. A contextualização do surgimento do movimento social pelo clima começa por uma breve história da ciência climática, que dá conta da entrada da problemática na esfera científica e da sua afirmação enquanto problema contemporâneo de relevância. De seguida, é feita uma revisão histórica das políticas públicas sobre alterações climáticas, a qual enumera as respostas governamentais à evolução da ciência climática e à consolidação das alterações climáticas enquanto desafio inescapável. Estas evoluções do campo científico e político estão no cerne da mobilização crescente em torno da crise climática, que surge como resposta à crescente clareza científica e à insuficiência persistente da ação política. Por fim, uma breve história do movimento social pelo clima dá conta da evolução do ator social central da pesquisa e das principais características da sua atual configuração. Em segundo lugar, importa aprofundar as interações vitais que se estabelecem entre os movimentos sociais e os meios de comunicação, afirmando a procura de cobertura mediática enquanto um dos eixos principais da ação dos movimentos sociais e do ativismo.

Definidas as bases teóricas para a investigação, serão explicitadas as escolhas metodológicas adotadas com vista a caracterizar a cobertura do ativismo climático em Portugal. De seguida, apresentam-se os principais dados recolhidos, caracterizando a amostra e a evolução da cobertura ao longo da janela temporal escolhida e expondo os diferentes indicadores escolhidos individualmente bem como em interação. A análise de dados permite retirar importantes conclusões relativamente ao paradigma específico do jornal analisado face ao ativismo sobre o clima, tanto em termos de representações sociais como em termos temáticos.

2. Objetivos

Vivemos um período de importância fulcral no que toca à ação climática. As medidas tomadas hoje vão determinar que tipo de sociedade teremos no futuro e qual a dimensão dos impactos da crise climática. A eficácia das políticas públicas nacionais e internacionais serão indicativas da nossa capacidade enquanto Humanidade de minimizar os seus efeitos e de nos adaptarmos às suas consequências. Neste sentido, o movimento pelo clima é crucial, pois procura alertar os decisores políticos e a população geral para a urgência de ação climática eficaz. É esta posição central do movimento enquanto ator social determinante do futuro da ação climática que levou à sua escolha enquanto objeto de estudo.

O movimento pelo clima, que integra sobretudo núcleos informais de ativismo, mas também ONG e mesmo partidos políticos, propõe fazer frente a este desafio e exigir medidas ambiciosas. Como iremos ver ao longo da pesquisa bibliográfica, a procura de cobertura mediática é um objetivo intencional e rotineiro dos coletivos de ativistas, maioritariamente devido à função de enquadramento e legitimação que desempenham os canais noticiosos. Como veremos, a permeação em canais jornalísticos é um indicador que aponta para o sucesso de um movimento social e a comunicação social domina, em grande parte, as perceções generalizadas que permeiam o pensamento coletivo.

Assim, o objetivo central da pesquisa é a descrição e análise da cobertura de ações enquadradas no âmbito do ativismo climático por parte de um meio de comunicação tradicional. Para este caso específico, foi escolhido como objeto de estudo o jornal. Procura-se sobretudo compreender que representações estão subjacentes à cobertura mediática do ativismo climático para uma população geral, de modo a compreender que perceção está a ser veiculada acerca da sua pertinência, necessidade e legitimidade.

A análise foi orientada com o objetivo de responder à pergunta de partida – De que forma é o ativismo climático representado pela imprensa portuguesa? – e assim caracterizar as representações que são feitas dos atores sociais em questão. Para uma compreensão abrangente, considerou-se necessário responder aos seguintes objetivos específicos:

- Caracterizar a evolução cronológica da cobertura mediática sobre ativismo climático e relacionar com acontecimentos da contemporaneidade.
- Identificar os tipos de ações que resultam em maior cobertura por parte da imprensa.
- Verificar o recurso às normas jornalísticas colocadas em evidência no discurso noticioso.

- Identificar os perfis dominantes de representação do ativista, articulando com o tipo de ação desenvolvida pelo coletivo ativista.
- Avaliar a presença, ou não, do paradigma do protesto, a partir do caso do jornal *Público*.

Na análise, procura-se articular as subtemáticas abordadas, enquadradas na temática mais geral das alterações climáticas, o tipo de artigo noticioso, o tipo de ação realizada e a presença ou ausência de indicadores que apontem para o paradigma do protesto. Com esta análise conjunta, pretende-se chegar a uma descrição abrangente acerca do olhar da imprensa sobre o ativismo climático em Portugal, que possa ser comparada com estudos semelhantes nacionais bem como internacionais. Esta compreensão pode dar-nos indícios sobre as vitórias e as derrotas do movimento e a tão complexa relação entre movimento pelo clima e meios de comunicação.

3. Enquadramento teórico

O ativismo pelo clima é um fenómeno social recente, sobretudo porque a percepção generalizada das alterações climáticas enquanto ameaça global prevalente é igualmente relativamente recente. Embora numa primeira instância as alterações climáticas digam respeito a um fenómeno físico, a concentração de gases que absorvem calor na atmosfera, a crise climática assume-se hoje como uma questão sobretudo política e social. São precisamente as tensões que se originam nas esferas política e social que impulsionam a organização coletiva de ativistas em torno do clima. O ativismo climático surge assim como uma contrapartida às discussões oficiais nos países do Norte global que, como vamos aprofundar, têm assentado sobretudo em mecanismos de mercado notavelmente insuficientes. O primeiro ponto destina-se, deste modo, a uma contextualização desta resposta cívica à gravidade das consequências que nos é apresentada pela ciência climática e à insuficiência da resposta governamental.

De seguida, iremos dedicar-nos aos conceitos de ativismo e de movimento social, centrais para a definição do objeto de análise. Neste subcapítulo, serão evidenciados os pontos comuns e divergentes destes dois conceitos, delimitação essencial para a análise de dados. Será ainda descrita uma eventual emergência de um novo paradigma de ativismo, decorrente da crescente digitalização dos meios de comunicação, e avaliadas as possíveis consequências desta mudança estrutural na forma de organização dos movimentos cívicos.

Partindo do enquadramento sobre movimento social e ativismo, seguiremos para um dos eixos centrais da ação dos movimentos sociais. Como veremos, a procura de cobertura mediática é um dos eixos centrais de ação de movimentos cívicos. De facto, o campo mediático está imbuído de disputas pelos significados dominantes, sendo os meios de comunicação tradicionais importantes veiculadores de representações sociais. Assim, importa analisar de que forma a crise climática e o ativismo estão a ser representados nos meios de comunicação. Serão comparados estudos que procuram caracterizar esta representação em diversos países e deter-nos-emos no paradigma do protesto, paradigma de representação de ativistas que resulta na veiculação de representações sobretudo negativas.

O enquadramento teórico propõe, assim, um itinerário que comece na problemática que dará origem ao movimento social pelo clima e que termine na compreensão da importância da cobertura mediática para o ativismo. Após este enquadramento, estão estabelecidos os pilares sobre os quais assentará a pesquisa empírica e a análise de dados.

3.1. Alterações Climáticas: o desafio do século XXI e o surgimento do movimento de justiça climática.

As alterações climáticas constituem um desafio à escala mundial com implicações atuais e futuras que exige uma urgente ação concertada, global e sistémica. Devido a esta natureza global, transversal e subversiva, este tema esteve em discussão, de forma mais ou menos intensa, desde os anos 1960, quando a ciência começou a identificar com alguma confiança o dióxido de carbono como um gás com efeito de estufa. Com a generalização da discussão em torno do tema, o conhecimento científico sobre as alterações climáticas evoluiu e aprofundou-se, podendo progressivamente fazer afirmações com maior grau de certeza.

Perante cada vez maior certeza da ciência climática, a política internacional organizou conferências mundiais sobre o tema, que resultaram em ambiciosos acordos com, discutivelmente, reduzido valor prático. Começa assim a formar-se um movimento social, de contornos progressivamente mais definidos, que procura a sua identidade num contexto marcado pela urgência. As esferas científica, política e social vão evoluir e interagir paralelamente, mas não sempre de forma coesa, criando uma realidade com complexas sinergias que vamos de seguida aprofundar e contextualizar historicamente.

3.1.1. A História da ciência climática

A preocupação com as consequências das alterações climáticas esteve circunscrita, durante décadas, ao meio científico. Enquanto que a compreensão de que o clima terrestre é influenciado pelas quantidades atmosféricas de gases data já de mais de um século, uma investigação científica sistemática sobre a interação entre concentração atmosférica e temperatura teve apenas início nos anos 1960 e 1970 (Schmidt e Delicado, 2014; Le Treut *et al.*, 2007). O início da investigação focou-se no dióxido de carbono, enquanto gás com efeito de estufa que causava mais inquietação, e apenas nos anos 1970 foram identificados outros gases com efeito de estufa causadores de aquecimento — o metano (CH₄), o óxido nitroso (N₂O) e os clorofluorcarbonetos (CFC).

As primeiras medições de CO₂ atmosférico foram realizadas por Charles David Keeling em 1958, recolhendo dados que se tornaram pivotais na ciência climática como atestando o impacto da atividade humana na composição atmosférica. Medições atmosféricas

sistemáticas desde 1970 mostraram que, para além do CO₂, também as concentrações de metano (CH₄) e o óxido nitroso (N₂O) registaram um aumento, embora de forma menos pronunciada (Le Treut *et al.*, 2007). Também no que toca à monitorização da temperatura atmosférica, os métodos de medição e registo foram-se tornando progressivamente mais precisos e uniformizados, graças nomeadamente a instituições como a Organização Meteorológica Mundial ou o Sistema Mundial de Observação do Clima (Le Treut *et al.*, 2007).

Desde a sua génese, a ciência que estuda o clima procurou essencialmente responder à questão latente: Pode a ação humana alterar o clima? Devido à impossibilidade de realização de experiências empíricas que abranjam todo o sistema climático, foram criados modelos que permitem detetar a mudança no clima, avaliar se esta mudança é compatível com modelos antropogénicos e avaliar se esta mudança é compatível com modelos naturais (Le Treut *et al.*, 2007). Neste sentido, em 1990, Wigley e Raper demonstram que a variação observada na temperatura média global não pode ser explicada exclusivamente em termos de variabilidade natural, ao confrontarem os dados observados com modelos criados que simulam a variabilidade natural.

Não obstante, o evento que mais marcou a evolução da ciência das alterações climáticas foi, possivelmente, a criação do Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas (IPCC). O IPCC foi criado em 1988 pela Organização Meteorológica Mundial e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, como organismo de revisão científica que, por um lado, avaliasse o risco das alterações climáticas antropogénicas e, por outro, delineasse as ações necessárias a tomar a curto/médio prazo, a ter em conta pelos decisores políticos.

Até à data, o painel de cientistas publicou 5 Relatórios de Avaliação, estando o 6º previsto para 2022, que compilam cumulativamente a investigação realizada no âmbito das alterações climáticas e que sintetizam, com certeza crescente, as causas, efeitos e interações da mudança no clima. No intervalo da publicação dos relatórios, o IPCC publicou igualmente outros documentos, como relatórios especiais ou resumos para os órgãos de decisão, documentos mais curtos, com menos gráficos e dados quantitativos, de forma a facilitar a sua utilização em sessão plenária. O primeiro Relatório de Avaliação do IPCC (1990) afirma com certeza que o aumento da temperatura atmosférica é causado pelo aumento da concentração de gases com efeito de estufa, designadamente o dióxido de carbono (CO₂), o metano (CH₄), o óxido nitroso (N₂O) e os clorofluorcarbonetos (CFC). A síntese realizada no primeiro relatório foi utilizada como base das discussões que precederam a criação da Convenção-Quadro das

Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, que define o quadro político de ação climática. O segundo relatório, publicado em 1995, confirma com maior grau de certeza a influência da ação humana no clima global e os dados que forneceu serviram de base para a adoção do protocolo de Quioto em 1997.

Como contrapartida, o negacionismo climático surge por parte de um conjunto restrito de cientistas que rejeitam as conclusões validadas pelo IPCC. Veja-se como exemplo a criação do NIPCC (ou *Nongovernmental International Panel on Climate Change*) em 2003, organização controversa, financiada pelo Instituto Heartland, associado ao lobby da indústria tabágica e à negação do buraco na camada de ozono. O NIPCC é composto por negacionistas climáticos e publica relatórios a par do IPCC negando as conclusões apresentadas pelo seu homólogo. Apesar da divulgação mediática do negacionismo climático, fomentando a incerteza e a aparência de que não há consenso científico, Cook *et al.* (2013) desmistificam esta perceção ao constatar que 97% dos cientistas com publicações revistas por pares atesta o valor científico do aquecimento global antropogénico. Deste modo, e em conformidade com virtualmente todos os cientistas aclamados, basearemos a pesquisa nos relatórios do IPCC.

O clima, tal como descrito por Le Treut *et al.* (2007), é um sistema complexo e em permanente interação que engloba a atmosfera, a superfície terrestre, neve, gelo, recursos hídricos e seres vivos. Aprofundando esta dificuldade, o clima integra também os denominados “mecanismos de feedback” do sistema climático, os quais podem agravar (mecanismo de feedback positivo) ou atenuar (mecanismo de feedback negativo) os efeitos das alterações climáticas (Le Treut *et al.*, 2007). Por exemplo, o aumento da temperatura tem um efeito direto na aceleração do degelo, o que por sua vez leva a um maior aumento da temperatura, ao expor áreas mais escuras e mais captadoras de calor e ao diminuir a reflexão dos raios solares pelo gelo.

A urgência de ação climática prende-se, nomeadamente, com a gravidade e transversalidade dos riscos decorrentes da crise climática, que acarretam o potencial de total subversão do modelo atual de sociedade. O aumento de temperatura média global, e a desregulação daí decorrente, acarreta impactos tanto nos ecossistemas como nos sistemas humanos. Nos ecossistemas, as consequências dizem respeito, entre outros, à perda de biodiversidade e extinção de espécies, aumento da frequência de fenómenos meteorológicos como secas, tempestades, e fogos florestais e aumento de surtos de pragas (IPCC, 2014). Os impactos nos sistemas humanos variam numa escala espacial e social, mas constituem sobretudo impactos negativos, destacando-se a progressiva dificuldade de produção agrícola,

impactos na saúde, com o aumento da mortalidade relacionada a temperaturas muito elevadas, alterações na distribuição de doenças transmitidas pela água e por vetores, como a malária e o dengue, e a subida do nível médio do mar, que causa destruição de propriedade, deslocamentos em massa e, conseqüentemente, instabilidade social (IPCC, 2014).

Para além das conseqüências negativas para a saúde, prevê-se igualmente uma intensificação da fome mundial, resultante da diminuição da produção de cereais e da redução da disponibilidade de alimentos. Como se afirma no relatório, “Climate change is a threat multiplier. It exacerbates other threats to social and natural systems, placing additional burdens particularly on the poor and constraining possible development paths for all.” (IPCC, 2014, 90). O risco face a estas conseqüências está dependente de muitos fatores: da magnitude e da rapidez de aquecimento, da localização geográfica, dos níveis de desenvolvimento e de vulnerabilidade da população afetada e da interação entre diferentes sistemas naturais e humanos (IPCC, 2014).

O relatório alerta para concentrações atmosféricas de CO₂ sem precedentes pelo menos nos últimos 800 000 anos e para a probabilidade de, não havendo esforços extra face aos atuais, as emissões continuarem a crescer paralelamente ao crescimento da atividade industrial e das atividades económicas e o aumento de temperatura atingir 3,7°C – 4,8°C até ao fim do século (IPCC, 2014). Afirma-se ainda que cerca de 78% das emissões totais de GEE provieram de combustíveis fósseis e de processos industriais (IPCC, 2014). No mais recente Resumo para os Órgãos de Decisão de 2018, enfatiza-se que as atividades humanas causaram já aproximadamente 1°C de aumento de temperatura global face a níveis pré-industriais e que, caso as emissões continuem a aumentar ao ritmo atual, é provável atingir-se os 1,5°C entre 2030 e 2052 (IPCC, 2018).

Conseqüentemente, urge a delineação de planos de ação climática de forma a atenuar estas conseqüências negativas, razão pela qual o IPCC elabora cenários climáticos. Os cenários climáticos são simulações baseadas no passado e no que conhecemos do comportamento do clima terrestre, com o objetivo de ponderar conseqüências e definir prioridades. No relatório do IPCC de 2014 são comparados cenários de emissões prováveis: um cenário de manutenção das atividades atuais resultaria num aumento de temperatura média de 3,7°C a 4,8°C ao longo do século XXI e só um cenário de manutenção das concentrações de CO₂^{eq} inferiores a 450 ppm oferece a *probabilidade* de manter a temperatura no limite de 2°C (IPCC, 2014). A informação fornecida pelos cenários de emissões pode ser um contributo útil para os processos de tomada de decisão. A avaliação das respostas às alterações climáticas implica a

avaliação da mais vasta gama possível de impactos, incluindo resultados de baixa probabilidade com graves consequências.

Portugal, em particular, é dos países europeus mais vulneráveis às alterações climáticas, nomeadamente devido à sua extensa orla costeira. Por esta razão, esperam-se consequências adversas por todo o território nacional, desde a subida do nível do mar que afetará os municípios do litoral, à desertificação e seca que tenderão a afetar sobretudo o interior e particularmente o Alentejo oriental, ao aumento da temperatura e da frequência e intensidade de eventos meteorológicos extremos que se esperam para todo o território (Schmidt et al., 2015).

Em última análise, em função do ritmo e magnitude das alterações e da vulnerabilidade dos sistemas humanos e naturais, a crise climática terá impactos nos ecossistemas, nos sistemas alimentares, nas infraestruturas, nas zonas costeiras, urbanas e rurais, na saúde humana e nos meios de subsistência. Embora a ciência climática tenha evoluído significativamente, nomeadamente na definição de modelos climáticos e na confirmação de hipóteses com crescente grau de confiança, os resultados da ciência climática não têm apresentado conclusões radicalmente diferentes nas últimas décadas e dispomos já de informação suficiente para delinear planos de ação climática ambiciosos e rigorosos. Podemos, assim, inferir que as políticas públicas não acompanham sempre paralelamente a produção científica. Importa, portanto, considerar a evolução das políticas públicas de ação climática, tanto nacionais como internacionais, como se procurará fazer no subcapítulo que se segue.

3.1.2. Do Relatório de Brundtland ao Acordo de Paris – Uma breve história das alterações climáticas nas políticas públicas internacionais

Uma revisão histórica da ciência das alterações climáticas reforça a premência da elaboração de políticas públicas de mitigação e adaptação¹, tanto a nível nacional como a nível internacional. Agir para a mitigação da crise climática e adaptação aos seus efeitos assume assim uma importância crucial para a sobrevivência da nossa espécie e para a

¹ A mitigação e a adaptação no contexto das alterações climáticas constituem duas abordagens complementares. A mitigação refere-se a medidas que se destinem a diminuir e reverter as alterações climáticas, através da redução de emissões de GEE e do aumento de sumidouros. A adaptação, por sua vez, tem como objetivo minimizar os efeitos das alterações climáticas e varia, por isso, consoante o contexto local. Exemplos de medidas de adaptação são a construção de edifícios com isolamento térmico ou a criação de espaços verdes em centros urbanos para o seu arrefecimento.

manutenção do que consideramos uma sociedade civilizada. Apesar deste sentimento transversal de urgência, e do frequente discurso institucional focado em medidas de descarbonização, as políticas públicas que têm sido postas em prática têm maioritariamente um caráter não vinculativo e não são suficientemente ambiciosas para cumprir o limite de 2°C face aos níveis pré-industriais (Anderson, Quéré e Mclachlan, 2014).

Efetivamente, como já vimos, a ciência está de acordo: é preciso limitar as emissões de gases com efeito de estufa rapidamente de modo a evitar a transposição de um ponto sem retorno, a partir do qual se despoletam os mecanismos de feedback do clima e este passa a transcender o controlo humano. Alertando para a importância crucial dos próximos anos, o Resumo para os Órgãos de Decisão de 2018 (IPCC, 2018) incentiva os decisores políticos a considerarem as alterações climáticas como o desafio principal das próximas décadas e a adotarem políticas apropriadas ao contexto local e específico onde se encontram. Salieta-se, ainda, que as decisões que serão tomadas hoje serão críticas na asseguuração de um futuro seguro e sustentável.

Ainda que a discussão em torno das alterações climáticas se tenha tornado quase omnipresente na esfera política, ganhando protagonismo e sendo alvo de debates transversais que recorrem a diferentes áreas do conhecimento, esta omnipresença não se tem traduzido na adoção de políticas públicas, nomeadamente devido a características próprias do funcionamento do sistema político. Como se afirma,

se está garantido o consenso em torno da sua relevância e da necessidade em atuar sobre os seus impactos, há um conjunto de outros problemas mais imediatos (e.g., desemprego, pobreza, exclusão social, etc.) que desviam esforços e atenções e, conseqüentemente, adiam uma ação institucional e socialmente eficaz nos vários níveis de governança (Schmidt *et al.*, 2015, 125).

Esta reticência governamental em prescrever medidas de mitigação pode dever-se a diferentes explicações, segundo Hale (2010). Em primeiro lugar, nenhum Governo vai ver os impactos das medidas tomadas no seu mandato, pelo que se gere por uma lógica do “Pollute now: others pay later”. Também a própria ideologia político-económica de certos governos impede a conceção de soluções que transcendam a atual lógica capitalista de crescimento infinito. O autor propõe ainda a interferência de outros obstáculos, como o poder limitado dos governos nacionais face às grandes empresas energéticas multinacionais e um receio de que as medidas sejam percecionadas como radicais ou insensatas por parte da população em geral. Agravando esta dificuldade, as transformações necessárias à mitigação da crise

climática – transformação do setor energético, comercial, agrícola e florestal – demorariam várias décadas a serem implementadas, pelo que se reforça a tendência de protelar a ação para o futuro (Delina, Diesendorf e Merson, 2014).

De facto, as medidas de mitigação, em particular quando se trata de impostos sobre o carbono, são vistas pelos governos com reticência e desconfiança, receando reações negativas por parte da população. Como se afirma, as medidas ambientais são muitas vezes vistas como «bad politics» (Ockwell, Whitmarsh e O’Neill, 2009), na medida em que é gasto o orçamento público em medidas que não são populares e que podem gerar descontentamento. Evidentemente, as políticas públicas que geram contestação e descontentamento não são aquelas que criam as infraestruturas que facilitam a transição para o baixo carbono, como o transporte público gratuito por exemplo, mas sim as “taxas verdes”, integradas em soluções de mercado, as quais colocam todo o peso económico da transição no cidadão comum. Por esta razão se considera que estas medidas apenas funcionam a um nível superficial, não gerando de facto mudanças efetivas no envolvimento da população e na reformulação de setores da sociedade, que muitas vezes levam à reversão dos comportamentos quando as taxas são levantadas (Ockwell, Whitmarsh e O’Neill, 2009). Vamos, portanto, procurar olhar para os acordos e as políticas públicas que transcenderam a pontual taxa sobre o CO₂ e que, pelo contrário procuram criar e implementar um plano de ação mais abrangente, ainda que atingindo diferentes graus de sucesso.

Quadro-síntese 1: Principais mecanismos legais sobre alterações climáticas decorrentes de negociações internacionais

Nome	Data	Em vigor	Descrição	Mecanismos criados	Vinculativo?
Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas	1992	1994	Tratado criado como facilitador de negociações internacionais sobre o clima	• Conferência das Partes (COP)	Não
Protocolo de Quioto	1997	2005	Tratado que estabelece limites de emissões para o período de 2008-2012 e diretrizes a seguir para cumprir esses objetivos	• Mecanismo de Desenvolvimento Limpo • Implementação Conjunta • Sistema de Comércio de Licenças de Emissão	Sim
Plano de Ação	1998	1998 - 2000	Plano para a criação de mecanismos de implementação do Protocolo de Quioto	—	Não
Plano de Ação de Buenos Aires	2001	2004	Plano para a promoção da adaptação de países em desenvolvimento às alterações	—	Não

			climáticas		
Roteiro de Bali	2007	2007 - 2009	Plano para a finalização de um novo acordo vinculativo pós-Quoto, a ser assinado em 2009	—	Não
Acordos de Cancun	2010	2010	Série de acordos nos quais são definidas etapas a serem seguidas pelos Governos nacionais na área da mitigação, transparência, adaptação, tecnologia, gestão florestal e finanças	<ul style="list-style-type: none"> • Fundo Verde para o Clima • Mecanismo para as Tecnologias • Quadro de adaptação de Cancun • Níveis de referência da gestão florestal 	Não
Alteração de Doha	2012	—	Prorrogação do Protocolo de Quioto até 2020	—	Sim
Acordo de Paris	2015	2016	Acordo destinado a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa a nível mundial e limitar o aumento de temperatura a 2°C	<ul style="list-style-type: none"> • Mecanismo do Desenvolvimento Sustentável 	Sim

A publicação do Relatório Brundtland em 1987 pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, no qual se consolida o conceito de desenvolvimento sustentável e se reconhece o carácter global da mudança ambiental com origem em causas humanas, foi um importante marco histórico. Este documento demonstra que começa a prevalecer, pelo menos no campo da reflexão teórica, uma abordagem interdisciplinar dos problemas ambientais, já formulados enquanto problemas sociais.

Como consequência da crescente preocupação científica e pública com os riscos associados às alterações climáticas, é realizada a Conferência do Rio, em 1992, resultado do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Desta conferência resulta um dos mecanismos mais relevantes e transversais no que diz respeito aos acordos sobre o clima e que é ainda hoje um dos órgãos principais para a discussão de metas e objetivos: a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (*United Nations Framework Convention on Climate Change*). O seu objetivo primordial é a estabilização das emissões de gases com efeito de estufa de modo a prevenir uma interferência perigosa no sistema climático, todavia não prescreve valores de emissões específicos a atingir nem qual a janela temporal na qual os devemos atingir. Todos os países que assinaram devem apresentar periodicamente um inventário das emissões antropogénicas não controlados pelo Protocolo de Montreal² e dos sumidouros³ de GEE. É, portanto, um mecanismo com pouco valor prático

² Gases responsáveis pela destruição da camada do ozono.

judicial, que é aliás criticado por ser composto quase exclusivamente por declarações vagas e por não incluir disposições em matéria de acompanhamento internacional ou de apuramento de factos (Craig, 2016). Ainda que não defina quaisquer limites obrigatórios ou disposições coercivas, estabeleceu as bases para as Conferências das Partes (COP), nomeadamente a COP3 em Quioto, 1997, na origem do Protocolo de Quioto. Foi, portanto, um importante passo na criação de um quadro legal para a discussão e reavaliação periódica de objetivos e diretivas.

A Conferência das Partes é o órgão supremo da Convenção-Quadro sobre Alterações Climáticas e materializa-se em reuniões anuais para a discussão do ponto da situação da ação climática a nível mundial e para a elaboração de tratados ou criação de mecanismos para a facilitação da transição para economias de baixo carbono. Nem todas as Conferências resultaram na criação de mecanismos legislativos relevantes, como por exemplo a COP1, na qual se reviram os resultados do mais recente relatório do IPCC e os princípios da Convenção-quadro, ou a COP2, no qual se redigiu (mas não aprovou) um documento no qual essencialmente se aceitava as conclusões do relatório do IPCC e previa a definição de objetivos vinculativos no futuro. Importa, por conseguinte, rever as COP que acrescentaram de facto à legislação sobre o clima.

Neste sentido, a 3ª Conferência das Partes é incontornável, tanto pelo protocolo que dela resultou – o Protocolo de Quioto – como pelo valor simbólico que assumiu enquanto primeiro tratado (quase) global de redução das emissões de gases com efeito de estufa. Este protocolo foi revolucionário na evolução das políticas públicas sobre alterações climáticas porque estabelece, pela primeira vez, limites de emissões quantitativos para o período de 2008 a 2012, que variam consoante o país pois reconhece-se a maior responsabilidade dos países mais industrializados, e prescreve diretrizes a seguir de modo a cumprir esses objetivos. O protocolo tem um carácter juridicamente vinculativo, também um avanço face às anteriores negociações, o que significa que, na teoria, um Estado que estivesse em incumprimento das metas para ele estabelecidas, poderia ser alvo de sanções. Todavia, na prática, o protocolo não define especificamente que sanções seriam aplicadas em caso de incumprimento, aludindo simplesmente a que poderiam ser decididas medidas apropriadas a tomar no contexto da Convenção. Além disso, o sistema de comércio de licenças de emissão (CELE) permite que um país em incumprimento adquira mais licenças de emissão no final do

³ Um processo, atividade ou ferramenta que retira gases com efeito de estufa na atmosfera e os armazena é denominado de sumidouro.

período de compromisso, o que não constitui uma consequência financeira dissuasiva. Como se avalia, os mecanismos de imposição são fracos e as eventuais consequências de não cumprir o protocolo são irrisórias comparadas ao investimento necessário para diminuir de facto as emissões (Poplawski-Stephens, 2011). Em última instância, qualquer incumprimento que não fosse resolvido no âmbito do sistema de comércio de emissões, seria transferido para o período de compromisso seguinte (Poplawski-Stephens, 2011).

Uma outra particularidade, estipulada no Artigo 4, permite que qualquer parte cumpra os seus objetivos conjuntamente, isto é, apresentando o conjunto das emissões aliado a outros assinantes do protocolo. Isto significa que os 15 países pertencentes à União Europeia, que assinaram o protocolo como um todo, apenas tinham de cumprir os objetivos definidos no conjunto, o que permite o aumento de emissões de países individualmente (Craig, 2016). Para além disso, o protocolo não foi assinado por certos países responsáveis por uma porção significativa das emissões, como a Austrália ou os Estados Unidos, sob o argumento que os países em desenvolvimento deveriam também assinar compromissos de redução de emissões, o que contribui mais ainda para o enfraquecimento da sua eficácia jurídica (Craig, 2016).

O sistema de licenças de emissão é o mecanismo central em torno do qual se constrói toda a política de ação climática, tanto internacional como nacional. O objetivo primordial do CELE é a definição de um limite máximo de emissões para os setores industriais e energéticos no seio da UE e a atribuição de licenças de emissão correspondentes, que podem ser vendidas e compradas. Como se qualifica, este sistema foi a ferramenta de eleição da União Europeia para a descarbonização, “Europe’s flagship tool to meet its carbon mitigation objectives” (Laing *et al.*, 2013, 4), frequentemente usado como evidência da posição de vanguarda da UE na luta contra as alterações climáticas.

Em termos de eficácia, tem-se verificado que, por um lado, o preço do carbono no mercado é alvo de grandes flutuações e, por outro, verifica-se historicamente a atribuição excessiva de licenças por setor, não tendo em consideração a progressiva eficiência energética, levando a quedas abruptas no preço do carbono (Narassimhan *et al.*, 2018). Isto leva a que, mesmo excedendo o limite de emissões definido, a aquisição de licenças adicionais não se figure economicamente punitiva. Devido a esta queda dos preços, resultado da atribuição excessiva de licenças, verificou-se, paradoxalmente, a criação de grandes lucros inesperados (resultado da venda de licenças não usadas) e de fraudes financeiras (Laing *et al.*, 2013). Outro aspeto do sistema de licenças de emissão determina que um Estado ou empresa

pode ser elegível para financiamento extraordinário se promoverem direta ou indiretamente atividades de neutralização de carbono. Verificou-se uma deturpação desta cláusula, pois certas empresas argumentaram que a interrupção de atividades ou práticas poluidoras deveria ser contabilizada como uma atividade de neutralização de carbono (Klein, 2014).

Outro fenómeno digno de salientar é a chamada “fuga de emissões”, que designa a migração de emissões de países restringidos pelo CELE para países com legislação ambiental menos taxativa, através da deslocação da produção e das importações de produtos a baixo preço (Malik e Lan, 2016). Este fenómeno, também designado de externalização de emissões, resulta num maior potencial de aquecimento mundial, devido ao aumento das emissões em países terceiros. Verifica-se, na verdade, que os países empreiteiros registam um aumento de emissões significativamente mais pronunciado do que os países externalizadores (Malik e Lan, 2016). Como se confirma através de uma análise estrutural decomposta, os países que externalizam as emissões, que correspondem no geral aos países economicamente mais desenvolvidos, são responsáveis por mais emissões em países terceiros, geralmente países menos desenvolvidos, do que no seu próprio país (Malik e Lan, 2016). Países como a China ou a Índia, que fornecem bens de consumo a baixo preço, são paradigmáticos desta situação. Em última análise, a parcela mais relevante das emissões dos países externalizadores é migrada para países terceiros e não é contabilizada para o inventário nacional, mas resulta inevitavelmente das suas economias.

As Conferências das Partes que se seguiram foram marcadas por uma incapacidade de chegar a um acordo sobre a aplicação do Protocolo de Quioto, as sanções para países em incumprimento ou a configuração do novo acordo sucessor ao Protocolo de Quioto. Todo este processo deliberativo deveria culminar na COP18, em Doha, com a criação de um novo acordo para a substituição do Protocolo de Quioto. Ao invés, foi criada a Alteração de Doha, uma prorrogação do Protocolo de Quioto que, não tendo sido ratificada pelo mínimo de 144 países, nunca entrou em vigor. Foi em 2015, na COP21 em Paris, que foi finalmente assinado um novo acordo sobre o clima, o Acordo de Paris, em vigor desde 2016. Este acordo define o objetivo de limitar o aquecimento a 2°C e de manter a temperatura no limiar dos 1,5°C no século XXI. Ao contrário do Protocolo de Quioto, no qual a ONU define diretrizes a seguir, o Acordo de Paris baseia-se na liberdade de cada país definir a sua estratégia a longo prazo para redução de emissões. O acordo tem carácter vinculativo, o que obriga cada assinante a criar um plano nacional de redução de emissões, mas, ao contrário do Protocolo de Quioto, não são prescritas diretrizes a seguir ou objetivos específicos a atingir. Assim, cada país apenas é

obrigado a reportar o seu objetivo de redução de emissões e que ações estão a ser realizadas de modo a cumprir o objetivo, não havendo qualquer sanção para incumprimento. Sendo nacionalmente construídos e monitorizados, estes planos nacionais não são, naturalmente, suficientemente ambiciosos para cumprir o objetivo dos 2º C nem, naturalmente, dos 1,5º C.

Esta exposição cronológica dos avanços no direito internacional sobre as alterações climáticas, ainda que extensiva, ajuda-nos a compreender o caminho que foi preciso percorrer até chegarmos ao atual Acordo de Paris e abre caminho a interpretações da eficácia (ou ineficácia) das negociações internacionais. Marcado por avanços e recuos, alterações e prorrogações, a evolução das políticas públicas internacionais não acompanhou o avanço na ciência, que apela com crescente insistência à criação de acordos ambiciosos com objetivos definidos e sanções para incumprimentos. Importa, agora, avaliar se estes acordos internacionais se transpuseram para a legislação nacional e de que forma. Veremos na seguinte secção como as leis portuguesas sobre alterações climáticas surgiram paralelamente aos acordos internacionais.

3.1.3. O contexto nacional

Portugal, devido à sua industrialização tardia, só começou a integrar o petróleo nas suas principais fontes de energia a partir dos anos 1960, sendo que na primeira metade do século XX, o carvão era a principal fonte de energia utilizada, seguida da hidroelétrica, resultado de um programa de investimentos em novas e maiores centrais hidroelétricas (Araújo e Coelho, 2013). As crises petrolíferas de 1972 e de 1979 puseram a descoberto a dependência do país face aos combustíveis fósseis, mas após a mudança de regime político em 1974 foi dada prioridade ao controlo dos défices orçamentais e à recuperação da economia portuguesa, pelo que a preocupação pública e política com as questões ambientais era ainda reduzida (Araújo e Coelho, 2013). Portugal encontrava-se, assim, numa posição particular face aos restantes países da Comunidade Económica Europeia, na medida em que só após a adesão à CEE é que o petróleo se tornou uma fonte de energia predominante.

As políticas públicas portuguesas do clima foram implementadas maioritariamente em paralelo às políticas europeias. Foi exclusivamente após a adesão de Portugal à CEE, posteriormente União Europeia, que foram assinadas políticas públicas de ação face às alterações climáticas. A aprovação a nível interno da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, em 1993, foi o primeiro ato legislativo relacionado com

alterações climáticas no país que, como vimos no capítulo anterior, foi uma medida legislativa internacional. Isto é indicativo de que a política climática nacional esteve, de facto, sempre “muito alicerçada na política europeia” (Araújo e Coelho, 2013, 151). Não só as alterações climáticas estavam ausentes da esfera política nacional, como foi também apenas com a adesão de Portugal às Comunidades Europeias que o Direito do Ambiente passou a ser uma realidade em Portugal (Vaz e Delfino, 2010).

Assim, um levantamento e análise das políticas públicas portuguesas é consequentemente inalienável do quadro geral das medidas internacionais. Apresentamos, por conseguinte, um quadro-síntese indicativo das principais medidas e mecanismos políticos tomados no período de 1993-2016. Ao comparar ao quadro anterior, vemos uma relação de paralelismo muito clara entre os dois, veja-se por exemplo a adoção da Convenção-Quadro em 1992 ao nível da ONU e em 1993 em Portugal ou a adoção do Protocolo de Quioto em 1997 a nível internacional e em 1998 a nível nacional. Assim, as medidas portuguesas passaram, em grande medida, pela aprovação de estratégias e tratados e pela criação de mecanismos que tinham sido já previstos em negociações internacionais.

Quadro-síntese 2: Principais mecanismos legais sobre as alterações climáticas em Portugal

Nome	Data	Descrição	Legislação
Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas	1993	Documento que aprova o tratado europeu homónimo.	Decreto n.º 20/93
Comissão para as Alterações Climáticas (CAC)	1998	Comissão destinada à elaboração da estratégia nacional face às alterações climáticas, à monitorização das medidas governamentais e à contribuição com assessoria técnica e científica.	Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/98
Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC)	2004	Plano de limitação do aumento das emissões de GEE a 27% face a 1990, como exigido pelo Protocolo de Quioto.	Resolução do Conselho de Ministros n.º 119/2004
Sistema Nacional de Inventário de Emissões Antropogénicas por Fontes e Remoção por Sumidouros de Poluentes Atmosféricos (SNIERPA)	2005	Primeiro sistema de garantia, estabelecendo a apresentação obrigatória do inventário nacional das emissões às autoridades competentes.	Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2005
Fundo Português de Carbono (FPC)	2006	Fundo de 6.000.000€ para obtenção de licenças de emissão, apoio a projetos portugueses de redução de emissões e participação nos mecanismos de flexibilidade do Protocolo de Quioto.	Decreto-lei n.º 71/2006
Comércio Europeu de Licenças	2009	Programa à escala europeia que cria um sistema	Diretiva 2009/29/CE

de Emissão (CELE)		de “crédito” limitado de emissão de GEE por setor	
Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas	2010	Plano de ação no âmbito da adaptação às alterações climáticas para o período de 2010-2013.	Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2010
Roteiro Nacional de Baixo Carbono (RNBC)	2010	Estratégia de transição para uma economia de baixo carbono até 2050, estando à responsabilidade da Comissão para as Alterações Climáticas.	Resolução do Conselho de Ministros n.º 93/2010
Compromisso para o Crescimento Verde (CCV)	2015	Definição de um quadro estratégico centrado no crescimento, eficiência e sustentabilidade. Criação da Coligação para o Crescimento Verde, órgão consultivo no âmbito do compromisso.	Resolução do Conselho de Ministros n.º 28/2015
Quadro Estratégico para a Política Climática (QEPiC)	2015	Quadro estratégico que aprova vários mecanismos e planos estratégicos como o Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC 2020/2030), a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAAC 2020) e cria a Comissão Interministerial do Ar e das Alterações Climáticas (CIAAC). Reestrutura ainda o Sistema Nacional de Inventário de Emissões por Fontes e Remoção por Sumidouros de Poluentes Atmosféricos (SNIERPA)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2015 Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015
Sistema Nacional para Políticas e Medidas (SPeM)	2016	Entidade responsável pela avaliação das políticas e pela elaboração das projeções de emissões de GEE.	Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2016

A Comissão para as Alterações Climáticas foi criada no âmbito do Protocolo de Quioto e da Convenção-Quadro, que previa a delineação de uma estratégia nacional para as alterações climáticas. Esta comissão, criada na dependência do Ministério do Ambiente, foi composta por representantes de múltiplos ministérios alheios à proteção ambiental, recebendo o apoio de técnicos dos departamentos envolvidos. Apesar de responsável pela proposta de medidas adequadas face aos compromissos assumidos, nada indica que a comissão foi de facto responsável pela elaboração de políticas públicas.

Também no âmbito do Protocolo de Quioto, o Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC), de 2004, vem reforçar o compromisso de Portugal de limitar o aumento de emissões de GEE a 27% relativamente aos valores de 1990. A União Europeia encontrava-se numa posição única perante o Protocolo de Quioto pois, como já foi mencionado, assumiu o compromisso de Quioto conjuntamente, enquanto “bolha comunitária”. Isto significa que, enquanto que a meta global estabelecida para a União Europeia foi a redução de 8% das emissões de GEE, objetivos para cada país da EU foram negociados. Essencialmente, Portugal,

não sendo dos maiores emissores europeus e considerando-se que havia ainda um processo de industrialização em curso, pode continuar a aumentar as emissões. Apesar disto, o plano estabelece metas de redução de emissões ambiciosas, entre -18% a -23% até 2020 e -30% a -40% até 2030, face aos valores de 2005.

As medidas discutidas no âmbito do PNAC advêm em grande parte do Programa Europeu para as Alterações Climáticas e centram-se essencialmente no mecanismo do Comércio Europeu de Licenças de Emissão. Este projeto à escala europeia funcionou entre 2005 e 2007 de forma experimental e entrou em vigor em 2008 até 2012. Para o período de 2013-2020, as regras mudaram consideravelmente, diminuindo a importância das licenças gratuitas e introduzindo novos gases, novos setores e alterações na atribuição de licenças.

Os programas e mecanismos subsequentes vão basear-se em grande parte no CELE. É o caso do Fundo Português de Carbono (FPC), criado em 2006, cujas linhas de ação passam em grande parte pela aquisição de créditos de emissão de GEE e de promoção da participação nos mecanismos de flexibilidade do Protocolo de Quioto⁴. Em 2008, o FPC é sujeito a uma alteração significativa, disponibilizando agora de uma verba de 23 000 000€ (face a 6 000 000€ em 2006) dedicada exclusivamente à aquisição de unidades de quantidade atribuída⁵, de reduções certificadas de emissão e de unidades de redução de emissões⁶.

Na continuidade do CELE, é criado o Roteiro Nacional de Baixo Carbono (RNBC), responsabilidade da Comissão das Alterações Climáticas, que propõe uma transversalidade setorial inédita, tendo objetivos nos setores da energia, dos transportes, da agricultura e das florestas. Em 2015, coincidindo com o Acordo de Paris, é criada a Coligação para o Crescimento Verde, órgão consultivo que tem por missão aconselhar o Governo no âmbito da execução do Compromisso para o Crescimento Verde, o qual reitera os objetivos de redução de emissões que tinham já sido definidos em 2004 no PNAC.

Por último, importa mencionar o Quadro Estratégico para a Política Climática (QEPiC) que, com base no 5.º relatório do IPCC, define objetivos com o horizonte de 2030. O QEPiC define um conjunto de medidas, como a sistematização e disseminação de informação climática, a capacitação dos municípios para a adaptação às alterações climáticas, a sensibilização da população, através de ações em escolas e o desenvolvimento de ferramentas

⁴ Os mecanismos de flexibilidade do Protocolo de Quioto permitem que um país invista em projetos de redução de GEE fora do seu país, minimizando assim o impacto para a economia nacional.

⁵ Cada unidade de quantidade atribuída corresponde a uma tonelada de CO₂-eq.

⁶ Ambas dizem respeito a unidades de redução de emissões compradas no mercado, equivalentes à redução de uma tonelada de CO₂-eq.

de apoio à ação setorial. Todavia, a legislação não atribui fundos específicos nem define sanções ou incentivos para o cumprimento destes objetivos. Mais uma vez, estamos perante medidas legislativas superficialmente ambiciosas, mas que carecem dos mecanismos de execução para que estas transcendam o plano da teoria.

Embora estes tratados do ambiente sejam inovadores no contexto do Direito Constitucional nacional, a ética ambiental ocupa ainda uma posição muito periférica no campo político. Embora os partidos políticos tradicionais adotem a luta contra as alterações climáticas como parte integrante do seu discurso, os assuntos que de facto predominam na elaboração de medidas públicas são de cariz económico e social, como o estado da economia, o desemprego ou a inflação (Vaz e Delfino, 2010). Como já vimos anteriormente, os tratados internacionais estipulam que cada país assinante deve obrigatoriamente elaborar um plano de redução de emissões de gases com efeito de estufa. Apesar de a obrigação de criação de um plano nacional para as alterações climáticas ser vinculativa, o plano em si não tem de o ser. É o que vemos no caso português, em que nenhum documento legislativo tem carácter vinculativo, no sentido de estabelecer sanções para o incumprimento de objetivos.

Em conclusão, mesmo as análises mais conservadoras reconhecem que as atuais medidas legislativas tanto ao nível nacional como internacional não são suficientemente coercivas no seu valor legal nem suficientemente ambiciosas nos objetivos propostos para nos mantermos dentro do limiar dos 2º C (Hale, 2010; Araújo e Coelho, 2013; Nulman, 2015; Narassimhan, 2018; IPCC, 2018; Gunningham, 2019, por exemplo). A consciência desta insuficiência está, em grande parte, na origem dos movimentos sociais pelo clima, que reivindicam uma ação governamental efetiva e sancionatória.

3.1.4. Que soluções? – da alteração da composição química das nuvens, à *Verdade Inconveniente* à formação do movimento pelo clima

Uma revisão das políticas públicas sobre o clima mostra-nos que não foram alcançados resultados unívocos e que, pelo contrário, podem gerar-se resultados paradoxais. Nasce assim incerteza face à capacidade dos tratados internacionais de cumprirem o prometido – criarem um quadro jurídico que impulse a transição para uma sociedade de baixo carbono. Apesar do reconhecimento da necessidade de ação imediata para mitigar e atenuar a crise climática, em conformidade com os relatórios do IPCC, os tratados sobre o clima têm assentado

exclusivamente em soluções de mercado e em *soft laws* (legislações juridicamente não vinculativas).

Enquanto resposta ao desafio da crise climática, surgem duas principais perspetivas incompatíveis, que por sua vez ilustram duas mundivisões distintas e mesmo inconciliáveis, cada uma delas com o seu leque de prioridades e ações distintas. Em primeiro lugar, a perspetiva que tem dominado o discurso oficial e as negociações internacionais corresponde a uma perspetiva reformista, assente na geo-engenharia, em soluções de mercado e na promoção da mudança individual dos comportamentos. Esta visão é consideravelmente otimista, no sentido em que defende que é possível encontrar uma solução milagrosa para as alterações climáticas que permite a continuação do *business as usual*. Por um lado, a aposta “tecnó-otimista” na geo-engenharia defende que a verdadeira solução para as alterações climáticas está quase a ser descoberta. Esta perspetiva preconiza investimentos substanciais em projetos de investigação e contempla pouca ou nenhuma alteração no funcionamento da sociedade e do sistema económico. Alguns exemplos de soluções deste tipo são o enfraquecimento do sol, a fertilização dos oceanos com ferro para absorver o CO₂ da atmosfera ou mesmo a cobertura de desertos com tecidos brancos para refletir os raios solares.

O tecnó-ceticismo, no entanto, chama a atenção para o perigo da criação de novos tipos de lixo tóxico, de poluição, da acentuação do desequilíbrio dos ecossistemas, da aceleração de extinções em massa e de outras consequências não previstas inicialmente, que podem advir destas soluções de geo-engenharia. Naomi Klein (2014) dá-nos um exemplo paradigmático de como este tipo de soluções podem ter efeitos indesejáveis e mesmo contraproducentes ao descrever-nos a opção Pinatubo (inspirada na erupção do vulcão homónimo). Este método preconiza a libertação propositada de dióxido de enxofre para a atmosfera, dificultando a chegada de calor à Terra e aumentando artificialmente o reflexo dos raios solares pela atmosfera. Embora (provavelmente) eficaz na redução da temperatura média da atmosfera terrestre, esta solução traz efeitos desconcertantes: a permanência perpétua de uma camada de fumo na atmosfera, com os decorrentes riscos para a saúde, a maior dificuldade de produção de energia solar, a aceleração de extinção de espécies marinhas e terrestres e a impossibilidade de reverter a emissão do dióxido de enxofre sob perigo de aquecimento abrupto e acentuado.

A primeira abordagem em análise, para além de acreditar em soluções provenientes da geo-engenharia, aposta igualmente em soluções de mercado, como a taxaço do carbono

diretamente no consumidor e a apologia do sistema de comércio de licenças de emissão. Como a taxaço de carbono indicia, a mudança que se preconiza fica dependente da alteração individual de comportamentos, promovendo-se o consumo consciente e a alteração de hábitos individuais em áreas como a deslocação, a energia ou a produção e gestão de resíduos. Esta abordagem segue a linha ideológica do aclamado documentário norte-americano *An Inconvenient Truth* (Guggenheim, 2006), o qual parte das declarações do Vice-Presidente americano Al Gore. Este documentário tem como objetivo incentivar a mudança de comportamentos individuais como forma de solução da crise climática. Fala-se de uma obrigação moral e ética de agir e incentiva-se a que cada indivíduo faça escolhas para reduzir a sua pegada de carbono o máximo possível através, por exemplo, da redução do consumo de eletricidade, da reciclagem, do consumo sustentável e da preferência por meios de transporte de baixas emissões.

Surgem assim grupos e indivíduos que praticam o baixo-carbono, cujos esforços assentam na redução pessoal da pegada de carbono e na construção de formas de vida alternativas. Formam-se igualmente comunidades («nichos verdes») que mostram que, mesmo inseridos na sociedade contemporânea, é possível viver de forma harmoniosa e sustentável (Ockwell, Whitmarsh e O'Neill, 2009). Veja-se os exemplos das eco-vilas, que procuram ser completamente autossustentáveis em termos energéticos e alimentares ou do movimento *freegan*, que propõe a abolição do dinheiro e das trocas comerciais. Estes nichos são, no entanto, naturalmente minoritários comparando à população geral e a sua eficácia no que toca a uma mitigação factual da crise climática (em particular dada a urgência de limitação rápida das emissões) mostra-se limitada. Como se atesta,

It is however questionable as to how adequate these grassroots changes are for responding to the scale and urgency of the climate challenge. Most of the examples [of these communities] are relatively limited in scale and we have no idea how long it would take for them to roll out across the whole of society (Ockwell, Whitmarsh e O'Neill, 2009, 317).

Para além disso, verifica-se que as emissões de GEE continuam a aumentar em paralelo ao aumento da consciência e do conhecimento sobre as alterações climáticas, mostrando que não se trata apenas de uma questão de falta de informação (Carvalho, 2000a; Lorenzoni, Nicholson-Cole e Whitmarsh, 2007; Ockwell, Whitmarsh e O'Neill, 2009; Lemons e Brown, 2011; Butler, Sainsbury e Armstrong, 2011). Paradoxalmente, a ação governamental tem-se focado maioritariamente na realização de campanhas de sensibilização dirigidas à promoção de comportamentos mais ecológicos ou amigos do ambiente (veja-se a campanha

“Are you doing your bit?” de 1998-2000, Reino Unido). Este tipo de campanhas, apesar de ter contribuído para o aumento da sensibilização para o problema, pouco resultou em termos de envolvimento da população (Ockwell, Whitmarsh e O’Neill, 2009).

Assim, entende-se que a promoção de mudança individual de comportamentos é uma solução desadequada para fazer face ao desafio das alterações climáticas. O alcance desta crise transcende a ação individual, a qual contribui apenas marginalmente para os valores de emissões de gases com efeitos de estufa. De valor simbólico ou educativo, as soluções que assentam num mercado que tarda a posicionar-se do lado da sustentabilidade são vistas como pragmaticamente infrutíferas. Como se sentencia,

O que aqui vislumbramos são soluções bem pouco congruentes com a natureza e gravidade dos problemas a que presumivelmente deveriam responder. Sendo focadas no cidadão, assentam acima de tudo em formas circunstanciais e efémeras de voluntarismo ou numa longínqua expectativa no esforço educativo público que, em muitos casos, nem sequer tem tido grande sucesso (Lima e Nave, 2016, 414).

A completa ineficácia que esta abordagem tem sistematicamente demonstrado na mitigação de um problema à escala das alterações climáticas resulta, entre outros, de um equívoco na interpretação acerca da raiz do problema e acerca da responsabilidade do indivíduo enquanto causa e parte da solução. Ao promover-se a alteração individual dos comportamentos, o que se está a fazer de forma implícita é “considerar que os problemas que se quer resolver decorrem da responsabilidade do indivíduo, desvalorizando-se um conjunto alargado de condicionantes estruturais e contextuais.” (Horta e Fonseca, 2015, 70).

A ineficácia sistemática das estratégias anteriormente enunciadas fez emergir progressivamente uma interpretação alternativa, diametralmente oposta ao que foi até agora descrito. Esta nova abordagem propõe que olhemos para a crise climática enquanto sintoma de uma crise mais abrangente e estrutural: o fracasso do nosso sistema económico, assente numa lógica extrativista e de crescimento infinito. Assim, sublinha-se o papel das estruturas e sistemas sociais enquanto raiz dos problemas ambientais (e sociais) contemporâneos (Kenis e Mathijs, 2012). Procura-se uma mudança sistémica revolucionária, e não apenas reformista, assente em ambiciosas propostas de reformulação económica e na defesa da transição energética para energias renováveis (Storm, 2009; Kenis e Mathijs, 2012, Klein, 2014, por exemplo). Segundo esta perspetiva, é impossível solucionar a crise climática e prosseguir com o mesmo modelo societal em decadência. Como se sentencia, “we need to give up all hope

that a replacement for fossil fuel can be found that will allow everything to remain exactly as it is now.” (Storm, 2009, 1032).

Conjetura-se, deste modo, que temos de procurar alternativas ao atual modelo económico dado que a mitigação da crise climática entra em contradição a um nível fundamental com as instituições capitalistas. Por esta razão, se estabelece que “climate stability can only be achieved by slowing down (global) economic growth significantly, to low or even negative rates, and to make this socially and politically acceptable, capitalism’s institutions have to be drastically reformed and made fundamentally more equitable.” (Storm, 2009, 1032). Assim, a perspetiva sistémica encara as alterações climáticas enquanto problema global, transversal a todos os setores e estruturas da nossa sociedade e considera risível a noção de que indivíduos isolados terão algum impacto num sistema cuja sobrevivência perpetua o problema.

A atribuição da raiz do problema ao próprio funcionamento estrutural da sociedade cria, inadvertidamente, uma oportunidade de recriar a sociedade contemporânea e repensar muitas das estruturas nas quais assentam as desigualdades e os problemas sociais contemporâneos. Apesar das dificuldades que se enfrenta, a crise climática traz uma oportunidade de desafiar princípios incontestados e construir uma mudança efetiva, alternativa ao sistema capitalista atual. Naomi Klein (2014) partilha desta visão, vendo a oportunidade de a crise climática ser uma força catalisadora para uma mudança positiva e para repensar e reconstruir todos os setores da sociedade que se encontram atualmente em decadência. Nomeadamente, a autora vê na crise climática a oportunidade de reviver as economias locais, de recuperar o poder democrático face ao poder corporativo, de bloquear novos acordos de comércio livre, de investir em habitação acessível, em melhores serviços de energia e abastecimento de água, de reestruturar o sistema agrícola tornando-o mais saudável e sustentável, enfim, de reconstruir todos os setores que requerem atualmente reestruturação, independentemente das alterações climáticas. No fundo, Klein (2014) argumenta que, ao atuar diretamente na raiz do problema, não só ficaremos com um clima mais habitável como caminhamos para uma economia mais justa e uma sociedade mais igualitária.

A constante inação por parte das estruturas de poder, por sua vez, causou uma progressiva radicalização dos meios de ação, por parte do movimento social. Visto que os Governos têm sistematicamente demonstrado que não estão dispostos a tomar uma atitude proativa e eficaz de mitigação e adaptação face às alterações climáticas, considera-se que é fundamental haver pressão por grupos de ativistas para persuadir os Governos a agir (Roser-

Renouf et al., 2014; Feldman e Hart, 2016; Hale, 2010; Delina, Diesendorf e Merson, 2014; Klein, 2014; Torabi, Dedekorkut-Howes e Howes, 2017). A necessidade absoluta de ação imediata para mitigar e atenuar a crise climática culmina no recurso a formas de ativismo consideradas mais radicais, nomeadamente a desobediência cívica, que implica a desobediência a um sistema legal que se considera injusto (Storm, 2009; Gavin, 2010; Mckibben, 2011; Dernbach, 2011; Lemons e Brown, 2011; Butler, Sainsbury e Armstrong, 2011).

Esta nova abordagem, na origem do movimento pela justiça climática, assenta numa visão sistémica da problemática e centra-se na ação coletiva. O manifesto desta nova abordagem foi escrito em 2009, em tom provocatório⁷, com um título que é por si já autoexplicativo: “Forget shorter showers.” (Jensen, 2009). Neste artigo de opinião, é criticada a atribuição de responsabilidade ao indivíduo e são desvalorizadas as tentativas de mitigação das alterações climáticas individualistas que haviam sido propostas por *An Inconvenient Truth*. Essencialmente, a mensagem que se procura transmitir é de que mudanças individuais não resultam em mudanças sociais (“Personal change doesn’t equal social change”, Jensen, 2009). Esta nova interpretação de uma necessidade de mudança social radical transparece no próprio ativismo – veja-se a nova utilização do *slogan* “System change not lifestyle change”, variante de “system change not climate change”. No fundo, condena-se não só as estruturas e valores do atual paradigma capitalista como o próprio movimento verde tradicional, censurando a falta de ligação entre sistema capitalista, exploração humana e exploração ambiental no centro da crise climática (Schlembach, 2011).

Partindo desta perspetiva, começa então a emergir um movimento social concertado cujo núcleo é a justiça climática, razão pela qual é frequentemente apelidado de movimento pela justiça climática. Em linhas gerais, o movimento caracteriza-se por ser de raiz popular (*grassroots*), anticapitalista e por aliar a noção de justiça social a problemas ambientais (Schlembach, 2011). A compreensão de que a crise climática resulta de e amplia desigualdades sociais reside no cerne do movimento. Deste modo, integra-se na perfeição em correntes anticapitalistas e de justiça social mais amplas e globais.

O conceito de justiça climática baseia-se na premissa simples de que as alterações climáticas são causadas pela acumulação de gases com efeito de estufa na atmosfera. Assim

⁷ “Would any sane person think dumpster diving would have stopped Hitler or that composting would have ended slavery or brought about the eight-hour workday, or that chopping wood and carrying water would have gotten people out of Tsarist prisons, or that dancing naked around a fire would have helped put in place the Voting Rights Act of 1957 or the Civil Rights Act of 1964?” (Jensen, 2009).

sendo, os países industrializados já emitiram cumulativamente muito maiores quantidades de gases com efeito de estufa do que os países com economias emergentes ou subdesenvolvidos. Ao mesmo tempo, devido à industrialização mais precoce, os países que mais gases com efeito de estufa emitiram são também aqueles cuja economia é mais robusta e, portanto, são aqueles que melhor se conseguirão adaptar às consequências das perturbações climáticas (Klein, 2014). Como se explica,

The countries that got a large head start on industrialization have done a great deal more emitting than most others. And yet many of the countries that have emitted least are getting hit by the impacts of climate change first and worst (the result of geographical bad luck as well as the particular vulnerabilities created by poverty) (Klein, 2014, 40).

Essencialmente, os países menos desenvolvidos são os menos responsáveis pelas emissões de carbono, mas paradoxalmente são aqueles que mais sofrerão as consequências da crise climática devido à maior vulnerabilidade criada pela pobreza e à sua localização geográfica (Dernbach, 2011; Lemons e Brown, 2011; Kluttz e Walter, 2018). Concretamente, a ocorrência de fenómenos naturais extremos é marcadamente mais destrutiva em regiões economicamente desfavorecidas, devido a construções mais precárias e à menor capacidade de proteção, à menor capacidade de financiamento, que implica menor poder de implementar planos de adaptação e, com os fluxos migratórios gerados pela subida do nível do mar, as comunidades mais marginalizadas serão mais propensas a discriminação no acesso a bens e serviços (Klein, 2014). Como se afirma, “Undoubtedly, the central climate justice message is that poor people have not been waiting for the science on global warming. They have been living with it for many years, being something like the ‘social sinks’ of environmental costs.” (Koukouvelis, 2017, 755).

Por este motivo, os princípios da justiça climática são inalienáveis para o ativismo em países em desenvolvimento e estão patentes mesmo em discursos oficiais (Dernbach, 2011). Nos discursos de países do Sul, vemos uma clara compreensão de que o Norte é responsável pela maior parte das emissões de gases com efeito de estufa e de que, devido ao maior poder económico, está mais capaz de se adaptar às alterações climáticas sendo por isso menos vulnerável (Kleres e Wettergren, 2017). Nestes países em que se encontram as populações mais vulneráveis às alterações climáticas, os sentimentos motivadores de ação predominantes são a raiva e a atribuição de culpa (Kleres e Wettergren, 2017). Por oposição, em países considerados desenvolvidos ou industrializados, mostra-se maior prudência em discursos institucionais ou governamentais no que toca à importância da justiça climática, fugindo-se da

atribuição de culpa e preconizando-se ao invés soluções tecnológicas ou de mercado (Dernbach, 2011; Kleres e Wettergren, 2017).

A discrepância entre os países mais responsáveis pela emissão de gases com efeitos de estufa e os mais afetados pelos efeitos nefastos da crise climática é a base para a noção de justiça climática. Preconiza-se, neste sentido, uma transição para uma sociedade de baixo carbono assente no conceito de justiça. A solução deve, assim, incluir a proteção e empoderamento destas comunidades que pouco contribuíram para a crise climática, mas que mais sofrerão as suas consequências – em particular comunidades indígenas, países em desenvolvimento e comunidades socioeconomicamente desfavorecidas no geral (Kluttz e Walter, 2018).

Esta síntese de problemas sociais e ambientais representa simultaneamente uma mais-valia e uma dificuldade para o movimento. Mais-valia porque a capacidade de sintetizar diferentes problemas sociais contemporâneos conseguiu captar participantes que integravam outros movimentos sociais (contra a discriminação de género, o racismo, a homofobia etc.). Ao mesmo tempo, ao tentar conceber uma solução global para os problemas ambientais e sociais em simultâneo, o movimento de justiça climática depara-se com uma enorme complexidade de interações, nas quais o caminho a seguir nem sempre é claro. A maior dificuldade é, então, manter-se fiel tanto aos objetivos sociais como ambientais, o que pode tornar-se difícil quando surgem conflitos de interesse entre a causa social e ambiental. Como exemplifica Schlembach (2011), a oposição a certas indústrias pode levar a conflitos de interesse entre a causa ambiental (terminar com indústrias poluentes) e a causa social (proteger os trabalhadores e os sindicatos de todos os setores, incluindo os mais poluentes).

Perante esta dificuldade, surge a noção de transição justa, que pretende aliar os dois universos: ambiental e social. Neste sentido, reivindicam-se grandes fluxos de financiamento de países industrializados para países não industrializados, de modo a potenciar a transição energética e a implementar medidas de adaptação em países mais vulneráveis e menos emissores (Klein, 2014). A proposta dos empregos para o clima é um exemplo de operacionalização da noção de transição justa, que propõe medidas concretas de transição para uma sociedade de baixo carbono em vários setores económicos como o energético, o setor dos transportes e a produção agrícola e pecuária (Neale, 2014). Esta proposta, que foi transposta e adaptada ao contexto português pelo movimento, foca especialmente medidas que apoiem os trabalhadores de indústrias poluentes e emissoras que terão inevitavelmente

de ser encerradas na sua transição para novos empregos que contribuam para a transição energética necessária a uma economia de baixo carbono.

O movimento pela justiça climática é, no fundo, o ponto de chegada deste capítulo. A ciência avisou-nos com crescente certeza dos impactos da crise climática e da necessidade de agir para a mitigar e para nos adaptarmos às suas consequências. A política nacional e internacional respondeu, reticentemente, a estes apelos com incontáveis planos, comissões, mecanismos e negociações que se provaram, finalmente, insuficientes e ineficazes. Independentemente das declarações oficiais vitoriosas, proclamando a vanguarda na ação climática, a ciência é muito clara – não estamos a fazer as mudanças estruturais necessárias à prevenção do total descontrolo climático. Perante este impasse, surge o movimento social pelo clima, que tem progressivamente deixado de estar circunscrito ao movimento ambientalista, adotando agora uma perspetiva mais abrangente que interliga as esferas política, económica, social e ambiental. Vejamos, de seguida, como ocorreu esta evolução e de que forma os novos atores sociais contribuíram para a nova configuração do movimento.

3.1.5. Breve história do movimento pela justiça climática

As preocupações com as alterações climáticas surgiram integradas, na sua origem, no movimento ambientalista, que teve início nos anos 1970, contemporaneamente ao primeiro dia da Terra (Hannigan, 1995). Na génese, o tema das alterações climáticas encontrava-se diluído com outros temas ambientais e o ativismo ambiental procurava uma alteração profunda na relação do homem com a natureza (Lima e Nave, 2016). De raiz biocêntrica, em conformidade com a ecologia profunda, seguia-se uma abordagem de “Earth first” (Lima e Nave, 2016).

Em Yearley (1992) delinea-se uma visão de conjunto sobre as alterações climáticas na qual, embora não se faça uso especificamente do termo justiça climática, estão já patentes noções centrais ao conceito – a responsabilidade dos países industrializados na destruição ambiental e a distribuição injusta de impactos nos países em desenvolvimento. O termo justiça climática aparece, pela primeira vez, num relatório de 1999 intitulado “Greenhouse gangsters vs. climate justice” (Bruno, Karliner e Brotsky, 1999). Neste relatório estabelece-se que tão ou mais importante do que a redução pessoal do consumo é a ação coletiva para atribuir responsabilidade da crise climática e exigir ação (Bruno, Karliner e Brotsky, 1999).

No entanto, foi o início das negociações internacionais, as quais traziam a promessa do enquadramento das alterações climáticas na política internacional, que impulsionaram os primórdios do atual movimento social. Isto porque estas negociações internacionais contaram sobretudo com a participação dos países Ocidentais e do Hemisfério Norte (Nulman, 2015), excluindo os países do Sul Global que lidam com os impactos mais graves. Paralelamente às sessões de negociação sobre o clima da ONU, começaram a ser realizadas reuniões alternativas, nas quais defensores da justiça climática tomaram a palavra acerca dos processos de decisão oficiais (Koukouzelis, 2017). Isto verificou-se, por exemplo, durante a realização da COP8 em Deli (2002), em que foi organizada uma cimeira não-oficial em simultâneo, da qual resultou a emblemática Declaração de Justiça Climática de Deli. Esta declaração, que enfatiza a posição da Índia enquanto região fortemente afetada, reforça que a crise climática é um problema de direitos humanos, causado sobretudo pelo modo insustentável de consumo do Norte economicamente próspero e condena as soluções de mercado que guiaram as negociações.

No seguimento da Declaração de Deli, juntaram-se em Bali, no contexto da COP13 (2007) representantes de comunidades afetadas pelas alterações climáticas unidos sob o slogan “Justiça climática já!”⁸ e juntos formaram a rede internacional com o mesmo nome. Neste momento, foram definidos princípios determinantes do movimento social que se formou em torno deste conceito: o princípio de responsabilidade histórica ou de dívida ecológica, que significa que a responsabilidade financeira de potenciar a transição para uma sociedade de baixo carbono deve ser acarretada sobretudo por aqueles que beneficiaram do anterior sistema; o princípio de justiça na distribuição de recursos naturais, como energia, terra e água; o direito à compensação de aqueles que estão a ser deslocados devido a fenómenos associados às alterações climáticas; e o direito de participação equitativa na tomada de decisões (Koukouzelis, 2017). Esta cooperação internacional em torno da justiça climática foi consolidada em paralelo à Cimeira do Clima em Copenhaga (COP15) em 2009, sendo formada a Rede de Ação pela Justiça Climática (Climate Justice Action Network), que promoveu ações diretas e desobediência cívica durante a cimeira, sob o *slogan* “system change not climate change”. Atualmente, o CJN é formado por centenas de grupos de base, como o European Climate Justice Action ou o UK Climate Camp.

Hoje, o conceito de justiça climática é utilizado como sinédoque para designar o conjunto de grupos de ativismo que constituem o movimento que procura fazer face às

⁸ Climate justice now! ou CJN

alterações climáticas de uma perspectiva holística. Apesar de relevante e ativo, o movimento teve até muito recentemente dificuldade em promover a participação sustentada e duradoura e afirmar a crise climática como um tema fundamental e incontornável perante os *media* e os círculos políticos (Thomas, Cretney e Hayward, 2019). A recente entrada de dois novos atores sociais veio dar um impulso ao movimento que permitiu um protagonismo nunca atingido anteriormente. Estes novos atores estão integrados numa rede internacional coesa e conseguiram significativa atenção mediática devido ao seu ineditismo: a greve climática estudantil e o Extinction Rebellion.

A integração da greve climática estudantil no movimento pelo clima é, talvez, a adição mais valiosa ao movimento até ao momento, responsável em grande parte pela sua revitalização e pela atração de participantes de uma faixa etária inédita em movimentos sociais. A origem da greve climática estudantil remonta a setembro de 2018, quando a jovem estudante sueca Greta Thunberg decide faltar às aulas durante o período de eleições, como forma de protesto contra a inação governamental em matéria de mitigação e adaptação às alterações climáticas. Após o período de eleições ter terminado, decide continuar a fazer greve à escola todas as sextas-feiras, criando o precedente do que se tornarão as Fridays for Future, a prática dos estudantes de faltarem às aulas todas as sextas-feiras como protesto. Seguindo o exemplo de Greta Thunberg, a uma velocidade alucinante, estudantes em todo o mundo organizaram greves estudantis, apresentaram reivindicações e denunciaram a inação governamental nos seus países. Esta rápida organização e mobilização das crianças e jovens revelou que existia já latente uma inquietação e urgência de agir, despertada pelas palavras incisivas de Greta Thunberg. Sentindo na pele o conceito de injustiça climática, vendo-se perante um futuro nefasto para o qual não contribuíram, a participação cívica em um movimento de bases mostrou-se, pela primeira vez, uma necessidade aos olhos destas crianças e jovens ativistas. A primeira greve estudantil internacional pelo clima realizou-se a 15 de março de 2019 e consolidou a entrada no campo político deste novo ator social que esteve até agora completamente alienado da participação cívica – as crianças da escola. A primeira greve internacional obteve uma participação notável e contou com a participação de 1,4 milhões de pessoas em 1 700 cidades do mundo (Thomas, Cretney e Hayward, 2019).

Para além da grande mobilização que foi conseguida, a greve estudantil veio revolucionar noções estabelecidas de cidadania e democracia. Como se observa,

In looking at the strikes through the lens of citizenship, we can understand the strikers and young people recognizing their agency and exercising it. In a political culture where political

engagement is so often framed as meaning voting every 3 years, young people have seen and called out the fallacy of this shallow understanding of democracy (Thomas, Cretney e Howard, 2019).

As greves à escola pelo clima representam, assim, um momento histórico à escala global no qual jovens, notoriamente menores de idade, expressam desejo de participação cívica e impõem a legitimidade de participarem na delineação de medidas governamentais que vão impactar diretamente o seu futuro. Reagindo a esta entrada inédita de menores no campo político, notou-se uma tendência de descredibilização por parte de figuras com posições de liderança a nível político ou no campo da educação face à eficácia ou legitimidade dos protestos (Thomas, Cretney e Hayward, 2019).

O outro ator que entrou no movimento pela justiça climática, contemporâneo da greve climática estudantil, foi o Extinction Rebellion. O Extinction Rebellion (XR) foi criado no final de 2018 e ganhou protagonismo após a ação de desobediência cívica em massa realizada em Londres em outubro de 2018, na qual bloquearam, com sucesso, cinco pontes do centro de Londres, no que foi considerado pelo jornal *The Guardian* uma das maiores ações de desobediência cívica pacífica no Reino Unido (Taylor e Gayle, 2018). Partindo da noção de que os governos apenas vão agir se forem confrontados com suficiente pressão de movimentos de base, o XR procura novas formas de ação que sejam mais eficazes a chamar a atenção de governos do que as táticas usadas até ao momento (Gunningham, 2019). Assim, a desobediência cívica em massa é uma estratégia para pressionar o governo a adotar as suas exigências: a declaração de emergência climática, a redução da emissão de gases com efeito de estufa, atingindo a neutralidade em 2025 e a criação de uma Assembleia de Cidadãos para a delineação de políticas públicas em matéria de justiça climática⁹.

As exigências e meios de ação do Extinction Rebellion foram subscritos por cientistas do clima e académicos, considerando que a gravidade das consequências da crise climática justifica a radicalização das reivindicações (Green, 2019). Considera-se que este ator do movimento é legítimo e estruturado, (“This is a remarkably promising beginning and XR’s strategy going forward is coherent, well researched and convincing.”, Gunningham, 2019) e que em pouco tempo de ação conseguiu já sucesso significativo.

Em suma, a história do movimento pelo clima testemunha mudanças profundas tanto em termos de abordagem como de composição e meios de ação. Inicialmente integrado no

⁹ As reivindicações do Extinction Rebellion estão expostas em “Our demands”: <https://rebellion.earth/the-truth/demands/>

movimento dito ambientalista e partindo de uma perspectiva de ética ambiental, atualmente o movimento pelo clima é inalienável de preocupações sociais e do valor de justiça. Para além disso, o movimento tem vindo a integrar participantes que não tinham anteriormente uma participação sistemática enquanto atores fundamentais do movimento.

3.2. Ativismo e Movimento Social: confluências, divergências e interações mútuas.

Visto que o objeto de estudo desta pesquisa é o ativismo climático, os conceitos de movimento social e de ativismo encontram-se no cerne da pesquisa. Iremos neste subcapítulo ver em que consiste o ativismo e o movimento social e a forma orgânica como estes conceitos interagem.

3.2.1. O movimento social: definição e delimitação

Um movimento social caracteriza-se, em primeira instância, pela procura de mudança social e estrutural profunda, sobretudo a mudança simbólica do quadro de representações sociais que guia o pensamento coletivo. Um movimento social aspira, no fundo, substituir representações sociais existentes e legitimar novas representações. Como se afirma, “Movements are in fact carriers of symbolic messages: they aim to influence bystanders, spreading their own conception of the world, and they struggle to have new identities recognized.” (Porta e Diani, 2006, 232).

Acima de tudo, um movimento social existe em função do seu objetivo – sendo que o objetivo último é que eventualmente o movimento social possa desvanecer-se devido à alteração profunda da mentalidade ou das políticas de uma sociedade, anulando assim a sua necessidade de existir. Como Johnston (2014) afirma, “social movements are characterized by big, change-oriented ideas that guide them and impart them to an overall unity.” (14). Aqui, o autor chama a atenção para um aspeto relevante e distintivo dos movimentos sociais face a outras configurações de grupos de cidadãos e de ativistas, isto é, os seus objetivos têm de implicar uma mudança estrutural e não apenas pontual. Assim, um movimento social distingue-se de protestos populares e de fenómenos de massas guiados pelo pânico ou por contágios de moda, bem como de ações que emergem de forma episódica e sobre temas muito específicos (Nunes, 2014). Como se explica,

We have a social movement dynamic going on when single episodes of collective action are perceived as components of a longer-lasting action, rather than discrete events; and when those who are engaged in them feel linked by ties of solidarity and of ideal communion with protagonists of other analogous mobilizations (Porta e Diani, 2006, 23).

Para Porta e Diani (2006) e Nunes (2014), as características nucleares de um movimento social desdobram-se em três princípios: o princípio da identidade, que se materializa na definição do ator, o princípio da oposição, que corresponde à identificação do adversário social e o princípio da totalidade, que diz respeito à referência de temas culturais comuns. Salienta-se ainda que, para considerar que existe um princípio de identidade, este sentimento de pertença deve persistir mesmo após certa iniciativa ou campanha ter terminado (Porta e Diani, 2006). Do mesmo modo, Johnston (2014) acrescenta outros elementos que considera centrais: a ideologia, que corresponde à componente ideacional-interpretativa dos movimentos sociais, e os enquadramentos da ação, isto é, as construções sociais partilhadas que interpretam diferentes situações e dão significado e direção a um movimento social. Como se sintetiza, para identificarmos um movimento social, devemos procurar “a presença da noção de conflito, a existência de duas partes que se opõem, de uma identidade partilhada e de uma ação que exige uma certa continuidade e coesão num determinado momento e que vai além do significado de um protesto ou de uma manifestação.” (Nunes, 2014, 144).

Em termos de participantes, o movimento social não tem como objetivo ser homogêneo. Em vez disso, integra uma constelação de diferentes atores e grupos de atores e é palco de capacidades e interpretações diversas, permitindo diferentes abordagens a respeito do problema central (Delina, Diesendorf e Merson, 2014). Ilustrando esta diversidade de atores, um movimento social pode incluir atores exteriores às organizações e coletivos de ativistas¹⁰, como por exemplo um partido político, Igrejas ou cidadãos que apenas esporadicamente participam (Smith, 2001). Devido a esta diversidade de atores, a organização dos movimentos sociais é de grosso modo informal, sem uma hierarquia definida e sem uma autoridade central, formando pelo contrário, redes de informação e solidariedade (Delina, Diesendorf e Merson, 2014).

A interação dentro de um movimento social caracteriza-se pela formação de redes (ou *networks*). A força de um movimento social reside precisamente na interligação dos vários

¹⁰ Um coletivo de ativistas designa um grupo de cidadãos sem organização formal ou hierárquica, de participação aberta, que preconiza uma mudança política ou social numa área específica e realiza ações na mesma.

tipos de atores que participam, como organizações de movimentos sociais (SMO's ou *social movements organizations*), grupos informais, participantes que se dedicam à causa em tempo completo, participantes que se dedicam a tempo parcial e intermitentemente e espectadores simpatizantes que ainda não agiram necessariamente dentro do movimento social, entre outros (Porta e Diani, 2006; Johnston, 2014).

Estas interligações sociais que se estabelecem entre diferentes atores são simultaneamente um facilitador e um produto da ação coletiva, na medida em que, por um lado, são necessários laços para garantir e consolidar a participação dos indivíduos e, por outro, a própria participação na organização e execução de ações coletivas é agente na criação e consolidação destes laços (Porta e Diani, 2006). A criação de laços profundos é particularmente relevante no que toca a ações coletivas com um elevado custo ou que acarretem algum perigo para os manifestantes, sendo necessário o estabelecimento de fortes vínculos que justifiquem o maior envolvimento (Porta e Diani, 2006). Sobottka (2010) menciona a criação de um ator coletivo que, em linhas gerais, corresponde à anulação pontual da individualidade dos participantes do movimento em prol da oposição ao adversário comum. O autor explica que este fenómeno “surge em circunstâncias sociais bem específicas, quando mais e mais pessoas percebem que têm em comum demandas, cujo acesso lhes é dificultado ou interdito por oponentes que, embora ainda dominantes, tornam-se vulneráveis.” (Sobottka, 2010, 24).

Apesar de tradicionalmente os movimentos sociais serem definidos como uma estrutura na qual não existe hierarquia, na maioria dos casos, uma parte integrante do movimento social são as organizações. Estas organizações são instituições formais, as quais têm uma hierarquia e modo de funcionamento próprios, independente dos restantes participantes do movimento, e são frequentemente confundidas com o movimento social em si (veja-se o caso da *Greenpeace*, frequentemente encarada como sinónimo do movimento ambientalista ou da *PETA: People for the ethical treatment of animals*, enquanto sinónimo do movimento dos direitos dos animais). Apesar deste erro comum de confusão de uma organização com o próprio movimento, salienta-se que o movimento não se limita nem circunscreve à organização, ainda que partilhem a problemática central e o objetivo (Stammers e Eschle, 2005; Johnston, 2014; Smith, 2011). Um movimento social distingue-se de uma organização na medida em que implica necessariamente ativismo informal e extra-institucional (Stammers e Eschle, 2005) e uma das suas características-chave é que opera fundamentalmente fora dos canais políticos e institucionais (Johnston, 2014). As organizações

tendem a privilegiar ações mais moderadas, de menor desafio do *status quo*, mas são importantes fontes de continuidade, facilitam a captação de novos participantes e o aumento de mobilização (Porta e Diani, 2006).

Apesar de serem aplicadas diferentes estratégias de ação, como campanhas, angariações de fundos, estratégias de comunicação social e *lobbying*, o ativismo é central no movimento pelo clima. Forma não rotineira de afetar processos políticos, sociais e culturais, o ativismo não ocorre somente no contexto do movimento social, mas constitui um componente e uma ferramenta a ele inescapável.

3.2.2. O ativismo enquanto ferramenta do movimento social

O conceito de ativismo diz respeito a uma teia de ações coletivas que transcende ações institucionais e que tem como objetivo promover alguma alteração política, social ou cultural através de pressão social. O ativismo é um termo muito lato e incorpora diferentes graus de envolvimento – desde ações integradas em ONG à ação direta (Stammers e Eschle, 2005). Na sua definição tradicional, o ativismo é uma forma de organização e de ação política direta de base, marcada pela difusão de informações em rede e com objetivos ligados aos direitos humanos, civis e ambientais (Felice, 2018). A mudança individual dos comportamentos, pelo contrário, não se enquadra no conceito de ativismo pois ativismo implica necessariamente uma mudança coletiva mais abrangente (Sloot et al., 2018).

Apesar do paralelismo que se observa entre ativismo e movimento social, os dois conceitos não são inteiramente sobreponíveis. Tal como nos movimentos sociais, os principais objetivos do ativismo são a influência das políticas públicas e a alteração progressiva de atitudes, crenças e comportamentos. Em adição, tal como num movimento social, um grupo de ativistas também se caracteriza pelas relações informais e pela organização horizontal e democrática (Stammers e Eschle, 2005).

No sentido lato, o ativismo corresponde às ações observáveis e quantificáveis de um movimento social, mas ações de ativismo não estão necessariamente inseridas num movimento social. O ativismo pode responder a uma necessidade que não justifique a delimitação de uma estratégia a longo prazo. Podem existir, assim, grupos de ativistas que atuam intermitentemente ou pontualmente e protestos que reúnem ativistas que não estabeleceram entre si relações de afinidade em momentos de contestação que não requeiram continuidade. Em síntese, o ativismo distingue-se de movimento social na medida em que o primeiro não implica uma identidade coletiva, nem a continuidade de ação. Assim,

pode haver formas de ativismo pontuais, que após a razão da sua existência terminar, extinguem-se. No entanto, o ativismo, quando não inserido num movimento social, tem tendência a ser de curta duração (ou a tornar-se um movimento social) (Felice, 2018). Se, por um lado, podem existir formas de ativismo independentes de um movimento social, dificilmente existirá um movimento social sem ativismo, já que as ações que se praticam no contexto do movimento social constituem frequentemente formas de ativismo.

O ativismo culmina frequentemente na realização de protestos, ações coletivas legais de rua com o objetivo de influenciar a opinião pública ou de pressionar governos a adotar determinadas medidas governamentais. Todavia, o ativismo não se esgota na realização de protestos, integrando pelo contrário um espectro variado de ações, com diferentes níveis de envolvimento. O conceito de ativismo pode integrar, assim, declarações públicas e sensibilização, a assinatura de petições, protestos legais (como marchas, vigílias ou manifestações), ações diretas (como boicotes), ações ilegais mas não violentas, também chamadas de desobediência cívica (como greves não autorizadas e ocupação de edifícios) e, por fim, ações violentas (Porta e Diani, 2006). A violência pode ser usada simbolicamente enquanto recusa de sistema opressivo ou como instrumento de obtenção de atenção mediática (Porta e Diani, 2006). O recurso à violência pode, no entanto, ter um efeito paradoxal pois, se por um lado ações violentas captam mais atenção pública e mediática do que ações pacíficas e ordeiras (Gamson e Wolfsfeld, 1993), o uso da violência pode despoletar um agravamento na repressão, alienar possíveis simpatizantes e gerar uma bipolarização no conflito, reduzindo-o a uma divisão maniqueísta entre a ordem e a desordem (Porta e Diani, 2006).

A descrição do conceito de ativismo presente neste subcapítulo diz respeito ao ativismo “tradicional”, assente na participação física e de proximidade. No entanto, a evolução e democratização dos meios de comunicação digitais pode estar na origem de uma verdadeira revolução do ativismo. Trazendo novas possibilidades de organização e partilha de informações, as tecnologias da informação e comunicação (TIC) tornaram-se uma valiosa ferramenta dos ativistas, mas que não deixa de acarretar possíveis limitações.

3.2.3. O ativismo digital: emergência de um novo paradigma de ativismo?

As formas de organização de cidadãos têm vindo a mudar significativamente nas últimas décadas, alterando completamente os modos tradicionais de ativismo, em grande

parte devido ao desenvolvimento das tecnologias de comunicação digitais. O desenvolvimento e democratização das TIC facilitaram a criação de redes entre os participantes, agora através de *networks* digitais. Em Portugal, este fenómeno tem início em 2011, com o movimento da “Geração à Rasca”, marcando este ano um momento de viragem para um novo ciclo de protesto, surgindo novas e inesperadas formas de mobilização coletiva (Campos, Pereira e Simões, 2016). Emerge assim um ativismo em rede, dinâmico, temporário e imprevisível.

Massimo di Felice (2018) descreve e caracteriza este novo tipo de ativismo, que emerge como consequência do desenvolvimento das TIC, como um ativismo que se organiza verdadeiramente horizontalmente, em rede e no qual o acesso às redes digitais e à possibilidade de troca de informações se tornaram fatores determinantes para a participação e para as interações sociais. O autor caracteriza este novo ativismo (o *net-ativismo*) como operando num conflito “sem lugar”, sem representantes nem porta-vozes e sem hierarquias. Segundo o autor, o net-ativismo não só fortalece os grupos de ativistas como dá origem a um novo tipo de participação sem limites, criando um conflito aberto e ilimitado, que se estende por territórios distantes, populações diversas, fluxos informativos e dados (Felice, 2018). Como se explica,

A conflitualidade tradicional, previsível, perpetuada por atores políticos institucionais ativos sobre um território (...) é assim substituída por uma conflitualidade dinâmica e comunicativa, em que os atores se multiplicavam continuamente, atuando no conflito de maneira imprevisível. Esse último se delineava, conseqüentemente, como um cenário múltiplo de difícil controle, no qual a identidade e os papéis dos atores, além de serem múltiplos, moviam-se em continuação em uma pluralidade de espaços e em diversas formas de atuação.” (111).

No âmbito do ativismo ambiental, a Internet trouxe a possibilidade de reunir, analisar e manipular uma quantidade incomensurável de dados, o que mudou a forma como encaramos o ambiente, na medida em que é possível aceder a dados que demonstram a ação humana nociva sobre o ambiente em tempo real (Felice, 2018). Para além disso, os meios de comunicação digitais permitem o fenómeno de digitalização de elementos naturais, o qual aproxima realidades distantes física e culturalmente. Explicando este fenómeno, afirma-se que

Das florestas tropicais às calotas polares, passando pelas águas dos oceanos, os bancos de dados e as diversas redes que conectam todos os tipos de superfície, tornando aquilo que era isolado e distante algo próximo e interativo, alterando-lhe assim, o *status* e a função ainda que mantendo, ao mesmo tempo, sua forma originária. (Felice, 2018, 189).

No fundo, os *media* digitais servem de chamada de atenção para áreas remotas ou para protestos silenciados: ao filmar e publicar ações realizadas ou desastres ecológicos remotos, aumenta-se a visibilidade de eventos que se encontram distantes.

No mesmo sentido de entusiasmo com as novas possibilidades que as tecnologias da comunicação geram, considera-se que a Internet tem potencial de ser um elemento equalizador e democratizador, abrindo oportunidades políticas para grupos que estariam de outra forma em desvantagem (Gavin, 2010). Por exemplo, a Internet cria a possibilidade de auto-representação sustentável, diminuindo a dependência de jornalistas para serem relatados eventos e protestos importantes e superando assim, em parte, a inconstância do ciclo jornalístico, bem como sua influência por interesses corporativos e governamentais (Lester e Hutchins, 2009). Fala-se, portanto, do potencial emancipador, participativo e democratizante das novas tecnologias de comunicação (Lester e Hutchins, 2009; Campos, Pereira e Simões, 2016; Felice, 2018). Todavia, o campo digital não é um campo inteiramente democrático. Por exemplo, um *website* mais apelativo requer conhecimento técnico especializado (e investimento) pelo que grupos de cidadãos informais continuam numa posição de desvantagem face aos grandes canais de comunicação (Gavin, 2010). A Internet não é, portanto, uma fonte de informação tão imparcial, democrática ou livre de constrangimentos como aparenta (Gavin, 2010).

Para Felice (2018), o ativismo em rede, possibilitado pelas tecnologias de informação e comunicação, suplantou inteiramente o ativismo convencional e trouxe consigo as novas possibilidades da evolução das novas ecologias comunicativas, como o anonimato, o ativismo digital, a imprevisibilidade e a interação crucial entre o público e os ativistas. Todavia, outros autores consideram que o potencial destas novas tecnologias digitais é limitado e que tem sido sistematicamente sobrevalorizado, continuando os grupos de ativistas a enfrentar os mesmos constrangimentos de anteriormente (Gavin, 2010; Campos, Pereira e Simões, 2016). Considera-se, neste sentido, que enquanto que para um público mais restrito (ativistas, simpatizantes e militantes), os *media* digitais têm alcance, para um público indiferenciado (para o resto da sociedade, em particular os infoexcluídos) a rede digital dos ativistas não consegue convencer nem mobilizar (Campos, Pereira e Simões, 2016). Por esta razão, o desafio continua a ser gerir estrategicamente os *media* digitais e os *media* tradicionais de forma a fazer passar a mensagem ao maior número de pessoas (Campos, Pereira e Simões, 2016).

Para Campos, Pereira e Simões (2016), a Internet não é suficiente para garantir um compromisso intenso, criando-se uma dicotomia entre o ativismo *online* e *offline*, dicotomia esta que é considerada perigosa no sentido em que a sobrevalorização do *online* em detrimento da ação de rua é prejudicial para os objetivos do movimento. Isto porque, na perspectiva dos autores, a mudança social e o cumprimento dos objetivos dos diferentes grupos de ativistas só se conseguem com os eventos *offline*. A rua é, portanto, ainda o espaço simbólico e mais impactante da mobilização e luta do ativista por excelência.

Assim, dado que o ativismo é ainda visto como uma realidade de rua, que deve ter uma manifestação física e que exige um comprometimento real e físico por parte do ativista, os meios digitais podem ter um efeito paradoxal, no sentido em que “Se, por um lado, o digital amplifica o campo do ativismo (mobiliza mais pessoas, permite maior participação etc.), por outro lado, corre o risco de desvirtuar a militância ativista, enfraquecendo-a.” (Campos, Pereira e Simões, 2016, 41). Alerta-se assim para a dificuldade de superar o “click-activism”, prática comodista e pouco implicada de fazer ativismo. Do mesmo modo, Porta e Diani (2006) alertam que, embora as plataformas digitais pareçam ser facilitadoras da criação de *networks* e do envolvimento de diferentes atores, estas vêm dificultar a criação de laços profundos entre participantes pelo que podem assim ter um efeito adverso para a sustentabilidade de um movimento, diminuindo a probabilidade de criação de relações de confiança.

Em última análise, o conceito de net-ativismo gera algum debate no que toca aos seus benefícios face ao ativismo “tradicional”. No fundo, contrapõem-se opiniões ambivalentes em relação aos *media* digitais, resultantes de tensões não inteiramente resolvidas entre velhos e novos modos de fazer ativismo. Neste contexto, surgem preocupações acerca do afastamento da realidade, da criação de um “mundo paralelo” e de um novo tipo de participação fácil e inconsequente (ativismo de sofá) (Campos, Pereira e Simões, 2016).

Como vimos ao longo deste capítulo, é impossível falarmos de movimentos sociais e grupos de ativismo e não falarmos de comunicação social. Os próprios ativistas procuram ativamente a cobertura mediática e este é um eixo central nos seus planos de ação e na sua estratégia de atuação. A comunicação social permite uma transmissão da mensagem do grupo que transcende o número inevitavelmente limitado de quem presencia as ações *in loco*, sem a qual o impacto de uma ação, independentemente de quão bem organizada, seria muito limitado. Há, portanto, uma relação de grande dependência entre os movimentos sociais e os canais de comunicação, dado que um movimento social que seja alvo de um completo silêncio

mediático vê o seu poder de influência e mudança significativamente diminuído. Gera-se, assim, como iremos explorar no capítulo seguinte, uma relação desigual entre estas duas entidades que coloca os movimentos sociais e grupos de cidadãos em desvantagem.

3.3. Os Movimentos Sociais e a Comunicação Social

Como já se viu, um movimento social, pela sua definição, vai sempre procurar cobertura mediática como forma de captar novos simpatizantes e militantes, de se afirmar enquanto ator político legítimo, de difundir os seus objetivos e a sua mensagem central e de fazer pressão política. De facto, a influência dos meios de comunicação é um objetivo central para um movimento social. Esta relação entre os movimentos sociais e os *media* opera num ciclo: quanto maior for o apoio pelo movimento, maior será o espaço que os *media* reservam para o seu discurso e, por outro lado, quanto maior cobertura mediática existir, maior apoio um movimento social irá ter. A presença no campo mediático e, por conseguinte, a participação na produção simbólica torna-se assim um objetivo primordial para a sua sobrevivência e sucesso.

No fundo, o que está em causa é a negociação em torno do significado. Tanto os movimentos sociais como *media* realizam um importante trabalho de interpretação. Como se afirma, “Events don’t speak for themselves but must be woven into some larger storyline or frame; they take on their meaning from the frame in which they are embedded.” (Gamson e Wolfsfeld, 1993, 117). É, portanto, necessário um trabalho de enquadramento de noções, valores e normas sociais em quadros de interpretação e significado. Disputa-se, assim, a criação e modelação de representações, procurando-se incutir representações que estejam em concordância com a mundivisão do movimento social.

Enquanto vetores de ideias e pressupostos nos quais se fundamenta o universo consensual e partilhado com o qual convivemos no dia a dia, os meios de comunicação social são importantes agentes de criação de representações sociais (Harré, 1993). Por um lado, são o vetor de linguagem, ela mesma portadora de representações sociais (Jodelet, 1993). Por outro lado, a comunicação social incide sobre os aspetos estruturais e formais do pensamento social, já que ao mesmo tempo envolve processos de interação social, influência, consenso, divergência e polémica (Jodelet, 1993). As representações sociais formadas no contexto da comunicação social dão conta de um processo de normalização progressiva (Moscovici, 1988).

Esta procura de cobertura enquadra-se igualmente num contexto de angariação de simpatizantes e participantes, passo indispensável para o crescimento e consolidação de um

movimento. Esta lógica integra-se num contexto de democracia participativa e tem como resultado o encurralamento das forças de poder político: “Given that demonstrators are also voters, it is assumed that their representatives will change their position rather than risk not being reelected.” (Porta e Diani, 2006, 172).

3.3.1. Os movimentos sociais e a comunicação social: uma relação desigual?

A procura constante de difusão do movimento através da cobertura mediática revela uma abordagem mediocêntrica por parte dos ativistas. Isto implica que grande parte das ações são planeadas com o objetivo principal (por vezes o único objetivo) de captar a atenção mediática. Isto passa pela adoção de estratégias que tornem a sua cobertura desejável por parte dos canais de comunicação. Salzman (2003) identifica diferentes estratégias de adaptação de ações de modo a melhorar a probabilidade de obter cobertura, como a utilização de vestuário inesperado, a utilização de uma curta frase de ordem (propícia a ser utilizada como título), a realização de ações simbólicas (por exemplo a atribuição do prémio de Maior Inimigo da Natureza a um político) ou a associação de eventos e contestações a dias simbólicos (dia da árvore para problemas florestais etc.). No geral, procuram-se ações que sejam visualmente ou culturalmente chamativas, controversas, ou por outras palavras, que tenham valor jornalístico. Embora este tipo de ações possa ter sucesso em termos de cobertura mediática, nem sempre o seu impacto vai além disso pois a cobertura mediática não enquadra necessariamente a ação no contexto político ou simbólico que se pretendia (Lester e Hutchins, 2009).

Por outro lado, apesar da crescente valorização do espaço virtual, os canais de comunicação independentes não parecem vir substituir ou suplantar os meios tradicionais. De facto, os coletivos de ativistas continuam a procurar a cobertura pela imprensa e televisão, reafirmando assim o domínio histórico e cultural da comunicação social tradicional (Lester e Hutchins, 2009). Como se afirma, os manifestantes continuam a adaptar a sua comunicação aos interesses e prioridades jornalísticas tradicionais, passando agora a integrá-las nos novos modelos dos meios de comunicação digitais (Lester e Hutchins, 2009). Por isso se afirma que os ativistas não compreendem o potencial de utilização das novas tecnologias de informação. Como se declara, “rather than challenging the protesters’ need for access to traditional forms of news *media* – allowing them to by-pass corporate, multinational media – the internet has become another device in the strategic toolbox of the environmental movement for gaining

mainstream news media access.” (Lester e Hutchins, 2009, 580-581). Esta prevalência da estratégia direcionada aos *media* tradicionais não é, todavia, totalmente despropositada. Mostra-se que os picos de tráfego nos *sites* independentes de coletivos de ativistas parecem ocorrer em paralelo à cobertura das ações desenvolvidas nos *media* tradicionais (Gavin, 2010).

Esta visão mediocêntrica exacerba assim a crença generalizada de que sem cobertura, uma ação perde legitimidade e obtém efeito diminuto (Lester e Hutchins, 2009). No mesmo sentido, interpreta-se a cobertura mediática enquanto força criadora da própria realidade de um protesto: “a demonstration with no media coverage at all is a nonevent, unlikely to have any positive influence either on mobilizing followers or influencing the target. No news is bad news.” (Gamson e Wolfsfeld, 1993, 116).

Posto isto, o sucesso de uma ação de ativismo é frequentemente avaliado consoante a cobertura mediática que gerou e a atenção mediática pode ser procurada acima de tudo, por vezes com prejuízo para os próprios objetivos. Gamson e Wolfsfeld (1993), identificam três níveis de cobertura procurados pelos movimentos: em primeiro lugar, a cobertura independentemente do conteúdo, a mais prejudicial em termos de credibilidade e de aceitabilidade do movimento, procurada sobretudo quando a posição de um movimento ou grupo de ativistas não está ainda consolidada enquanto organismo credível e legítimo de mudança social. O segundo nível diz respeito ao enquadramento preferencial, isto é, um enquadramento no qual a mundivisão do grupo é proeminente. Por fim, ambiciona-se obter simpatia pelo movimento, na qual a cobertura apresenta favoravelmente a posição dos ativistas, face a outros atores mais poderosos, sendo este o nível de cobertura mais difícil de atingir, mas também o que mais resultados favoráveis traz.

No geral, as fontes com acesso habitual aos *media* têm primazia sobre o conteúdo noticioso, sobretudo quando provêm de organismos governamentais. Todavia, há casos em que movimentos sociais conseguiram impor a sua agenda aos *media* e tornar-se definidores primários. Perante este cenário, os movimentos sociais bem-sucedidos delineiam forçosamente estratégias de aproximação aos jornalistas (Rosa, 2006). Os dirigentes de uma organização de movimento social ou de grupo de ativistas podem ser procurados enquanto fontes de informação dependendo de alguns fatores que favorecem esta relação como o conhecimento do ciclo noticioso, o relacionamento pessoal com jornalistas, a capacidade de reagir rapidamente a um acontecimento e a facilidade em aceder a informação técnica e descodificá-la para a linguagem jornalística (Rosa, 2006).

Entre movimentos sociais e meios de comunicação estabelece-se assim uma relação de mútua dependência e de influências mútuas, no sentido em que os primeiros precisam dos segundos para a difusão da sua agenda, enquanto que os segundos utilizam os movimentos sociais enquanto fonte e assunto para cobertura. Todavia, ainda que possam existir interações mútuas, esta relação é marcadamente desigual, na medida em que os ativistas necessitam muito mais dos meios de comunicação do que o inverso. Esta desigualdade pode-se enquadrar no contexto da teoria da dependência do poder segundo Gamson e Wolfsfeld (1993), a qual estabelece uma interação entre o conceito de valor e o conceito de necessidade. O valor diz respeito ao benefício que determinados serviços trazem a determinada organização e a necessidade diz respeito ao quão necessários são esses serviços para o seu funcionamento. Neste contexto, os movimentos sociais encontram-se numa posição claramente desfavorável, pois, por um lado, os atores institucionais têm geralmente primazia no acesso aos canais mediáticos e, por outro lado, os meios de comunicação têm acesso a uma variedade de fontes de informação, que competem entre si por atenção mediática (Gamson e Wolfsfeld, 1993). Em suma, embora se estabeleça uma relação de dependência mútua, há uma assimetria nesta dependência. Por outras palavras, enquanto que os canais de comunicação são essenciais para a sobrevivência de um movimento social, pelo que têm de ativamente procurar cobertura e criar conteúdo noticioso valioso, um canal de comunicação não depende de grupos de ativistas para o seu normal funcionamento.

3.3.2. As normas jornalísticas: a personalização, a dramatização, a novidade e o princípio do equilíbrio

Para além desta desigualdade de necessidade e de poder, a qual pende significativamente para os meios de comunicação, dando-lhes muito mais poder de negociação, também as próprias normas jornalísticas são por vezes um entrave à disseminação dos interesses dos grupos de ativistas. Boykoff e Boykoff (2007), explicam que certas normas jornalísticas têm a tendência a prejudicar os movimentos sociais, no geral, e o movimento pela justiça climática, no particular. Isto passa, em primeiro lugar, pela questão da objetividade, ou melhor, do mito da objetividade. O mito da objetividade perpetua a crença de que a imprensa, para ser séria, tem de ser um espelho da realidade. Contudo, ainda que os factos descritos sejam verdadeiros, a imprensa pode ser mais do que uma versão da realidade, uma interpretação possível apresentada como única realidade (Crato, 1982). Como se comenta,

Nem os condicionantes sociais, culturais e ideológicos, nem as pressões políticas e económicas estão ausentes do jornalismo. A mais simples notícia, quer pela forma como está escrita, quer pela maneira como é apresentada, quer pelos factos que selecciona, quer, até, pelo simples facto de existir, revela preocupações sociais e opções de fundo sobre a matéria do acontecimento (Crato, 1982, 160).

Aceitando que não existe realidade social, isto é, uma imagem transparente, inalterada de eventos e acontecimentos, não podem corresponder a uma reflexão com realidade objetiva exterior à nossa percepção. Como se define, as representações sociais tratam-se de tentativas de simulacro do real carregadas de subjetividade e alteridade (Scarparo e Pedroso, 2010). Por outras palavras, “a relação com o real nunca é direta; é sempre mediada por categorias histórica e subjectivamente construídas.” (Spink, 1993, 304).

A objetividade, a qual os jornais procuram sempre reforçar, não é, afinal, mais do que uma estratégia de defesa da profissão jornalística e da representatividade que esta goza por parte do público (Rosa, 2006). Como se afirma, as normas jornalísticas são afinal um ideal, sem possível aplicação à realidade: “the explicit principles of journalism – such as objectivity and its recent lexical replacements, fairness, balance, accuracy, truth and comprehensiveness – have proven to be more of a lofty ideal than a consistent, quotidian practice.” (Boykoff e Boykoff, 2007, 1201).

Assim, a realidade veiculada depende de constrangimentos culturais, sociais, políticos e de normas jornalísticas, que afetam a produção noticiosa. Por exemplo, a personalização, isto é, a prática de desvalorização do contexto social, económico e político em prol de acontecimentos individuais e experiências pessoais, é uma norma jornalística que afeta a seleção e abordagem dos assuntos noticiosos. A personalização pode prejudicar o objetivo de grupos de ativistas que procurem integrar as suas reivindicações em contextos sociais e políticos mais abrangentes. Esta tendência refere-se sobretudo à valorização de histórias de interesse humano (*human interest*), nas quais se enfatiza a experiência pessoal de um interveniente, o seu percurso de vida ou outros detalhes desnecessários para a compreensão do acontecimento político ou social em análise (Granato, 2003). No caso específico das alterações climáticas, o movimento procura sobretudo enquadrar a crise climática enquanto problema global, interconectado e simultaneamente político, social e ecológico.

Também a dramatização pode ser prejudicial ao resultar na trivialização do conteúdo noticioso e no bloqueio de notícias que não tenham um efeito dramático ou controverso imediato (Boykoff e Boykoff, 2007). Mais uma vez, no caso específico das alterações

climáticas, esta norma jornalística não favorece uma cobertura ampla e consistente pois, para além de desastres naturais pontuais, o leque completo das consequências dramáticas das alterações climáticas avista-se de forma gradual e avizinha-se principalmente no futuro ou em zonas geográficas distantes física e simbolicamente.

Do mesmo modo, a procura constante da novidade também inibe uma cobertura abrangente e constante da crise climática, enquanto ameaça constante com consequências a longo-prazo (Boykoff e Boykoff, 2007). No fundo, “A durabilidade de uma polémica prejudica os meios de comunicação. Os jornalistas pretendem estórias curtas, que cheguem rapidamente a um desfecho, sob o risco de a audiência se desinteressar.” (Rosa, 2006, 144). Para além disso, o enviesamento de autoridade, isto é, o recurso predominante ou exclusivo a figuras de autoridade como oficiais governamentais, dita que tendencialmente serão reforçados os sentimentos de estabilidade e a segurança, prejudiciais à mudança social (Boykoff e Boykoff, 2007).

Em adição, e confundido sistematicamente com imparcialidade, o princípio do equilíbrio sustenta que se deve procurar cobrir equitativamente diferentes pontos de vista que se contraponham (Boykoff e Boykoff, 2007). Este princípio leva à procura de cobertura equitativa de negacionistas e cientistas climáticos, dando a aparência de que a comunidade científica se encontra dividida, embora 97% da comunidade científica corrobore as causas, consequências e previsões declaradas pelo IPCC (Cook *et al.*, 2013). Perpetua-se assim um enviesamento na informação, dando uma falsa noção de campo de batalha académico e amplia-se a dúvida, a noção de incerteza científica e, portanto, a influência dos discursos negacionistas¹¹ (Boykoff e Boykoff, 2007).

Independentemente do tipo de jornalismo, a imprensa é sempre indissociável do seu contexto. Isto porque, em primeiro lugar, todo o jornalismo faz escolhas e toda a comunicação social é influenciada por um conjunto de condicionantes económicos, políticos, culturais e ideológicos (Crato, 1982). Todas as escolhas que são feitas desde a redação, à inclusão e exclusão de assuntos, à expansão e encurtamento de notícias, têm uma motivação subjacente, ainda que por vezes implícita. Também o jornalista é sujeito a condicionantes

¹¹ Descrevendo como o princípio do equilíbrio resulta numa falsa noção de imparcialidade, os autores afirmam que “[A noção de equilíbrio] leads to the scenario of the dueling scientists. These opposing scientists, who receive «roughly equal attention», create the appearance of a hot scientific debate between the upper echelons of the science community, which elides the fact that on one «side» there are thousands of the world’s most reputable climate-change scientists who vigorously engage the process of peer review, while on the other side there are only a few dozen naysayers who generally have not had their skeptical assertions published in peer-reviewed publications. The result of a «balanced» reporting, then, is an aura of scientific uncertainty. This scientific uncertainty is, in turn, a powerful political tool.” (Boykoff e Boykoff, 2007, 1193).

ideológicos, já que a observação, a escolha, o destaque e a omissão são parte integrante do seu trabalho, tendo de fazer escolhas em cada fase do seu trabalho (Crato, 1982).

Também o público constitui um fator determinante, na medida em que apenas faz sentido relatar eventos e acontecimentos que possam ter interesse para determinado público específico (Crato, 1982). Não obstante, a imprensa não se limita a refletir os interesses do público, mas é ela própria agente na criação do interesse, no destaque de determinada polémica em face de outra e na criação de conotações ideológicas subjacentes a determinado acontecimento. Existe, portanto, uma relação dinâmica e mutuamente reflexiva entre a realidade e a imprensa, porque não só a imprensa é indissociável do contexto em que se encontra, refletindo as influências em redor das quais se encontra, como ela própria é um agente nessa realidade, influenciando e modelando o campo simbólico no qual se enquadram eventos nos campos políticos e económicos (Bacon e Nash, 2012).

3.3.3. A adaptação do discurso de ativistas em função da comunicação social: dilemas e concessões

Não só os movimentos sociais têm de navegar um campo com normas, critérios e princípios cujas interações não compreendem necessariamente na totalidade, como se deparam com uma barreira de comunicação. O discurso de um grupo de cidadãos vocacionado para a mudança social é naturalmente marcadamente diferente de um discurso mediático. Ilustrando-se esta barreira de comunicação entre *media* e movimentos, afirma-se:

Movement-media communication is like a conversation between a monolingual and a bilingual speaker. The media speak mainstreamese, and movements are pushed to adopt this language to be heard since journalists are prone to misunderstand or never hear the alternate language and its underlying ideas (Gamson e Wolfsfeld, 1993, 119).

Devido a esta barreira de comunicação, ONG e grupos de ativistas por vezes adaptam o discurso de modo a serem incluídos nos meios de comunicação. Esta adaptação pode simplesmente acomodar diferentes públicos alvo através de diferentes níveis de complexidade de comunicação (Merry, 2012).

Mas a adaptação do discurso pode ir mais além da simples adaptação da complexidade da linguagem, levando mesmo à alteração da mensagem central, à supressão de certas reivindicações e à parceria com empresas e governos. Por exemplo, perante um contexto político e económico desfavorável à ação climática, verificou-se que o discurso de grupos ambientalistas teve uma marcada viragem para um discurso predominantemente otimista ou

favorável à promoção de soluções tecnológicas, representando ambos os casos uma adaptação ou mesmo desvirtuamento da mensagem e objetivos originais (Carvalho, 2000a; Carvalho, 2000b). Procurando ser ouvidos, grupos de ativistas, organizações não governamentais e movimentos sociais acabam por mimetizar e adaptar o discurso baseando-se nas estruturas e instituições que procuram pressionar, perpetuando assim uma cultura política conservadora e obsoleta e consolidando assim a dominância destas estruturas na sociedade (Lester e Hutchins, 2009). Carvalho (2000a) nota como as ONG no final do século XX tendencialmente privilegiaram discursos que não contestavam nem a lógica dominante de eficiência económica nem o paradigma do crescimento infinito. Esta adaptação (ou mesmo autoanulação) deve-se ao reconhecimento do exigente processo de seleção do processo noticioso, pelo que se opta pela utilização de linguagem e argumentos semelhantes aos que já configuram nos meios de comunicação (Carvalho, 2000a; Carvalho, 2000b).

Ao ser adaptado o discurso de modo a aumentarem a probabilidade de serem incluídos nos meios de comunicação, os movimentos enfrentam contradições entre ganhar cobertura e transmitir a sua mensagem, o que pode culminar na perda da sua razão de ser. Precisamente devido a este perigo de perda de identidade e de razão de ser, movimentos que desafiam estruturas de poder e o *status quo* mais dificilmente irão abdicar das suas reivindicações centrais para as tornar mais moderadas e coniventes com o discurso dos meios de comunicação tradicionais¹². A disponibilidade de adaptação varia também consoante a influência do canal de comunicação – quanto maior é o alcance do canal de comunicação, mais disponível estará o movimento a adaptar a sua mensagem. Quando está em causa um público de alcance nacional ou global, pode ser considerado valioso o suficiente para serem feitas concessões no que toca à pureza da mensagem original (Gamson e Wolfsfeld, 1993).

Para além da adaptação do discurso, também as exigências apresentadas vão ter efeito em termos de abrangência e conotação da cobertura. Segundo Gamson e Wolfsfeld (1993), quanto menos radicais forem as exigências de um movimento, maior a probabilidade de receber cobertura de conotação positiva, em especial no que toca a artigos cujo público alvo é o público em geral. Como comentam os autores, isto salienta um dilema fundamental que os movimentos enfrentam na sua relação com os meios de comunicação:

Do they challenge powerful groups and institutions and cultural codes in fundamental ways, thus risking being denied standing altogether or being branded as dangerous threats? Or do

¹² Por outras palavras, “Movements challenging political authorities or fundamental cultural codes are reluctant to water down their message to make it palatable to a mass audience.” (Gamson e Wolfsfeld, 1993, 123).

they challenge as little as possible and risk being forced to settle for a few symbolic gestures that change little or nothing? Successful movements must walk a tight rope between these two perils. (Gamson e Wolfsfeld, 1993, 123).

A visão mediocêntrica predominante, que leva a que sejam envidados importantes esforços em termos de cobertura mediática, cria importantes desafios para os movimentos sociais. Por um lado, leva a que naveguem dinâmicas que em muito lhes transcendem e nas quais estão sempre em posição de desvantagem e maior dependência. Por outro lado, cria importantes antagonismos entre autenticidade, estratégia e conformismo.

3.4. A Imprensa e o movimento pelo clima: representação da problemática, representações sociais e o paradigma do protesto

Se os jornais têm, por um lado, um importante papel de modelação do conhecimento público e das representações sociais que circulam, por outro estão simultaneamente sujeitos a influências externas. Por exemplo, mostra-se que os órgãos de comunicação nos Estados Unidos estão fortemente dependentes dos discursos governamentais – os discursos das elites formatam a cobertura mediática e chegam a prevalecer sobre o conhecimento científico (Carmichael e Brulle, 2017).

Por outras palavras, modelado pelas influências da sociedade em que se encontra, o próprio jornalismo é também modelador, já que “torna-se claro que o jornalismo não é um simples reflexo da realidade, ele é, isso sim, uma representação dos acontecimentos e uma ordenação e seleção da actualidade, de acordo com um sistema de convenções e interesses que são variáveis de caso para caso.” (Crato, 1982, 90). Diferentes jornais são, portanto, promotores de versões diferentes da realidade.

3.4.1. Será este mediocentrismo excessivo? – A imprensa enquanto veiculadora de representações sociais

Mencionou-se, anteriormente, que os ativistas têm uma perspectiva mediocêntrica, especulando-se que as estratégias das ações de protesto estão talvez demasiado focadas na obtenção de cobertura mediática. Especulou-se igualmente que este foco por uns considerado excessivo não seja totalmente injustificado.

De facto, apenas uma fração das representações que construímos acerca do espaço (físico e social) que nos envolve provém exclusivamente das nossas próprias observações e interpretações. Na maioria dos casos, o conhecimento e informação que nos ajuda a explicar o funcionamento da sociedade chega-nos através da comunicação, tanto no sentido de comunicação social, como do conjunto de interações informais que se estabelecem no dia a dia (Moscovici, 1988).

Por outro lado, a relação entre construção social e realidade é também recíproca, isto é, as representações sociais não só são baseadas na perceção e apreensão do real, como elas próprias são agentes ativos na criação e moldagem da realidade. Os pensamentos, ideias e conceitos partilhados, que variam temporal e espacialmente, uma vez formados, adquirem uma certa autonomia, associam-se e transformam-se consoante regras que lhes sejam próprias (Moscovici, 1993). Fala-se por isso de um fenómeno físico, na medida em que as categorias que moldam a nossa perceção do mundo são importantes influências nos comportamentos dos cidadãos e, portanto, na própria evolução da História (Moscovici, 1988).

Semelhantemente, Gamson e Wolfsfeld (1993) distinguem dois campos de significado distintos. Um deles não é contestado e as construções sociais são tão intrínsecas que aparecem como descrições transparentes da realidade, sem conteúdo político. No âmbito do contestado, as representações não são aceites unanimemente ou vistas com naturalidade, abrindo espaço para lutas pelo significado e interpretação. Continua afinal a existir espaço para mudança social dentro de um contexto social que não está estático nem definido *a priori*, a partir de falhas ou “zonas fracas” dentro da rede de estruturas que regula a nossa vivência em sociedade. Elaborando esta noção de zonas onde pode ocorrer a mudança, explica-se:

Há zonas fracas neste *imprinting* [social] que permitem com que haja movimento, mudança, abertura à novidade, novas formas de ancorar fatos pouco familiares. Ou seja, parece lícito afirmar que, se de um lado buscamos os elementos mais estáveis, aqueles que permitem a emergência de identidades compartilhadas, de outro trabalhamos com o que há de diferente, diverso e contraditório no fluxo do discurso social (Spink, 1993, 306).

Uma das maiores conquistas de um movimento social no âmbito simbólico é o sucesso no abalo de crenças não contestadas, trazendo ao debate representações que pertenciam ao campo axiomático e abalando a sua aparência orgânica (Gamson e Wolfsfeld, 1993).

Neste sentido, Felice (2018) identifica três competências dos *media* que largamente afetam a mobilização social e a adesão a um movimento social. A primeira competência específica é a atração de atenção sobre temas e eventos que se tornam objeto de discussão e

debate de opiniões, no fundo, a capacidade de lhes fornecer visibilidade. Em segundo lugar, existe a capacidade de interpretação de tendências da opinião pública. Por fim, a terceira competência estaria orientada para o duplo papel desenvolvido pelos *media* como criadores, e ao mesmo tempo, veículos da difusão da opinião pública.

Mesmo aspetos aparentemente triviais como a frequência de temas e histórias tem uma influência na percepção da sua relevância pelo público geral. Como comentam Carmichael e Brulle (2017), a repetição de uma notícia ou um tema transmite uma mensagem de relevância para o público. Também o uso de manchetes e de artigos principais aprofundam esta percepção de que determinado assunto é importante e merecedor da atenção individual (Carmichael e Brulle, 2017). Outro motivo para a procura de cobertura mediática ser relevante por parte de grupos de pressão é a exposição das problemáticas a um público que dificilmente iria procurar informar-se acerca do mesmo espontaneamente. Isto porque as pessoas não se informam profundamente acerca de assuntos que são periféricos na sua vida, pelo que no geral apenas recolhem informação através dos meios de comunicação (Carmichael e Brulle, 2017). Para além disso, o público geral em países do Norte global não tem acesso direto às situações de crise, pelo que as preocupações com a degradação ambiental dependem, em larga medida, da cobertura dos meios de comunicação social (Hannigan, 1995).

No caso específico do ativismo climático, este fator é particularmente relevante, no sentido em que a maioria dos indivíduos em países industrializados não experiencia diretamente as consequências das alterações climáticas, sendo, portanto, o seu entendimento acerca do problema modelado quase exclusivamente pela informação a que têm acesso através dos canais de comunicação (Carvalho, 2000a). Ao ter este poder de influência na percepção pública, os *media* influenciam indiretamente as políticas públicas e a mobilização por parte de cidadãos (Doulton e Brown, 2009). Deste modo, a representação dos *media* tem o poder de ampliar ou suprimir pontos de vista.

Dentro dos vários meios de comunicação, a imprensa, apesar de inquietações relativas à sua ultrapassagem pelos meios de comunicação digitais, mantém a sua posição enquanto meio de comunicação dominante. Um estudo de Jiménez-Castillo e Ortega-Egea (2015) indicia que diferentes meios de comunicação têm diferentes níveis de influência, o que se traduz em diferenças significativas em termos de alteração de comportamentos. Enquanto que a rádio não influencia significativamente o ativismo ambiental, a imprensa, a Internet e os documentários e entrevistas televisivas são os que mais preveem o ativismo climático. Dentro

destes três meios de comunicação, a cobertura na imprensa foi a que mais previu o ativismo ambiental.

Em última análise, a adesão aos movimentos sociais e o sucesso de um grupo de ativistas depende, em grande parte, da cobertura mediática que dele é feita e do quão favorável ela é. Sem ela, o movimento social tem dificuldade em penetrar as esferas de significação e em atingir um público que não está já à partida sensibilizado.

3.4.2. Que representações? – A cobertura mediática e o paradigma do protesto

Neste contexto, os grupos de ativistas estão especialmente vulneráveis às consequências negativas de deturpações ou de representações desfavoráveis. O paradigma do protesto compreende os diferentes mecanismos que são utilizados para, intencionalmente ou não, minimizar ou mesmo anular o impacto positivo da cobertura mediática sobre ativismo. Em linhas gerais, o paradigma do protesto descreve a tendência dos meios de comunicação convencionais de representarem os grupos de pressão de forma negativa, em particular através do foco excessivo nos elementos tangíveis e nas consequências do protesto em vez de nas reivindicações, nos objetivos ou no contexto que levou ao protesto (Bergman, 2014). Apesar de a captação da atenção mediática para os protestos ser benéfica para os movimentos sociais no que toca à difusão da sua mensagem a um público mais vasto, mostra-se que existe um padrão de deslegitimação de movimentos sociais que desafiam as estruturas de poder dominantes e preconizam mudança social (Reul et al., 2018). No fundo, o paradigma do protesto diz respeito aos padrões implícitos que contribuem para o enviesamento da interpretação dos protestos e que dificultam uma cobertura pluralista de ações coletivas.

O paradigma do protesto opera num contexto de certos padrões de funcionamento, nomeadamente o foco excessivo em aspetos violentos ou conflituosos, utilizando linguagem noticiosa do crime e o realce de algum aspeto estranho ou bizarro acerca dos protestantes, a ineficácia do protesto ou aspetos teatrais, ao invés dos assuntos que lhe estão subjacentes (Lee, 2014). Reul et al. (2018) identifica três manifestações principais do paradigma do protesto: a marginalização da conjuntura do protesto, a preferência por fontes oficiais de informação e a caracterização da opinião pública. A primeira diz respeito à deslegitimação do assunto de partida, dos objetivos do movimento ou do significado simbólico do protesto. A ação pode ser representada como irracional, não democrática ou sem razão válida. Neste contexto, a cobertura enfatiza a natureza criminal e disruptiva do protesto, focando-se na sua

natureza violenta, por exemplo, servindo-se de retórica bélica ou de vocabulário criminal. Estas histórias são conceptualizadas dicotomicamente, contrastando ativistas e autoridades (eles vs. nós), criando percepções de alteridade e da identidade marginal dos protestantes que são ampliadas através do apelo às emoções, em particular do medo. A segunda manifestação do protesto diz respeito à preferência por fontes oficiais de informação, as quais vão tendencialmente ser favoráveis ao *status quo*. Como se afirma, existe quase sempre um conflito de interesses entre as fontes oficiais e os manifestantes, o que resulta tendencialmente no menosprezo dos agentes pelo protesto (Reul *et al.*, 2018). Por último, a caracterização da opinião pública, por exemplo através de sondagens (de opinião) ou testemunhas, pode levar a caracterizações dos manifestantes como minorias isoladas ou a um foco nos elementos disruptivos para o quotidiano (Reul *et al.*, 2018).

Este modo de representação, focando-se em detalhes externos e criando a aparência de uma atmosfera carnavalesca, prejudica o conteúdo do protesto na medida em que limita o espaço para debater os assuntos que estão de facto em causa. Como se sentencia, “By emphasising protesters’ carefree, unorganised, naive appearance and behaviour, the readers’ attention is diverted from the socio-political concerns protesters raise.” (Reul *et al.*, 2018, 905). Sem explicação dos motivos destas ações nem do contexto subjacente, as demonstrações parecerão, à maioria dos leitores, excessivas e injustificadas. Ainda que os eventos possam ter valor jornalístico, devido à presença de detalhes insólitos que despertam interesse nos leitores, os jornalistas podem não ter verdadeiro interesse em expandir a cobertura para além dos detalhes peculiares da manifestação. Por conseguinte, sem compreender profundamente as razões que levaram ao protesto, para o leitor com conhecimento superficial sobre o assunto em causa, estas ações figurar-se-ão ilegítimas e excessivas devido aos possíveis inconvenientes que causaram. Dando o exemplo de um bloqueio a um aeroporto, afirma-se que “The perspective of this story might seem reasonable to anyone familiar with the potential terrors of climate change but would sound much less reasonable to people unfamiliar with them, including passengers caught up in the disruption, journalists observing this or citizens reading about it.” (Gavin, 2010, 464). Outra característica central e recorrente é o destaque do carácter violento e destrutivo dos eventos, descrevendo os autores dos protestos como vilões, imbuindo noções implícitas de fundamentalismo, de ataque à ciência e à democracia, fazendo com que o protesto em si perca legitimidade (Reul *et al.*, 2018).

Por outro lado, a presença e intensidade do paradigma do protesto depende, em grande medida, da natureza do protesto. Este fenómeno manifesta-se de forma mais evidente quando o protesto usa táticas mais radicais, constituindo uma maior ameaça às normas e valores estabelecidos, despoletando a função de controlo social da imprensa (Lee, 2014). Protestos que incluam detenções, violência, contra-demonstrações e que desafiem o *status quo* têm maior probabilidade de serem alvo do paradigma do protesto. A utilização do paradigma do protesto depende também da orientação política do jornal, sendo mais evidente em jornais de cariz conservador (Lee, 2014). O paradigma do protesto integra-se numa conjuntura mais ampla, não só das normas jornalísticas, mas do contexto organizacional, socio-institucional e ideológico, servindo o propósito de manutenção das instituições de poder (Reul *et al.*, 2018).

Ao procurar-se a atenção mediática a todo o custo, corre-se o risco de obter cobertura mediática cujo tratamento seja mais prejudicial do que benéfico para uma causa acerca da qual o público geral não está informado ou não compreende os motivos. Neste sentido, critica-se a impulsividade dos ativistas de procurarem causar alvoroço, sem pesar as possíveis consequências negativas. Por outras palavras,

Importantly, the protest dynamic includes protesters' under-appreciation of the way news values influence journalists' approach to a story, particularly where actions have a profound or disruptive influence on many victims. Here there is a danger that a group's urgent concern to make a media splash will take precedence over consideration of the way this plays out to a broader and less well-informed audience." (Gavin, 2010, 464).

Há, portanto, uma mensagem de prudência face a um possível efeito paradoxal causado pela procura de atenção mediática a todo o custo através de ações dramáticas ou de ações de desobediência cívica.

Assim sendo, nem sempre maior cobertura significa que a ação foi bem-sucedida e o grupo de ativistas tem de pesar questões de radicalismo, conhecimento da população geral sobre a problemática subjacente e possível dimensão carnavalesca antes de planear uma ação. O paradigma do protesto vem criar um obstáculo extra na medida em que, por um lado, os grupos têm de captar a atenção dos *media*, o que é conseguido maioritariamente através de táticas menos convencionais, mas, por outro, estas táticas mais radicais têm tendência a gerar representações mais negativas. Por outro lado, demonstra-se que as vozes dominantes na sociedade continuam a ser as vozes dominantes no jornalismo e que as figuras de autoridade têm primazia também no campo da comunicação social.

3.4.3. As alterações climáticas na comunicação social: a representação da problemática e o efeito no público

A cobertura mediática sobre as alterações climáticas varia enormemente em termos de abordagem, interpretação e configuração da problemática e vemos que diferentes jornais exprimem posições ideológicas diferentes (Carvalho, 2000a; Carvalho, 2000b; Feldman *et al.*, 2012; Bacon e Nash, 2012; Carmichael e Brulle, 2017). Isto manifesta-se através da presença ou ausência de negacionistas, na frequência de enquadramento da crise climática na ciência que a sustenta, ou pelo contrário enquanto campo de debate sobre a sua validade científica¹³, na defesa de indústrias emissoras e na possibilidade de intervenção por parte de ONG e grupos de pressão.

Estudos sobre diferentes órgãos de comunicação social em diferentes países mostram que de facto os jornais ou canais de notícias se posicionam ideologicamente face a uma problemática, ainda que se procure construir uma aparência de imparcialidade e neutralidade. Podemos inferir esta variação ideológica através das tomadas de decisão que são feitas em relação às notícias que são publicadas, aos especialistas aos quais é dado espaço de cobertura e, muitas vezes, através das omissões que são feitas. Vemos igualmente que há variações face ao país: Carmichael e Brulle (2017) apresentam-nos um panorama dos Estados Unidos da América, no qual predomina o ceticismo climático, e se cria um círculo vicioso que se autoalimenta entre discursos políticos, a cobertura dos *media* e a preocupação do público acerca das alterações climáticas (Carmichael e Brulle, 2017). Por outro lado, na Austrália mostra-se que os interesses da indústria de carvão exercem uma importante influência sobre o discurso dos *media*, revelando que a indústria dá consideráveis donativos aos órgãos de comunicação e controla assim o enquadramento da temática (Bacon e Nash, 2012). Por último, no Reino Unido mostra-se um paradigma plural no qual a abordagem varia consideravelmente consoante o canal de comunicação¹⁴ (Carvalho, 2000a; Carvalho, 2000b).

Em Portugal, a crise climática teve inicialmente dificuldade em tornar-se um tema proeminente na imprensa: entre 1994 e 2003, o clima foi dos temas menos presentes, mas

¹³ Por exemplo, Feldman *et al.* (2012) apuram que 33% das notícias do canal FOX questionam a existência das alterações climáticas, através de argumentos negacionistas.

¹⁴ Veja-se a diferença, por exemplo, na comparação entre o jornal *Guardian* e o jornal *Times*: enquanto que o primeiro demonstra preocupações ambientais coniventes com as reivindicações de ONG, o jornal *Times* raramente recorre a ONG e chega a menosprezar as suas mensagens (“Calm down, it isn’t the end of the world”) (Carvalho, 2000b).

ainda assim teve um aumento significativo entre 2000-2003 (Rosa, 2006). Apesar disso, segundo Rosa (2006), em Portugal a relação entre os meios de comunicação e os ativistas ambientalistas parece ser mais harmoniosa do que o que vemos em estudos internacionais: Quercus é considerada pelos jornalistas como uma fonte credível e fidedigna e as ligações à comunicação social são um elemento central da ONG. Esta consolidação da Quercus enquanto fonte não-oficial assentou, em grande parte, na promoção de noções de respeitabilidade, de vantagem pericial e de credibilidade científica (Rosa, 2006).

Deste modo, a interação direta entre ativistas e meios de comunicação resulta em cobertura de conotação mais positiva, com maior aceitabilidade social (Bergman, 2014). Apesar disto, a nível internacional, os ativistas mostraram reticência em influenciar diretamente os órgãos convencionais de comunicação, alegando representações deturpadas e desfavoráveis (Bergman, 2014). Como se afirma, “Os *media mainstream* são geralmente representados pelos entrevistados como parciais, ideologicamente motivados/condicionados ou controlados por corporações, sendo difícil que as causas mais minoritárias e fraturantes tenham um espaço nesse universo.” (Campos, Pereira e Simões, 2016, 40). Coletivos de ativistas caracterizados por um maior radicalismo, tanto nas reivindicações como nos meios de ação, são mais propícios a isolamento face aos canais de comunicação, possivelmente devido a discursos mais moralistas e denúncias acutilantes a instituições estruturais (Nerlich e Koteyko, 2009; Bergman, 2014).

3.4.4. O que constitui uma comunicação eficaz?

Devido à influência que os meios de comunicação têm sobre o público, há uma preocupação particular em definir e compreender o que constitui uma comunicação eficaz, a qual contribua para a maior compreensão sobre o tema e, em última instância, o maior envolvimento dos cidadãos. Lorenzoni, Nicholson-Cole e Whitmarsh (2007) consideram que a comunicação das alterações climáticas tem de ser sustentada de forma periódica, independentemente dos ciclos mediáticos de atenção e da existência de outras notícias que se sobreponham devido à novidade, de forma a manter o assunto proeminente nas preocupações dos cidadãos. Isto pode ser problemático precisamente devido a esta competição com outros problemas, em particular quando os problemas são do foro económico ou social. Para Carmichael e Brulle (2017), fatores económicos prevalecem sobre fatores ambientais – quando o nível de vida aumenta, há maior preocupação com as

alterações climáticas, mas quando a economia contrai, a cobertura centra-se noutros assuntos, como o desemprego e há um decréscimo na preocupação geral da população. No contexto desta competição entre diferentes assuntos, as alterações climáticas e os problemas ambientais no geral, são muitas vezes relegados para segundo plano.

Por outro lado, Roser-Renouf et al. (2014) mostram que mesmo que o risco associado à crise climática esteja claro e haja uma compreensão elevada do problema, a probabilidade de agir não é mais elevada se não se acreditar que é possível solucionar o problema do que se não se acreditar na ciência. No mesmo sentido, Carmichael e Brulle (2017) não encontram qualquer correlação entre a disseminação de conhecimento científico e uma maior cobertura mediática sobre as alterações climáticas ou uma maior preocupação da população geral. O que se torna, então, claro é que, aliada à exposição dos factos científicos e dos riscos, tem de haver um reforço da perceção de soluções atingíveis e praticáveis ou, por outras palavras, uma comunicação eficaz passa pela transmissão de mensagens que apresentem as alterações climáticas como um problema que é possível solucionar (Roser-Renouf et al., 2014; Delina, Diesendorf e Merson, 2014; Feldman e Hart, 2016).

Numa análise da interação entre a comunicação sobre as alterações climáticas e as emoções, Maibach, Roser-Renouf e Leiserowitz (2008), Feldman e Hart (2016) e Kleres e Wettergren (2017) corroboram esta hipótese: por um lado, a apresentação da ameaça aliada à apresentação das possíveis soluções pode transformar o medo em esperança, por outro, a provocação do medo sem o efeito moderador da esperança pode resultar em paralisia e na fuga ao problema. Se o medo pode motivar a ação, a esperança é essencial pois minimiza a probabilidade de paralisia decorrente do medo (Klein, 2014; Kleres e Wettergren, 2017). Também Delina, Diesendorf e Merson, (2014) confirmam que as imagens que mais captam atenção e desejo de agir não são as que transmitem medo, mas símbolos de esperança que comuniquem narrativas sobre soluções eficazes e que tornem credível a possibilidade de mudança. Em suma, a perceção de que as alterações climáticas são antropogénicas e de que acarretam graves riscos para a sobrevivência da Humanidade é fundamental para culminar em ação. Todavia, outro aspeto igualmente importante é a crença na possibilidade de mudança. Se os cidadãos virem a participação cívica como irrelevante, mesmo acreditando na gravidade do problema e na necessidade de mudança, não se irão comprometer com o ativismo climático.

A revisão da literatura descreveu os principais aspetos em jogo que sustentam a análise de dados, contextualizando a emergência do movimento social pelo clima e a relação fulcral que se estabelece entre os ativistas e os meios de comunicação. Como se viu, um dos campos axiais do ativismo é a procura de cobertura mediática, de forma a expor a problemática a um público mais vasto e a participar no campo de discussão e definição que ocorre na comunicação social. Esta vertente do ativismo pode, no entanto, ter efeitos paradoxais e contribuir pelo contrário para a perpetuação de representações sociais negativas do ativista, enquanto ilegítimo, desinformado e irracional. A pesquisa empírica focou-se em apurar se é este o caso na imprensa portuguesa.

4. Modelo de análise

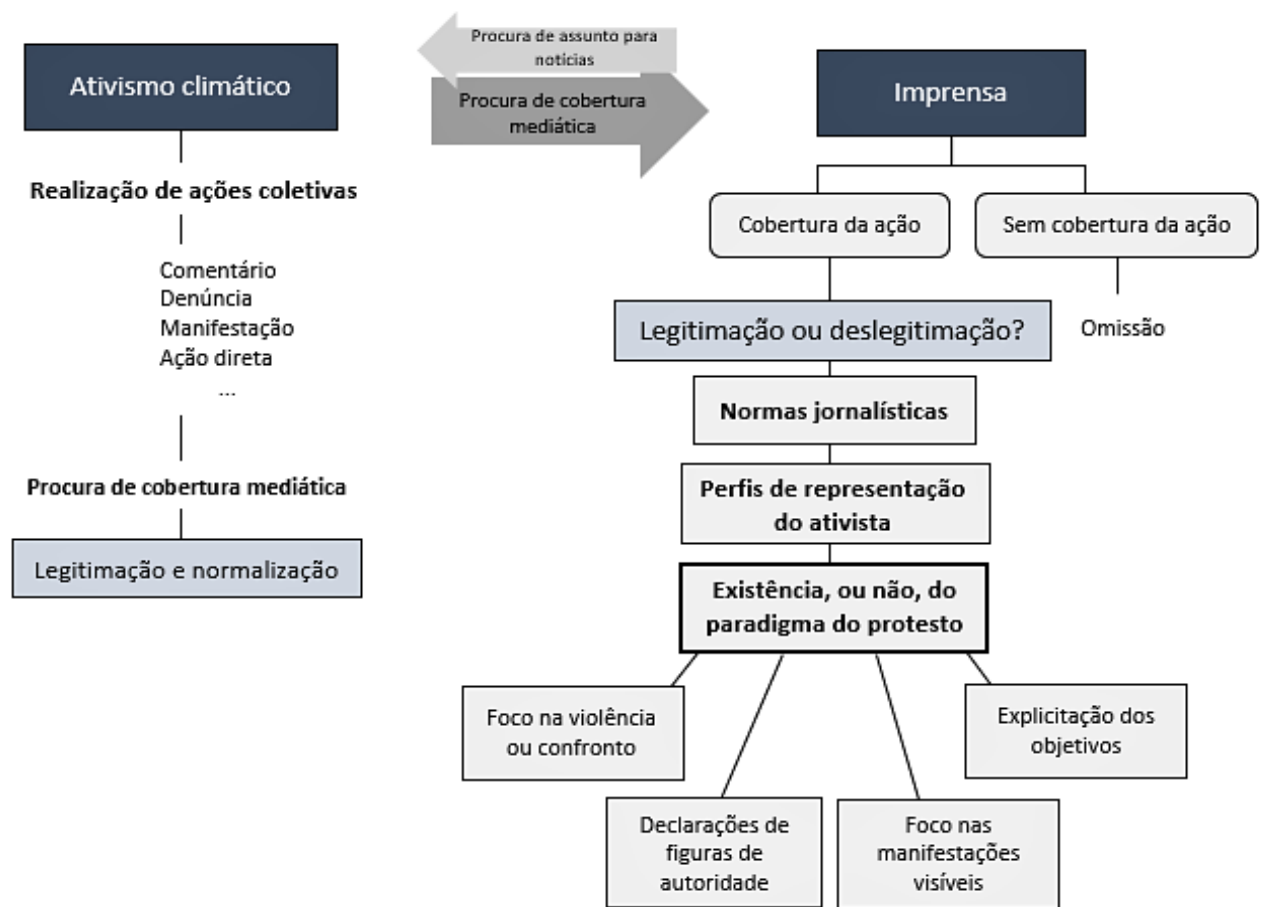


Figura n.º 1: Modelo de análise

A preocupação crescente gerada pelas consequências ambientais, sociais, políticas e económicas das alterações climáticas está na origem do surgimento crescente de ações coletivas de índoles diversas a que, no seu conjunto, chamamos ativismo climático. O conceito de *ativismo climático* é o conceito central em torno do qual se organiza a pesquisa. Este conceito diz respeito a um conjunto vasto de ações coletivas relacionadas com a temática das alterações climáticas, realizadas com o objetivo de sensibilização da população para a temática, de exercer pressão sobre órgãos políticos decisores e de oposição às principais empresas emissoras de gases com efeito de estufa. As alterações climáticas constituem o núcleo do ativismo climático e são o elemento unificador que o distingue de outras causas. Tendo esse ponto em comum, o conceito de ativismo climático integra, por outro lado, um vasto conjunto de ações, diversos graus de envolvimento, subtemáticas abordadas e meios de ação. No que toca ao grau de envolvimento, o ativismo climático abrange diferentes graus de

participação, desde a participação esporádica em ações circunscritas no tempo, à participação coesa, concertada e sem limite temporal definido (movimento social). Do mesmo modo, também os meios de ação integram uma pluralidade significativa de ações, que por sua vez exigem diferentes graus de envolvimento e diferentes estratégias. Partindo dessa diversidade, foram adotados, para classificação, os seguintes tipos de ação climática (adaptado de Rosa, 2006 e de Smith, 2011b):

- **Comentário** (exposição de uma análise, uma avaliação ou uma sugestão sobre uma medida ou um ator, no geral governamental);
- **Campanha** (estratégia de divulgação, com objetivos precisos, como a angariação de fundos, a mobilização de apoiantes ou o incentivo à população para tomar determinada atitude);
- **Ação partidária** (ação realizada no âmbito de um partido político consolidado);
- **Denúncia** (acusação de instituição política ou privada que se considera deliberadamente nociva);
- **Manifestação/protesto** (ação coletiva tradicional, cujo objetivo é a mobilização da opinião pública através da mobilização de grande número de participantes);
- **Ação simbólica** (ação criativa que usa símbolos, locais e datas com significado para a sociedade abrangente de modo a chamar atenção para determinada problemática);
- **Ação dramática** (ação com um forte elemento de espetacularidade e ineditismo, assente numa ação performativa);
- **Ação direta** (ação que implica um encontro direto entre o ativista e a instituição governamental ou empresa antagonista)
- **Desobediência cívica** (ação que deliberadamente causa transtorno no funcionamento quotidiano ou desafia a autoridade e as suas regras, como forma de protesto contra práticas ou leis consideradas injustas).

Esta lista organiza-se em sentido crescente de disrupção do funcionamento normal da sociedade e do mais convencional para o menos convencional. Também em termos de envolvimento do ativista vemos um crescendo na mesma direção, começando com uma ação que exige envolvimento mínimo e único por parte do ativista (comentário), passando por formas de ativismo que requerem alguma preparação e envolvimento esporádico (manifestação/protesto) e terminando com um tipo de ação que exige maior envolvimento por parte do ativista, o qual, em última instância, arrisca detenção e processos judiciais (Ação

direta/desobediência cívica). Quanto à captação da atenção mediática, segundo Rosa (2006), as ações com mais sucesso são tipicamente ações com um forte elemento de espetacularidade e ineditismo (ações dramáticas), as ações simbólicas, pelo seu valor imagético e artístico, e ações diretas ou de desobediência cívica, pelo seu caráter imprevisível, fora do vulgar e de contornos jurídicos ambíguos.

A *procura da cobertura mediática* é um eixo central do ativismo, na medida em que os *media* representam um importante meio para atingir os objetivos. Para além de difundirem informação para uma população muito mais abrangente do que os canais próprios dos grupos de ativismo, os *media* desempenham um importante papel modelador, no enquadramento do real consoante determinadas representações sociais, e de legitimação, consagrando uma posição de relevo à problemática. É precisamente devido a estas outras funções que os coletivos ativistas procuram a cobertura mediática, no sentido de normalização do universo social que defendem e de legitimação do protesto pelas alterações climáticas.

Também os órgãos mediáticos têm interesse em acompanhar as ações realizadas por grupos de ativistas e de movimentos sociais enquanto assunto para a redação de artigos de caráter noticioso e, por vezes, quando há um elevado grau de confiança, mesmo como fonte direta de notícias. Todavia, ainda que se estabeleçam interações mútuas, a relação estabelecida entre os meios de comunicação e os grupos de ativismo é marcadamente desigual: enquanto que os primeiros têm fontes, assuntos e acontecimentos diversificados, não estando vulneráveis a uma súbita interrupção das ações promovidas pelos coletivos ativistas, os segundos vêm-se numa posição de dependência significativamente maior (embora o ativismo digital afrouxe ligeiramente esta dependência dos *media* tradicionais ao permitir a difusão dos próprios conteúdos).

A inclusão ou a exclusão de ações constitui um dos importantes meios de modelação da realidade realizados pelos meios de comunicação. Uma ação sem cobertura mediática é, no limite, uma ação sem existência: apenas uma fração da população muito reduzida terá acesso a ela, quer a tenha presenciado por acaso (no caso de uma ação de rua), quer já siga os canais de comunicação do grupo (tendo, já, algum nível de envolvimento). Cobrir um acontecimento é, assim, dar-lhe realidade para uma população significativamente mais extensa e confirmá-lo enquanto relevante para a atualidade.

Mas não é apenas a cobertura que vai determinar o sucesso do grupo em passar a sua mensagem através dos meios de comunicação: os *media* obedecem a determinadas normas jornalísticas, que podem ser benéficas ou nocivas para a difusão dos objetivos e reivindicações

de um coletivo. Por exemplo, o princípio do equilíbrio dita que se deve procurar cobrir equitativamente diferentes pontos de vista que se contraponham, o que resulta numa falsa noção de imparcialidade e enquadra por vezes verdades científicas num falso quadro de debate (Boykoff e Boykoff, 2007). Também os participantes podem ser contextualizados segundo diferentes *perfis de representação do ativista*, que sintetizam diferentes conceptualizações do que é o ativista. Os perfis de representação do ativista adotados (adaptados de Rosa, 2006; Lee, 2014; Reul et al., 2018), são os seguintes:

- **Perito;**
- **Representante da sociedade civil;**
- **Neutro;**
- **Incómodo;**
- **Causador de distúrbios;**
- **Excêntrico ou marginal.**

No mesmo sentido, o *paradigma do protesto* constitui a forma mais acentuada de representação negativa do ativismo, resultando na descredibilização do significado político e social das reivindicações e na deslegitimação dos seus porta-vozes, dos objetivos e modos de atuação. Este conceito designa uma tendência dos meios de comunicação convencionais de representarem os grupos de pressão de forma negativa, em particular através do foco excessivo ou exclusivo nos aspetos visíveis e nas consequências do protesto ao invés de nas reivindicações e objetivos subjacentes ou no contexto que levou ao protesto (Bergman, 2014). Esta tendência foi comprovada em estudos sobre ativismo na comunicação social realizados no Reino Unido (Gavin, 2010), em Hong Kong (Lee, 2014) e na Bélgica (Reul et al., 2018). A presença do paradigma do protesto é indiciada através de indicadores positivos e negativos. Os indicadores negativos (que não apontam para a existência do paradigma do protesto) são:

- a explicitação dos objetivos da ação específica e do grupo de ativistas;
- o enquadramento da ação no seu contexto global (neste caso, as consequências das alterações climáticas);
- a utilização de citações diretas de ativistas;
- a utilização de uma citação direta como título;
- a autoria de artigos por um ativista.

Pelo contrário, os seguintes indicadores apontam para a presença do paradigma do protesto:

- o enquadramento da ação segundo figuras de autoridade;
- a utilização de linguagem noticiosa do crime ou de vocabulário bélico;

- a descrição exclusiva ou preponderante dos aspetos visuais da ação;
- o destaque de perturbações causadas pela ação;
- o destaque para o carácter violento do protesto ou a ênfase na intervenção da polícia.

Partindo do modelo de análise aqui descrito, propõe-se uma caracterização da cobertura pela imprensa de ações enquadradas no âmbito do ativismo climático, tanto no que diz respeito à sua evolução quantitativa (número de artigos publicados e a sua evolução ao longo do tempo), como em termos qualitativos. Para uma análise qualitativa, procura-se determinar quais as normas jornalísticas que estão em evidência, os perfis de representação do ativista dominantes e a presença (ou ausência) de indicadores do paradigma do protesto.

5. Metodologia

O objetivo principal da investigação, a compreensão das representações sociais sobre o ativismo climático veiculadas pela imprensa portuguesa, ditou que a metodologia utilizada basear-se-ia predominantemente na análise textual. A compreensão e análise da cobertura por parte da imprensa assenta em grande medida na análise de dados recolhidos diretamente da fonte, pelo que a porção mais significativa dos dados empíricos recolhidos consiste em dados textuais provenientes de artigos jornalísticos recolhidos diretamente do jornal.

Assim sendo, a pesquisa recorreu a uma abordagem maioritariamente qualitativa, procurando-se uma análise aprofundada dos dados empíricos e a obtenção de informação rica, que permita a compreensão de dados heterogéneos e o reconhecimento de contradições. Assim, este estudo enquadra-se no objetivo geral da pesquisa qualitativa de compreensão de significados atribuídos a aspetos do quotidiano (Taylor, Bogdan e Devault, 2016). Por conseguinte, não foi seguida uma lógica hipotético-dedutiva, que implica a definição *a priori* de quadros de análise, mas pelo contrário numa lógica de descoberta, em que “As relações entre variáveis potencialmente explicativas do funcionamento social são colocadas num contexto de descoberta” (Guerra, 2006, 22).

Estabelecidos os objetivos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, cujos resultados foram sintetizados ao longo do 2.º capítulo, que assentou sobretudo no enquadramento científico, político e social da crise climática e na importância dos órgãos de comunicação social para os objetivos do ativismo no geral e do ativismo climático no particular. Identificaram-se ainda estudos semelhantes realizados em países estrangeiros, nos quais se apresentou tendências às quais se pode comparar os dados recolhidos e se identificou o paradigma do protesto enquanto elemento fundamental da relação entre ativista e meio de comunicação.

Após a revisão da literatura, foi realizada uma fase exploratória, com o objetivo de melhor compreender a relação entre os coletivos de ativistas pelo clima e os meios de comunicação em Portugal e despertar possíveis questões orientadoras para a análise em si. Como afirma Raymond Quivy (2013, 79), esta fase é de especial importância na medida em que revela “determinados aspectos do fenómeno estudado em que o investigador não teria espontaneamente pensado por si mesmo” (Quivy, 2013). Nesta fase, foram realizadas 3 entrevistas de carácter exploratório, de duração aproximada de 50 minutos e com um guião semiestruturado. Uma das entrevistas foi realizada com a Prof. Drª Ana Delicado, especialista

em alterações climáticas, sobre o contexto nacional do ativismo climático e a respetiva cobertura mediática. As restantes duas entrevistas foram realizadas com ativistas do coletivo pelo clima Climáximo e assentaram sobretudo nas ações desenvolvidas no contexto do coletivo e na sua relação com os meios de comunicação social. As entrevistas foram transcritas e os dados recolhidos têm, sobretudo, o intuito de complementar e oferecer hipóteses explicativas para os dados empíricos recolhidos diretamente do jornal, possibilitando alguma compreensão do ponto de vista dos ativistas.

Seguiu-se a recolha de dados empíricos, que consistiu na recolha de artigos jornalísticos que se enquadrem no tema do ativismo climático. Os artigos jornalísticos foram recolhidos do jornal *Público* online e a escala temporal de publicação do artigo começou em janeiro de 2015 e terminou em junho de 2019, opções metodológicas que serão justificadas num subcapítulo subsequente. A explicitação das categorias para a análise, bem como o aprofundamento da análise de conteúdo será feita de seguida.

Expostas as principais fases da investigação, serão de seguida aprofundadas as principais escolhas metodológicas: o recurso ao método de investigação do estudo de caso, as decisões tomadas em termos de escala temporal, da escolha do jornal e da recolha dos dados para a análise e, por último, o recurso à análise de conteúdo.

5.1. O estudo de caso

O método escolhido para a operacionalização do modelo de análise foi o estudo de caso. O estudo de caso é um método de investigação adequado para a análise de fenómenos atuais e complexos que não tenham ainda modelos explicativos satisfatórios (Yin, 1989). O método assenta na recolha de dados abundantes em um (ou mais) dos contextos em que o fenómeno ocorre, e pode recorrer a múltiplas fontes de dados e métodos de recolha em simultâneo (Yin, 1989). Deste modo, é possível englobar dados complexos e obter um panorama rico e detalhado sobre determinado fenómeno em determinado contexto. Como se afirma, “the case study allows an investigation to retain the holistic and meaningful characteristics of real-life events” (Yin, 1989, 14).

Segundo Yin (1989), o estudo de caso destina-se geralmente a responder a perguntas do tipo “porquê?” ou “como?” sobre eventos contemporâneos, pelo que se figura um método adequado à presente investigação enquanto sequência da pergunta de partida: De que forma é o ativismo climático representado pela imprensa portuguesa? Para além disso, afirma-se

que o método é igualmente adequado a objetos de investigação sobre os quais o investigador não tenha controlo (Yin, 1989), como é o caso da cobertura mediática.

A principal vantagem do estudo de caso é a possibilidade de analisar uma multiplicidade de dados variados e de ter como objeto de estudo fenómenos sociais complexos e atuais (Yin, 1989). Esta capacidade de síntese de realidades complexas faz do estudo de caso um método propício a resultados ricos e diversificados. O objeto de estudo em causa, as representações sobre o ativismo climático por parte da imprensa, convida a utilização deste método devido à sua natureza multidimensional, complexa e à possibilidade de ser analisado segundo múltiplos indicadores.

Noutro sentido, o estudo de caso é igualmente alvo de críticas, que se resumem em duas principais limitações: os resultados do estudo de caso não oferecem base científica para a generalização e a pluralidade de dados corre o risco de atingir resultados extensos, meramente descritivos e de difícil leitura e compreensão (Yin, 1989). De facto, a recolha de dados proveniente de um contexto delimitado, mas que se integra num contexto mais vasto não permite a transposição das conclusões do particular para o geral. Permite, pelo contrário, uma compreensão aprofundada sobre o contexto analisado e a formulação de hipóteses explicativas que podem ser aplicadas e testadas no contexto mais abrangente. Para além disso, como se afirma, a possibilidade de análise simultânea de numerosos indicadores pode igualmente ter um efeito paradoxal, ao criar um campo de análise demasiado vasto dificultando a síntese e o estabelecimento de tendências.

Em última análise, o estudo de caso permite uma descrição e análise de um contexto atual, complexo e pouco estudado. O ativismo pelo clima em Portugal é recente e, pelo conseguinte, a índole da cobertura mediática sobre este fenómeno social é largamente desconhecida. O estudo de caso permite, neste primeiro momento, uma compreensão detalhada da cobertura feita por um jornal específico, o jornal *Público*.

5.2. Seleção da escala temporal, escolha do jornal e recolha de dados para análise

Para a recolha de artigos, foi escolhido o jornal *Público*, jornal diário fundado em 1990 que integrou, em 1991, a rede de jornais internacional World Media Network, estabelecendo-se assim, desde cedo, como um jornal de referência. Com domínio online desde 1995, o jornal *Público* tem desde 1999 um serviço digital autónomo de notícias, atualizado várias vezes por

dia. A escolha do jornal *Público* como objeto de análise foi resultado do seu estabelecimento duplo enquanto jornal de referência e enquanto jornal generalista. Em adição, o jornal foi destacado em ambas as entrevistas a ativistas, enquanto jornal com uma cobertura significativa dos temas discutidos e das ações desenvolvidas no âmbito do coletivo.

Escolhido o jornal a partir do qual seriam recolhidos os artigos jornalísticos, foi delimitada a escala temporal: desde janeiro de 2015 a junho de 2019. A escolha do ano de 2015 como início do período de análise deve-se a razões da esfera política e de história do movimento social pelo clima em Portugal. Por um lado, no campo político, o ano de 2015 coincide com a realização da emblemática 21^a Conferência das Partes, da qual resultou o Acordo de Paris. Por outro lado, 2015 foi também o ano da realização da primeira marcha pelo clima em Portugal e da criação do primeiro coletivo português de ativistas pelo clima.

A recolha dos artigos noticiosos foi feita através do *Público* online, mediante a ferramenta de pesquisa do próprio site. A pesquisa foi feita através das palavras-chave “alterações climáticas”, “justiça climática” e “crise climática” e, após uma primeira leitura, foram selecionados todos os artigos que se enquadrassem com o tema, independentemente do tipo de artigo (opinião, notícia, reportagem, entrevista etc.). Foram incluídos os artigos que descrevessem ações extrainstitucionais, individuais ou coletivas, que preconizassem mudanças sociais estruturais e cujo enfoque fosse a crise climática. Nesta primeira seleção, foram recolhidos 181 artigos no total. No entanto, durante uma primeira leitura no momento da análise, foram excluídos 6 artigos, por se considerar que não se enquadravam no tema do ativismo sobre o clima. Após esta primeira leitura, consolidou-se assim a amostra selecionada, composta por **175 artigos** a constituir o corpus da análise.

Concluída a recolha de artigos, foram determinadas as categorias orientadoras da análise e prosseguiu-se à análise dos dados. A análise regeu-se pelo método da análise de conteúdo, como descrito no subcapítulo seguinte.

5.3. Análise de conteúdo

A análise de conteúdo é um método de análise que permite a análise de dados textuais ou de testemunhos transcritos de forma metódica e rigorosa, mas mantendo a sua complexidade e riqueza (Quivy e Campenhoudt, 2013). De facto, o recurso ao texto enquanto objeto de análise abre inúmeras possibilidades de análise, enquanto fonte de dados profusos.

Como se afirma, “Texts provide rich and naturally occurring, accessible data which have real effects in the world” (Silverman, 2001, 152).

No âmbito da análise de conteúdo, pode recorrer-se a uma análise quantitativa, quando se contabiliza a frequência do aparecimento de certas características de conteúdo ou de uma correlação entre elas, ou a uma análise qualitativa, quando a análise se centra na presença ou ausência de uma característica e no modo como os elementos do discurso estão articulados uns com os outros (Quivy e Campenhoudt, 2013). Segundo Bardin (1977), a utilização da análise de conteúdo apresenta duas vantagens inerentes: em primeiro lugar, estrutura a análise mitigando leituras dispersas e inconsistentes, por outro lado, enriquece a leitura ao facilitar o reconhecimento de conteúdos e estruturas que não teriam necessariamente sido descobertos sem o recurso a este método.

No fundo, a análise foca-se na linguagem no seu papel duplo de manifestação de fenómenos sociais e criadora de fenómenos sociais. Neste contexto, a análise de conteúdo procura interpretar a relação entre o sentido subjetivo da ação, o ato objetivo (as práticas sociais) e o contexto social em que decorre (Guerra, 2006). Por outro lado, lidar com o sujeito social, capaz de racionalidades próprias, implica que a análise de conteúdo incorpora e integra a subjetividade (Guerra, 2006).

Para a realização da presente investigação, foram selecionadas categorias com base em aspetos que foram postos em evidência pela revisão da literatura, nomeadamente por estudos relevantes sobre o mesmo tema que foram realizados em outros países, e em aspetos que foram realçados durante as entrevistas exploratórias. A análise serviu-se de categorias de índole quantitativa (a existência ou não de certas características) e de categorias de índole qualitativa (as interações entre temas e as representações do ativista). Estas categorias foram adaptadas durante a primeira leitura e os dados dela decorrente foram inseridos em tabelas Excel e posteriormente transformados em gráficos para análise e interpretação.

Uma primeira leitura dos artigos destinou-se ao registo de aspetos formais, à escrita de um curto resumo, à categorização de um tema central e à classificação do tipo de ativismo, constituindo estes dois últimos parâmetros categorias abertas. Os aspetos formais foram registados de forma a caracterizar a amostra. Para isso, foram atribuídos códigos, identificando o país ao qual se refere o artigo jornalístico, o número de páginas, a apresentação ou não de imagem e o género jornalístico em questão. Em termos de géneros jornalísticos, os artigos foram enquadrados nos seguintes géneros, como delimitados por Crato, 1982:

- **Notícia (NOT):** Relato de factos verídicos atuais, com significado social e interesse para o público, fornecendo informação direta, clara e com a menor subjetividade possível.
- **Reportagem (REP):** Relato centrado em factos verídicos, tal como a notícia, mas centrado em um tema que pode ou não ser atual. A reportagem procura apresentar informações variadas sobre determinado tema ou acontecimento de forma a fazer o leitor viver o acontecimento e por isso apresenta um esquema mais livre e inclui geralmente uma profusão de detalhes e descrições.
- **Entrevista (ENT):** Relato de informações obtidas a um entrevistado, em discurso direto ou indireto, a partir de perguntas conduzidas por um jornalista.
- **Artigo de opinião (OP):** Artigo no qual o autor faz uma apreciação ou um comentário explicativo sobre determinado tema ou fenómeno.
- **Artigo de análise (AN):** Forma híbrida entre a notícia e o artigo de opinião, no qual se apresenta informação atual comentada, aliando factos a interpretações.
- **Editorial (ED):** Comentário feito pela direção do jornal quando pretende exprimir a sua opinião sobre a atualidade.

A segunda leitura implicou já uma análise textual mais profunda, tendo como objetivo a recolha de dados que apontem para a caracterização da índole da cobertura face ao ativismo climático. Isto materializou-se na categorização dos perfis de representação do ativista e na recolha de dados relativos ao paradigma do protesto. Para além da recolha de dados em categorias pré-definidas, foi ainda anotada qualquer descrição de ativistas ou de ações de ativismo, excertos paradigmáticos de diferentes aspetos em análise e elementos surpreendentes ou invulgares, de modo a possibilitar uma análise que capitalize a riqueza da amostra.

Para cada artigo analisado, foi determinado um perfil de representação do ativista dominante, isto é, uma categoria abstrata que sintetiza a conceção do ativista que é apresentada. Os perfis adotados foram adaptados de Rosa (2006) e de Reul *et al.* (2018), tendo surgido a necessidade de acrescentar três categorias: Estudante, Rebelde e Artista. Devido ao aparecimento recente de novas formas de ativismo inéditas, e que não se enquadram em nenhum dos perfis já existentes, foram acrescentados dois novos perfis que permitem a sua categorização: os movimentos estudantis protagonizados por estudantes da escola e que promovem a greve como forma de protesto foram categorizados enquanto Estudante e os grupos de pressão enquadrados no Extinction Rebellion foram categorizados como Rebelde. O perfil Rebelde, ainda que aponte para a realização de ações de

desobediência cívica, distingue-se do perfil Incómodo, pois enfatiza-se o caráter pacífico e inédito das ações. Foi ainda acrescentado o perfil Artista para a classificação das formas de ativismo que utilizam a produção artística como meio de ação predominante. Na prática, a categorização em perfis de representação do ativista resultou da identificação de expressões específicas:

- **Perito:** Especialista em; investigador em; doutorado em; professor de.
- **Representante da sociedade civil:** Porta-voz de; dirigente de; membro de.
- **Perito e representante da sociedade civil:** Características de ambos os perfis precedentes.
- **Artista:** Ativista é artista profissional.
- **Estudante:** Referência ao movimento estudantil e às greves estudantis pelo clima.
- **Rebelde:** Integrado no movimento internacional Extinction Rebellion, que promove ações de desobediência cívica em massa.
- **Neutro:** Sem nenhuma descrição específica.
- **Incómodo ou Causador de distúrbios:** Léxico relacionado com perturbação do quotidiano, com destruição ou perigo de violência ou com a geração do caos.
- **Excêntrico ou Marginal:** Comportamentos fora do vulgar, sem aparente justificação;

Embora um artigo possa apresentar características que apontem para mais do que um dos perfis acima descritos, o perfil que foi categorizado indica a representação dominante (isto é, o maior número de menções). No caso do perfil “Perito e representante da sociedade civil”, ao constatar durante a análise a ocorrência frequente de apresentação simultânea do ativista enquanto perito e pertencente a um grupo cívico criou-se a necessidade de admitir esta categoria na qualidade de caracterização dupla.

Para além desta categorização, foram ainda recolhidos dados relativos aos vários indicadores que apontam para o paradigma do protesto: a auto-representação, a caracterização do ativismo enquanto perturbação, o recurso a declarações de figuras de autoridade e o foco nas manifestações visíveis. A auto-representação foi avaliada consoante três aspetos: a presença ou ausência de citações de ativistas no corpo do texto, a presença ou ausência de citações de ativistas no título ou subtítulo dos artigos e a autoria de artigos por parte de ativistas. A caracterização do ativismo enquanto incómodo foi avaliada consoante a menção a violência, conflito com a polícia ou perturbação da vida pública por parte dos ativistas, por um lado, e a utilização de vocabulário noticioso do crime ou léxico bélico, por outro. De seguida, foi contabilizado o recurso a declarações de figuras de autoridade e a sua

classificação enquanto favoráveis aos ativistas ou antagónicos. Por último, foram identificadas ocorrências de descrições dos aspetos de maior impacto visual do ativismo e foi categorizada a explicitação dos objetivos da ação. Para esta categorização, considerou-se que uma frase explicitando o objetivo constitui uma definição breve, que duas ou mais frases constitui uma explicitação aprofundada e quando o objetivo é explicitado pelo próprio ativista através de citação, classificou-se como citação direta.

As categorias acima descritas, analisadas separada e conjuntamente, permitem uma compreensão abrangente da forma como o ativismo climático é representado pelo jornal *Público*. A análise que se segue apresentará os dados que foram desta forma recolhidos e as principais conclusões que se pode tirar a partir dos mesmos.

6. Análise de dados

Perante o objetivo de avaliação das representações sociais veiculadas pelo jornal em causa, a análise de dados organiza-se de forma a responder às diferentes perguntas de partida. Em primeiro lugar, a apresentação dos aspetos formais vai revelar as tendências gerais da evolução do número de artigos publicados sobre o tema. Estes dados serão de seguida relacionados com o tema central e com eventuais acontecimentos importantes da esfera política, económica e social contemporâneos.

Descrita a evolução temporal da cobertura mediática, iremos recorrer aos perfis de representação do ativista para uma compreensão das representações sociais veiculadas predominantes, análise que será depois complementada com excertos para uma análise mais profunda. Também neste sentido veremos de que forma a linguagem utilizada deixa transparecer atitudes implícitas do jornalista face ao ativista.

O subcapítulo referente ao paradigma do protesto irá analisar os diferentes indicadores que apontam para a presença ou ausência deste paradigma, com o objetivo de avaliar se este se adequa à realidade portuguesa. Por último, de modo a completar a análise que se baseou em dados recolhidos diretamente do jornal, iremos analisar brevemente os depoimentos recolhidos junto dos ativistas, de modo a incluir a sua perspetiva.

Em suma, este capítulo apresentará dados variados e ricos, tratados através da análise de conteúdo, com o objetivo de descrever e analisar a cobertura do jornal sobre ativismo climático de forma completa e partindo de uma abordagem multifacetada. Após este capítulo, espera-se obter uma compreensão ampla e comparável da representação do ativismo climático pelo jornal *Público*.

6.1. A amostra: aspetos formais

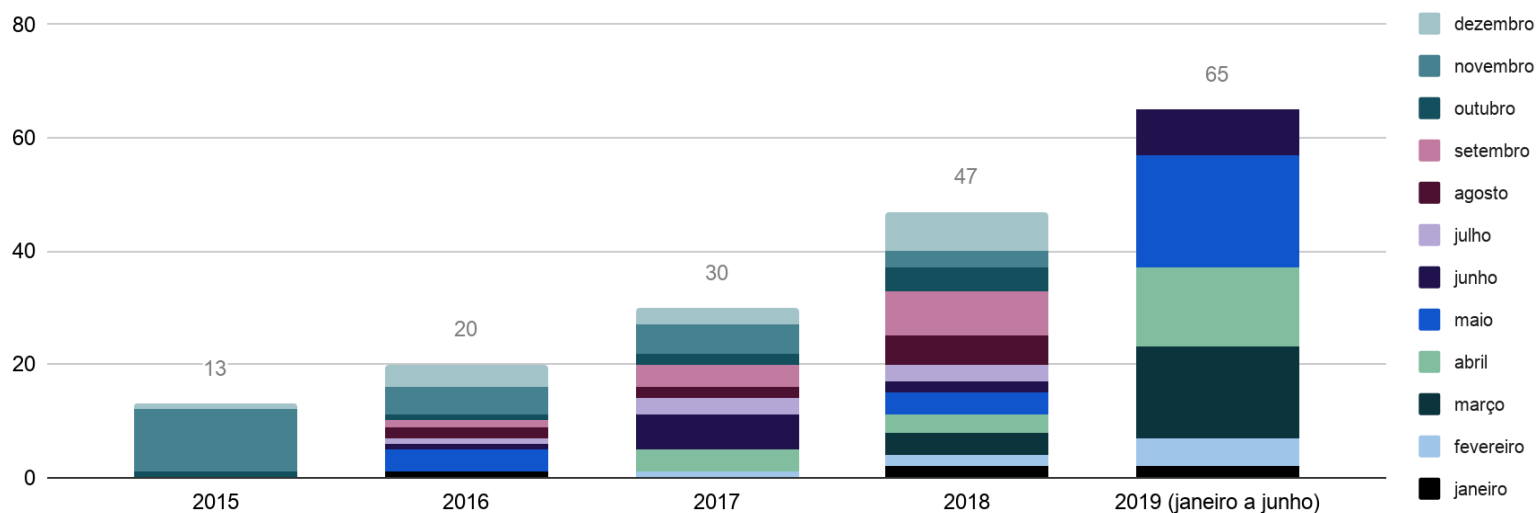
Como já foi referenciado, a amostra para análise integrou no total **175 artigos jornalísticos** durante o período analisado, os quais se distribuem ao longo dos anos como se vê no gráfico a seguir apresentado.

O **Gráfico n.º 1** mostra-nos uma clara tendência de aumento do número de artigos publicados ao longo dos anos. Verifica-se este aumento em todas as instâncias, cada ano foram publicados mais artigos sobre o tema do que no anterior. O número de artigos recolhidos em 2019 é particularmente notável, visto que o período de análise apenas inclui o

primeiro semestre do ano. Ainda assim, correspondendo apenas a metade da janela temporal dos anos anteriores, a primeira metade de 2019 foi o período com o maior número absoluto de artigos publicados.

Gráfico nº 1: Número de artigos publicados no *Público Online* sobre ativismo climático desde janeiro de 2015 a junho de 2019

Número de artigos sobre ativismo climático

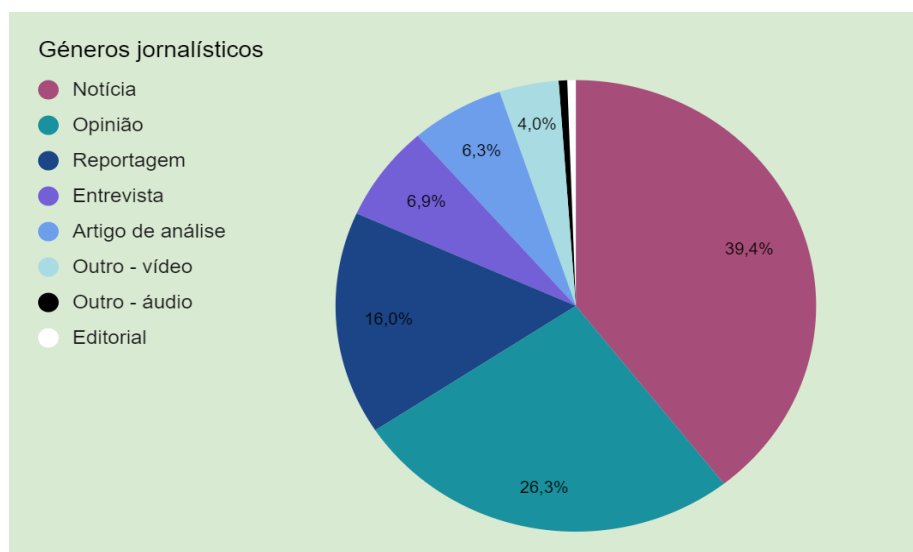


Quadro-síntese 3: Distribuição dos artigos

jornalísticos consoante o país ao qual se referem¹⁵

País	Número de artigos
Portugal	113
Internacional	43
França	6
EUA	5
Reino Unido	3
Bélgica	1
Itália	1
Noruega	1
Brasil	1
Austrália	1

Gráfico nº 2: Distribuição da amostra consoante o género jornalístico



¹⁵ A categoria “Internacional” remete para ativismo de diferentes países em simultâneo, dando conta da internacionalização do ativismo pelo clima.

Como o **Gráfico n.º 2** indica, os géneros jornalísticos utilizados com maior frequência na amostra foram a notícia (69 ocorrências), seguida do artigo de opinião (46) e da reportagem (28). A entrevista (12) e o artigo de análise (11) tiveram também alguma representatividade na amostra. Os géneros menos utilizados foram o vídeo (7), o áudio (1) e o editorial (1). O vídeo e o áudio, ainda que pouco representativos, apontam para uma maior flexibilidade potenciada pela digitalização do jornal, que permite estes novos formatos, não incluídos por Crato (1982) na definição de géneros jornalísticos.

Gráfico n.º 3: Distribuição da amostra consoante o número de páginas

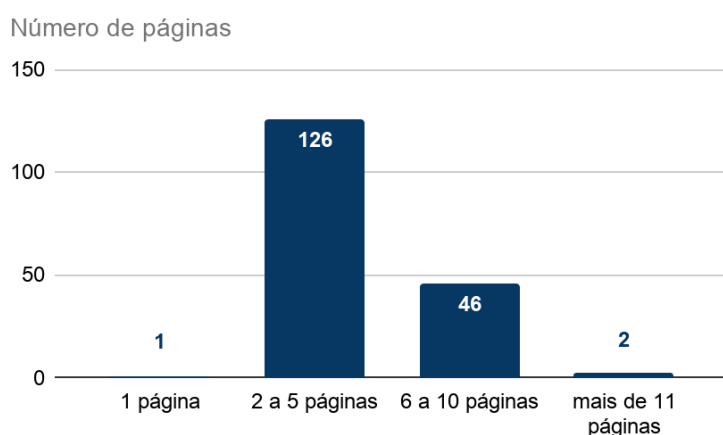
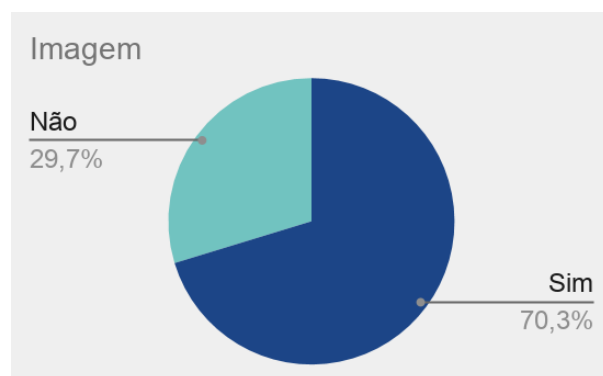


Gráfico n.º 4: Distribuição da amostra consoante a apresentação, ou não de imagem



O **Gráfico n.º 3** apresenta a distribuição dos artigos consoante o número de páginas. A maioria dos artigos tem entre 2 a 5 páginas (126), seguido de 6 a 10 páginas (46). Apenas um artigo tem 1 página e 2 artigos mais de 11 páginas. A média de páginas por artigo é 4,8. Esta distribuição revela-nos uma amostra de artigos jornalísticos relativamente longos, o que pode também ser uma consequência da digitalização, que elimina constrangimentos de espaço físico e competição entre notícias e permite uma maior liberdade na publicação. Por último, o **Gráfico n.º 4** mostra que a grande maioria dos artigos publicados contém imagem, o que é, uma vez mais, possibilitado pela digitalização do jornal, que elimina fatores como espaço ou custo de impressão.

Temos, em suma, uma amostra composta por artigos que se enquadram em géneros jornalísticos variados, embora haja uma clara predominância de notícias e artigos de opinião. A recolha dos artigos em formato digital permitiu a predominância de artigos de dimensão média e longa, novos formatos de artigos jornalísticos e a inclusão frequente de imagem a acompanhar o texto.

6.2. A evolução da cobertura ao longo dos anos

Apesar de um período de análise relativamente curto, de janeiro de 2015 a junho de 2019, a evolução da cobertura do jornal no período analisado mostra desde já notórias transformações, tanto em termos quantitativos como em termos qualitativos. Quer devido a acontecimentos externos ao próprio movimento, que motivaram picos na cobertura, quer devido a evoluções no próprio movimento social em si, a cobertura sobre ativismo climático não foi homogénea. Esta evolução pode ser constatada em termos quantitativos, na variação do número de artigos ao longo do tempo, em termos temáticos, consoante os temas tratados e em termos de representação do ativista.

A evolução do número de artigos ao longo do tempo indicia um paralelismo entre cobertura, número de artigos, e acontecimentos significativos e com elevado valor mediático. Estes acontecimentos podem estar relacionados com o próprio movimento social, com a esfera política nacional ou internacional, ou mesmo com a ocorrência de fenómenos meteorológicos extremos e com graves consequências. De facto, nos períodos em que há uma maior cobertura relativamente à média anual (novembro de 2015, novembro de 2016, junho e novembro de 2017, setembro e dezembro de 2018 e março e maio de 2019) são geralmente coincidentes com acontecimentos inesperados ou significativos na esfera política, ambiental ou social no âmbito das alterações climáticas. No caso de 2015, a ocorrência de 11 artigos em apenas um mês coincide duplamente com a realização da COP 21, da qual resulta o Acordo de Paris, e com o cancelamento da marcha pelo clima, resultado dos atentados terroristas em Paris. A novembro de 2016, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anuncia a sua intenção de retirar o país do Acordo de Paris, gerando indignação e a resposta por parte de atores sociais e políticos. Em junho de 2017 deflagrou o incêndio florestal de Pedrógão Grande, o maior incêndio em Portugal de que há registo até à data, e também o mais mortífero. Para além disso, Donald Trump consolida a sua intenção de sair do Acordo de Paris ao anunciar publicamente a retirada dos Estados Unidos¹⁶. Em novembro de 2017 foi realizada a COP 23 em Bona, para a qual não estavam previstas tomadas de decisão significativas e que teve resultados modestos, e que por isso resultou em contestações significativas.

¹⁶ O anúncio da retirada dos Estados Unidos do Acordo de Paris foi sobretudo um comunicado, visto que um país só pode oficialmente pedir a retirada do Acordo de Paris três anos após a sua assinatura (artigo 28º do Acordo de Paris). Assim, apesar da confirmação da intenção de retirada, apenas a 4 de novembro de 2019 foi feito o pedido oficial, que entrará em vigor em novembro de 2020.

Em setembro de 2018 destaca-se a marcha mundial pelo clima, na qual Portugal participa na organização, e a realização, a 7 e 8 de setembro, de uma conferência liderada por negacionistas do clima na Universidade do Porto. Em dezembro, é realizada a Conferência das Partes em Katowice e de novo se levantam questões acerca da insuficiência das medidas tomadas (por exemplo 107/2018/REP, “As conclusões da conferência do clima mais decisiva desde o Acordo de Paris tardam a chegar”). Um acontecimento marcante de dezembro de 2018, que não transpareceu no número de publicações desse mês, mas que estabeleceu um importante precedente tanto para os acontecimentos como para a cobertura do ano seguinte foi o discurso de Greta Thunberg na COP 24 (108/2018/REP, “Com 15 anos e sem papas na língua: o discurso demolidor de Greta na cimeira do clima”). Esta reportagem marcou a emergência de um novo perfil de ativista, jovem e estudante, ancorado na figura da jovem Greta Thunberg, que se veio multiplicar nos meses posteriores. Em 2019, destaca-se o estabelecimento da greve climática estudantil em Portugal, que organizou a primeira greve estudantil pelo clima em Portugal a 15 de março, a segunda greve a 24 de maio e anuncia no final de maio uma convocatória para a primeira greve geral pelo clima em setembro. Para além disso, em abril foi realizada a “Semana da Rebelião” a qual inaugurou a vinda do Extinction Rebellion para Portugal.

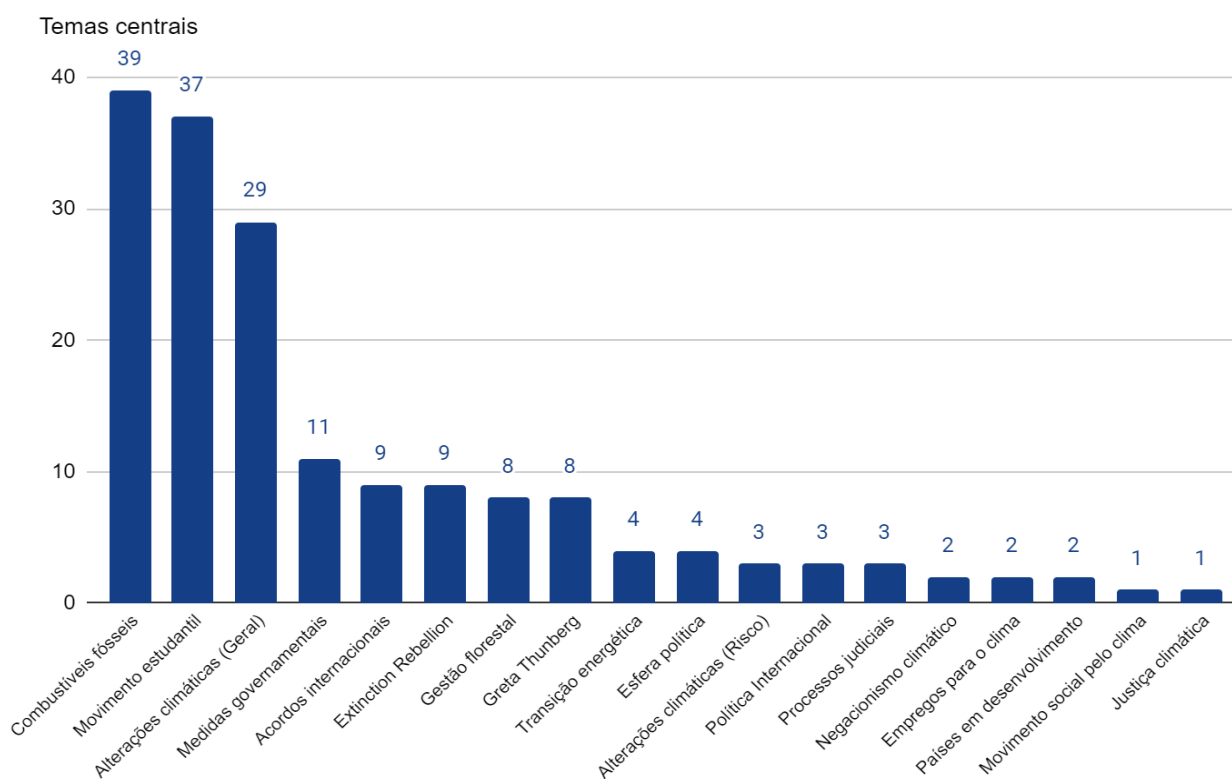
Neste último período de análise em 2019, com antecedentes que remontam ao final de 2018, estabelecem-se mudanças profundas tanto na cobertura mediática do ativismo como no próprio ativismo em si. Ao contrário do que aconteceu nos anos precedentes, os artigos jornalísticos de 2019 focam-se sobretudo na evolução do movimento social pelo clima, passando os acontecimentos na esfera política ou eventos meteorológicos a constituir o pano de fundo e não o motivo principal da cobertura.

6.2.1. A evolução da cobertura ao longo dos anos: análise temática

Para além de uma evolução quantitativa, houve igualmente uma evolução em termos qualitativos, nomeadamente em termos temáticos. Ainda que a temática das alterações climáticas esteja subjacente em todos os artigos, esta temática pode ser abordada sob diferentes prismas e com diferentes enfoques. O **Gráfico n.º 5** mostra a distribuição dos artigos em análise segundo temas centrais, em ordem decrescente consoante a frequência em que ocorrem. Para cada artigo, foi determinado qual o tema central, isto é, o tema que constitui o núcleo do artigo e em torno do qual se constrói o discurso. Isto não significa que

seja o único tema tratado, pois cada artigo pode incluir diversos temas, mas apenas um tema central.

Gráfico n.º 5: Distribuição dos artigos por tema central



Como indica o gráfico precedente, três temas dominam a cobertura mediática em análise. O tema com maior representatividade foi o tema **Combustíveis fósseis**, que diz respeito à exploração de combustíveis fósseis para fins energéticos. Este tema tornou-se relevante sobretudo no contexto nacional de contestação dos acordos de prospeção e exploração de petróleo em Portugal. A possibilidade de início de exploração petrolífera em Portugal, sobretudo no sul do país, resultou numa profunda mobilização social que em muito transcendeu o movimento pela justiça climática e envolveu diferentes organizações, membros da sociedade civil e mesmo partidos e governos locais. Ilustrando esta grande representatividade da oposição aos contratos de prospeção e exploração de petróleo em território nacional, afirma-se que “A onda de contestação atingiu uma dimensão nacional” (22/2016/NOT) e que “Estes contratos têm sido objeto de grande contestação por associações, movimentos cívicos e vários agentes políticos e económicos” (32/2016/OP).

O tema **Movimento estudantil** foi o segundo mais frequente e, tal como Extinction Rebellion e Movimento social pelo clima, indicam que o tema principal é o próprio movimento social. Este epíteto refere-se à emergente participação de jovens no movimento pela justiça

climática, com destaque a alunos da escola. A participação em massa de estudantes da escola em causas sociais e ambientais, tanto a nível internacional como a nível nacional, e a consequente promoção das greves à escola como meio de ação foram inéditas, gerando uma cobertura bastante expressiva, em especial considerando que, enquanto tema central, apenas surgiu no jornal em 2019 (ver **Gráfico n.º 8**). Como veremos de forma mais aprofundada, o movimento estudantil foi representado enquanto um marco histórico e enquanto acontecimento social inédito (“A marcação de uma greve estudantil climática é um marco extraordinário na afirmação dos jovens como atores políticos e sociais indispensáveis.” 126/2019/OP).

O terceiro tema mais frequente é o tema das **alterações climáticas (geral)**, no qual o artigo não aborda nenhum tema específico (ou aborda vários temas em simultâneo). Esta categoria indica que a abordagem é generalista (apelo ao combate às alterações climáticas, sem o aprofundamento de nenhuma área ou setor em particular) ou que a abordagem é holística e procura interligar os vários aspetos que estão em jogo. Teve a sua maior expressão absoluta e relativa em 2015 e manteve-se expressivo nos restantes anos, embora ultrapassado por outros temas.

O tema **Medidas governamentais** relaciona-se com o tema **Esfera política**: o primeiro centra-se em medidas concretas, que tanto podem ser o alvo dos protestos como podem ser propostas que os ativistas querem ver implementadas, enquanto que o segundo se foca na esfera política em geral. Exemplo do tema Medidas governamentais como central, a notícia “Associação Natureza e WWF pedem pacto para o clima e um vice-primeiro ministro para o setor” (111/2019/NOT) descreve a proposta da Associação Natureza e da World Wide Fund for Nature (WWF) de criação de um pacto nacional para o clima e para a sustentabilidade e da nomeação de um vice-primeiro ministro para a ação climática. Outro exemplo é a proposta de um *Green New Deal*, um plano de ação climática cujo objetivo é impulsionar uma transição justa para uma sociedade de baixo carbono (109/2018/OP; 110/2018/OP). Por outro lado, o tema Esfera política lida com reflexões mais abrangentes sobre as próprias instituições políticas, como é o exemplo do artigo de opinião “Ministro do petróleo” (16/2016/OP) que denuncia a falta de transparência do processo de decisão que levou à assinatura dos acordos de prospeção e exploração de petróleo e o domínio dos interesses privados sobre o governo.

O tema **Acordos internacionais** refere-se ao Acordo de Paris, à saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris e às negociações internacionais nas Conferências das Partes com o objetivo de delinear um novo acordo internacional sobre o clima. Sobretudo em consequência

dos incêndios florestais em território nacional, o tema **Gestão florestal** enquadra denúncias de má gestão florestal ou preocupações acerca da fragilidade das florestas portuguesas, em especial devido à multiplicação do eucalipto.

O protagonismo repentino de **Greta Thunberg**, jovem sueca que iniciou o fenómeno das greves à escola pelo clima, levou a que vários artigos tenham sido escritos em torno da sua figura. Estas peças jornalísticas estão assim marcadas por uma forte personalização e a tónica é colocada no percurso de vida de Greta e em características pessoais, que as enquadram sobretudo nas histórias de interesse humano (*human interest*). Estas peças servem-se do ativismo climático enquanto tema que contextualiza as reivindicações e motivações de Greta Thunberg, mas centram-se em dados privados e alheios à questão da crise climática e mesmo ao ativismo. Estas informações íntimas recaíram sobretudo sobre o seu diagnóstico de Síndrome de Asperger, mutismo seletivo e historial de depressão na sua infância (108/2018/REP; 117/2019/REP e 118/2019/OP, por exemplo).

Gráfico n.º 6: Distribuição dos artigos consoante o recurso à personalização

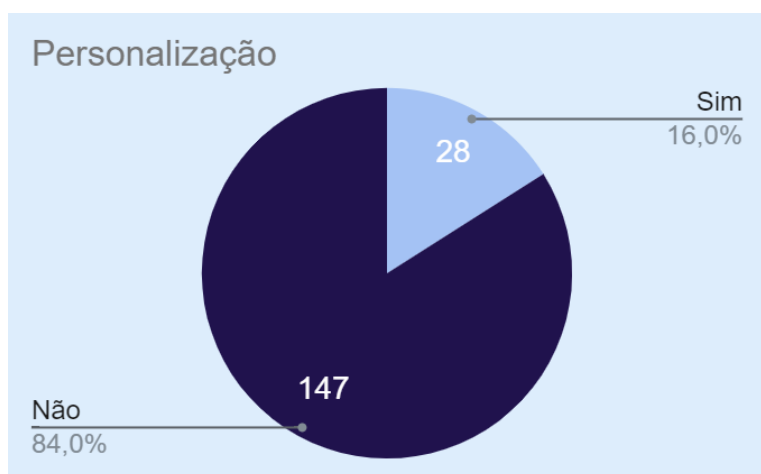
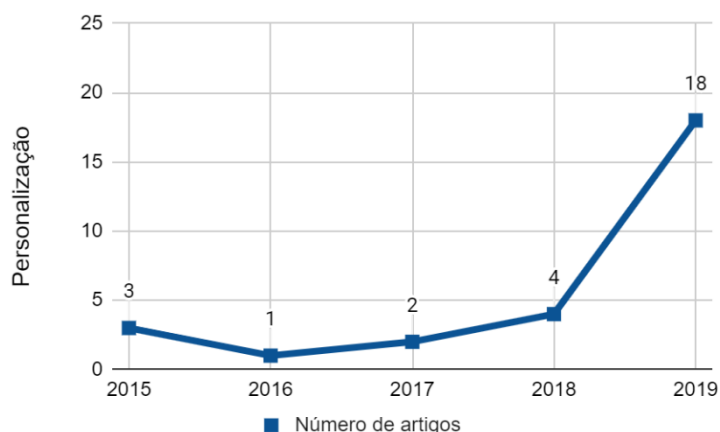


Gráfico n.º 7: Distribuição dos artigos com recurso à personalização ao longo dos anos



Mas não são só os artigos sobre Greta Thunberg que recorrem a esta norma jornalística. De facto, como indica o **Gráfico n.º 7**, houve um acréscimo acentuado da sua utilização em 2019, que coincidiu com a chegada da greve estudantil a Lisboa. Os ativistas-estudantes portugueses tornaram-se também alvo de curiosidade e de descrições pormenorizadas de características pessoais ou de histórias de vida. É de salientar que esta norma jornalística não é necessariamente prejudicial para o movimento, visto que tem como função humanizar os intervenientes e satisfazer a tão humana curiosidade, mas pode desviar a atenção do ativismo e da sua razão primordial.

Por último, para além de uma comparação entre os diferentes temas com maior número de ocorrências, salienta-se igualmente os temas com menor cobertura mediática. Sobressai, em particular, o facto de existir apenas um artigo cujo tema central é a **Justiça climática** (175/2019/OP). A justiça climática é o conceito central para o movimento social pelo clima, frequentemente apelidado de movimento pela justiça climática. Apesar disso, e de em 11 artigos a justiça climática ser um dos temas secundários abordados, foi o tema central menos frequente. O artigo de opinião sobre justiça climática, “*Apartheid climático: os pobres que paguem a crise (climática)*” (175/2019/OP) põe em evidência a distribuição desigual dos impactos e riscos causados pela crise climática, por classes socioeconómicas dentro de um país e entre os países do Norte e do Sul. Apesar de salientar as desigualdades exacerbadas pela crise climática, o artigo ainda assim não menciona um outro aspeto intrínseco do conceito de justiça climática, referente ao dever moral dos países mais emissores compensarem financeiramente os países com maiores riscos e impactos, de modo a permitir uma transição energética justa.

O **Gráfico n.º 8** comprova que a importância dos diferentes temas não foi homogénea ao longo dos anos. O ano de 2015 foi o ano com menor variedade de temas, enquanto que 2018 teve a maior variedade de temas (12 diferentes). Em 2015 predominaram artigos que abordaram a crise climática de uma perspetiva geral, operando sobretudo numa lógica de sensibilização. Note-se ainda que 2015 foi também o ano em que o tema das alterações climáticas enquanto tema geral foi mais significativo durante todo o período de análise. Nos três anos que se seguiram, o tema dominante foi a exploração de combustíveis fósseis, atingindo o pico em 2018 com 19 artigos sobre o tema, seguido de uma interrupção abrupta em 2019. Enquanto que a ocorrência de artigos sobre combustíveis fósseis se distribuiu ao longo de três anos, artigos sobre o movimento estudantil (segundo tema mais frequente) aparecem exclusivamente em 2019. De facto, o movimento estudantil pelo clima é um fenómeno recente e que apenas começou a ter repercussões a nível nacional e internacional no início de 2019.

Na primeira metade de 2019, regista-se um decréscimo na diversidade de temas cobertos face ao ano anterior, com 7 temas diferentes. Destes 7 temas, o movimento estudantil constitui mais de metade (56,9%) das notícias do ano, havendo uma clara predominância sobre os restantes. Como veremos mais à frente em relação às representações do ativista, 2019 constitui, nos vários parâmetros avaliados, um momento de viragem no qual surgem novos dados que não tinham aparecido anteriormente no período de análise.

Temas centrais ao longo dos anos



Gráfico n.º 8: Distribuição dos artigos consoante o tema central por ano

6.3. As representações do ativista

A delimitação do que constitui ativismo nem sempre é evidente, razão pela qual se procedeu à categorização de cada artigo consoante a ação determinante. O **Gráfico n.º 9** ilustra esta distribuição. A forma de ativismo dominante é claramente o comentário (71), através do qual o ativista expõe uma análise, uma avaliação ou exigências, no geral dirigindo-se ao governo. O comentário é a forma de ativismo que envolve o menor envolvimento e mobilização de recursos, no entanto foi a forma de ativismo que obteve a cobertura mais frequente. O segundo tipo de ação climática mais frequente foi a greve (27), forma de ação climática que surgiu em Portugal apenas em 2019 e que, pela sua contemporaneidade, não tinha ainda sido contemplado em nenhum dos estudos consultados. De seguida, a forma mais tradicional de ativismo, a manifestação ou protesto protagonizou 22 artigos, seguindo-se a denúncia (18).

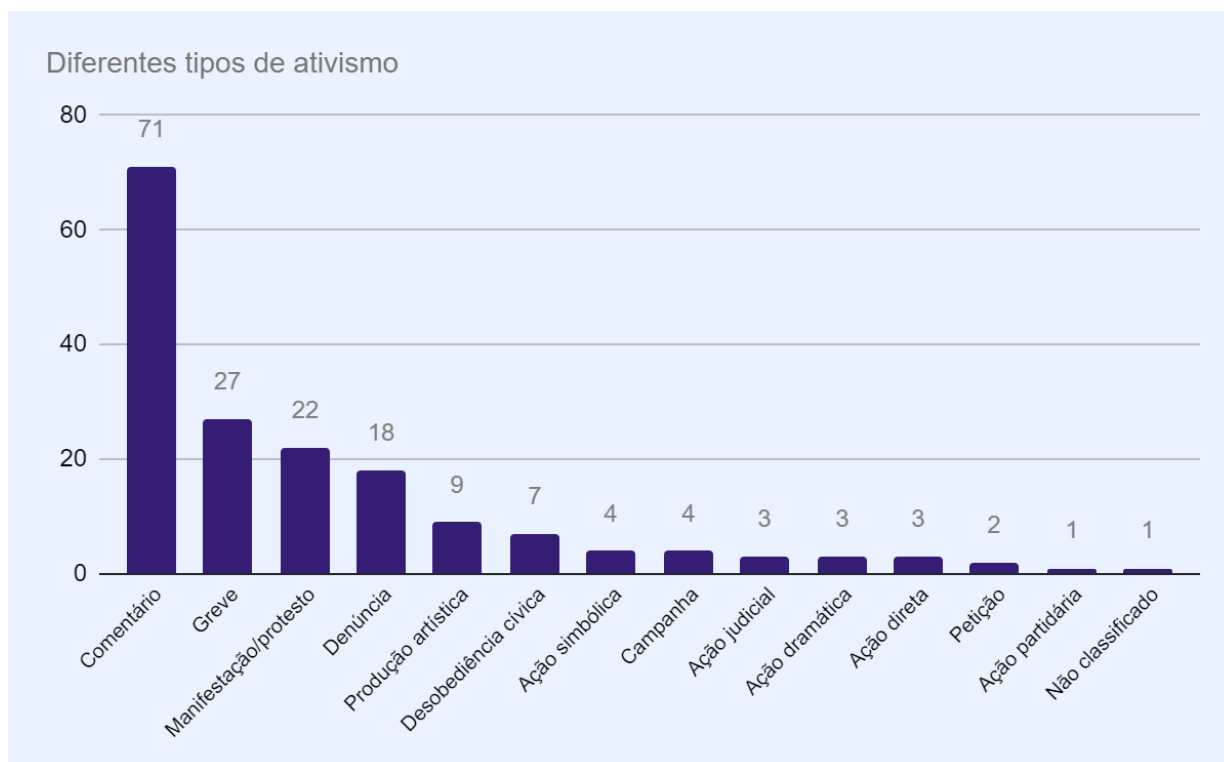
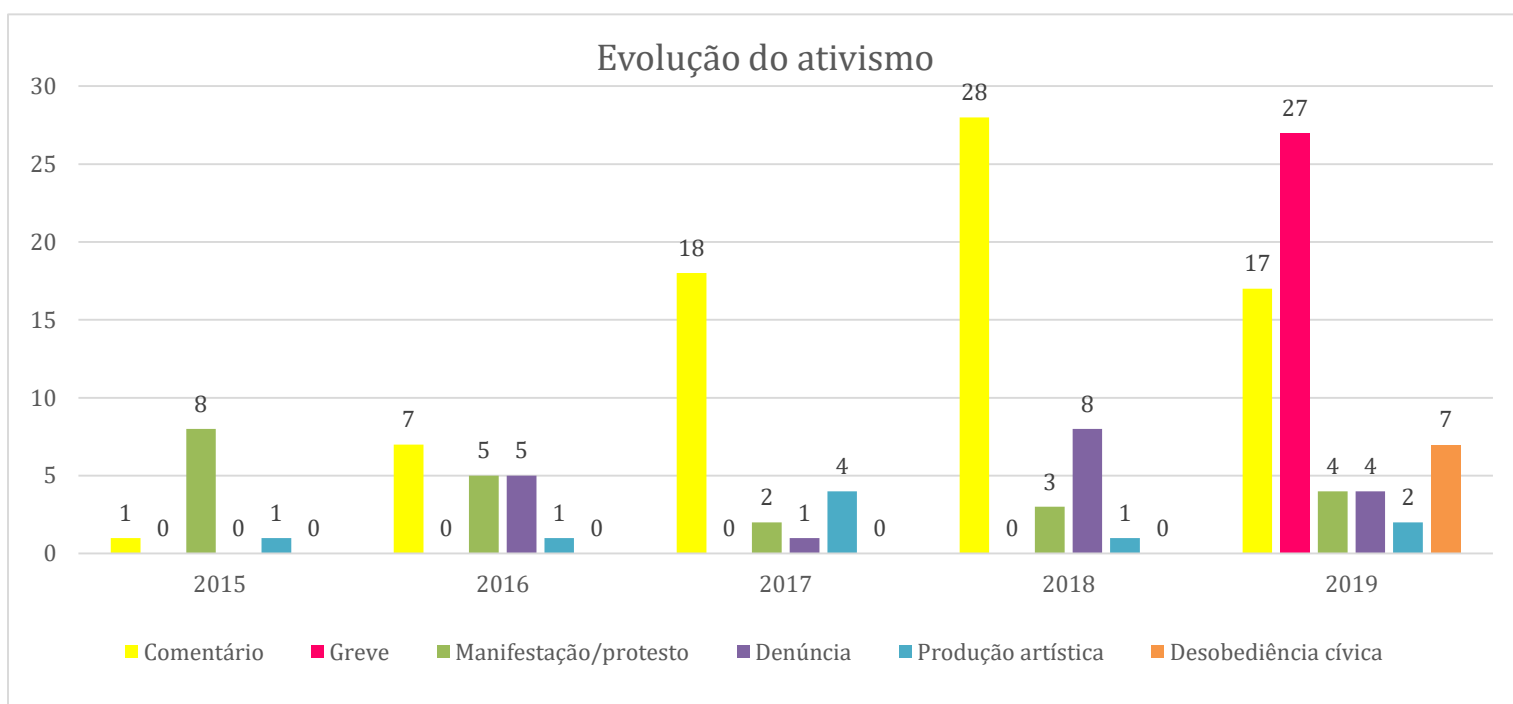


Gráfico n.º 9: Distribuição dos artigos segundo o tipo de ativismo em causa

Ao observar as quatro formas de ativismo com maior cobertura, vê-se que, à exceção da greve, predominam formas de ativismo tradicional. A conjugação entre comentário e denúncia, duas formas de ativismo que apenas envolvem comunicação oral ou escrita, dá

conta de 89 artigos, o que é surpreendente devido ao caráter pouco visual ou mediático de ambas estas formas de ativismo, comparando por exemplo à ação simbólica ou à desobediência cívica. Para além disso, o comentário ou denúncia são formas de ativismo assentes no debate, indiciando que o jornal privilegia esta forma de participação cívica ao ativismo mais confrontativo e de dimensão performativa. Por último, o **Gráfico n.º 10** apresenta a evolução das formas de ativismo mais frequentes no jornal *Público* desde 2015 a junho de 2019. A classificação de ativismo mais frequente foi o comentário, seguido da greve e da manifestação. O número total de ocorrências do comentário foi significativamente superior a todas as outras classificações, em especial em 2017 e 2018. Tal como nos casos analisados anteriormente, 2019 viu o aparecimento de novas categorias que não tinham ainda tido manifestação: a greve, a qual surgiu de facto em 2019, e a desobediência cívica, que já existia, mas que ganhou visibilidade com a chegada do Extinction Rebellion a Portugal.

Gráfico n.º 10: Distribuição dos artigos consoante a classificação de ativismo por ano



Por questões de clareza, foi analisada apenas a evolução dos 6 tipos de ativismo com maior representatividade: o comentário, a greve, a manifestação/protesto, a denúncia, a produção artística e a desobediência cívica. Como demonstra o gráfico precedente, a greve (que se refere à greve climática estudantil), é a forma de ativismo com maior número de artigos no primeiro semestre de 2019. Ao contrário do caso da greve, a desobediência cívica como forma de protestar no âmbito das alterações climáticas já existia em Portugal, embora não tenha aparecido em nenhum outro momento da cobertura. Assim, 2019 foi um ano de

viragem também em termos de reconhecimento e normalização desta forma de ativismo em Portugal.

6.3.1. Perfis de representação do ativista

Paralelamente à evolução temática da cobertura, também a forma de encarar e representar o ativista experiencia alterações ao longo dos anos em análise. Não só entraram no campo mediático perfis do ativista que não tinham representatividade anteriormente como surgiram perfis completamente novos e inéditos. Para analisar esta evolução, recorreu-se à utilização de perfis de representação do ativista.

O recurso à categorização das representações do ativista em perfis de representação permite uma análise comparável dos vários artigos, no sentido de avaliar tendências e alterações. Os perfis de representação são categorias simplificadas que caracterizam a representação do ativista dominante que transparece em cada artigo e que podem ter uma conotação positiva, negativa ou neutra.

Quadro-síntese 4: Distribuição dos perfis de representação do ativista nos artigos jornalísticos recolhidos entre janeiro de 2015 e junho de 2019

Ano	Perito	Representante da sociedade civil	Perito e Representante	Artista	Estudante	Rebelde	Neutro	Incómodo	Excêntrico	Total
2015	1 (7,7%)	7 (53,8%)	-	-	-	-	2 (15,4%)	3 (23,1%)	-	13
2016	6 (30%)	7 (35%)	4 (20%)	-	-	-	3 (15%)	-	-	20
2017	3 (10%)	8 (26,7%)	10 (33,3%)	1 (3,3%)	-	-	8 (26,7%)	-	-	30
2018	7 (14,9%)	13 (27,7%)	16 (34,1%)	1 (2,1%)	1 (2,1%)	1 (2,1%)	8 (17%)	-	-	47
2019	2 (3,1%)	2 (3,1%)	4 (6,2%)	1 (1,5%)	44 (67,7%)	9 (13,8%)	3 (4,6%)	-	-	65
Total	19 (10,9%)	37 (21,2%)	34 (19,4%)	3 (1,7%)	45 (25,7%)	10 (5,7%)	24 (13,7%)	3 (1,7%)	0	175

O quadro acima expõe a distribuição, por ano, da ocorrência de cada perfil de representação do ativista, bem como da sua importância relativa no contexto específico de cada ano e, no final, no contexto global. Como podemos verificar, o perfil que gerou maior cobertura foi o de Estudante, com 45 ocorrências no total durante o período em análise, correspondendo a 25,7% do total. Segue-se o perfil de Representante da sociedade civil (37),

seguido por Perito e representante da sociedade civil (34), Perito (19) e Neutro (24). Os restantes perfis tiveram uma representação substancialmente menos significativa, considerando o total dos vários anos: Rebelde (10), Incómodo (3) e Artista (3).

Todavia, tanto o perfil de Incómodo como o perfil de Rebelde tiveram uma importância relativa maior em um ano específico do que os dados gerais deixam transparecer. Em 2015, o perfil Incómodo representou 23,1% dos artigos publicados, com o valor absoluto de 3, não voltando a ser o perfil dominante em nenhum outro ano. Importa ressaltar que este perfil, que acarreta uma notável conotação negativa, foi atribuído exclusivamente a ativistas internacionais e que realizaram ações fora do país. Em 2015, as três instâncias em que o ativista foi categorizado enquanto incómodo (4/2015/NOT, 6/2015/NOT e 12/2015/REP) constituem artigos, duas notícias e uma reportagem, sobre manifestações em França, decorrentes do cancelamento da marcha pelo clima em Paris durante a COP21, em consequência do atentado terrorista. Também em 2019, no artigo de reportagem 135/2019/REP, apesar de o perfil ter sido categorizado como Rebelde, há uma breve menção a perturbações do funcionamento quotidiano em Londres, aquando o bloqueio de pontes e ruas da cidade (“O objetivo era causar uma grande perturbação ao normal tráfego da capital britânica”). Em Portugal, no entanto, não houve nenhum momento durante o período em análise em que tenham sido representados os ativistas enquanto incómodo, mesmo quando a ação coberta era uma ação direta ou de desobediência cívica.

Também o perfil Rebelde, apesar de não ter uma importância relativa muito significativa no total, foi o segundo perfil mais relevante em 2019, a seguir ao perfil Estudante, com 9 ocorrências. Este aumento súbito coincide com a internacionalização do movimento Extinction Rebellion, o qual promove ações de desobediência cívica pacíficas em massa. O movimento, criado em maio de 2018 em Londres, atingiu uma dinâmica relevante de internacionalização e expansão no início de 2019, chegando também a Portugal. O perfil Rebelde é um caso curioso porque, de acordo com a revisão da literatura relativa ao paradigma do protesto, os seus meios de ação poderiam prenunciar a prevalência de representações negativas, enquanto incómodo, causador de distúrbios ou mesmo marginal. Todavia, em Portugal, não há um único momento em que seja esse o caso, não havendo menção a possíveis incómodos que tenham causado as suas ações.

Não obstante, o perfil que teve mais ocorrências no total, constituindo mais de um quarto das representações, foi o perfil de Estudante, o que se revela particularmente notório ao ter em conta que nos primeiros três anos não teve qualquer ocorrência e apenas teve uma

ocorrência em 2018. Foi em 2019 que o ativista estudante se assumiu como um perfil de representação dominante, protagonizando 44 notícias (67,7% das notícias recolhidas em 2019). A reportagem em dezembro de 2018 (108/2018/REP) cobriu o precedente para a posterior multiplicação de representações de ativistas enquanto estudantes. “Com 15 anos e sem papas na língua: o discurso demolidor de Greta na cimeira do clima” (108/2018/REP) marcou a primeira instância em que foi dado protagonismo a um estudante no âmbito da luta pela justiça climática, bem como a primeira introdução do conceito de greve à escola pelo clima. Pouco menos de um mês depois desta reportagem, a notícia 112/2019/NOT “Há cada vez mais jovens a faltar às aulas para protestar contra as alterações climáticas – tudo por causa de Greta”, dá conta da multiplicação de greves estudantis no Reino Unido, na Austrália, na Alemanha e na Suíça.

Rapidamente o fenómeno da greve climática estudantil se propaga para Portugal (“Rebeldes com causa: jovens portugueses fazem greve à escola pelo clima, 113/2019/REP), desencadeando uma cobertura até então inédita, tanto em termos de número de artigos como em termos de perfil de representação. A cobertura mediática sofre, a partir deste momento, alterações significativas: até então, os perfis do ativista dominantes indicavam uma clara preferência por especialistas e representantes, sendo qualquer outra forma de representação muito marginal. No entanto, os perfis que até ao fim de 2018 dominavam a cobertura pelo jornal – Perito, Representante da sociedade civil e utilização dupla dos precedentes – viram todos a sua importância relativa e absoluta decrescer. Pelo contrário, só na primeira metade de 2019, o perfil estudante ocorreu mais vezes do que qualquer outro perfil durante todo o tempo da análise. Os dois perfis com maiores ocorrências neste período de viragem (primeira metade de 2019), o perfil de Estudante e de Rebelde, representaram 81,5% dos artigos recolhidos, sendo que ambos apenas tinham tido uma única ocorrência no ano anterior.

Os perfis de representação são abstrações úteis na análise no sentido em que permitem a comparação e análise da evolução temporal. Como vimos neste subcapítulo, assistimos durante o período de análise a uma transição importante nos perfis de representação que dominam a cobertura: vimos um decréscimo da importância dos especialistas e um aumento de novos perfis inéditos, sobretudo o do estudante. Mas importa igualmente, para além das sínteses que os perfis nos fornecem, olhar para descrições mais pormenorizadas, de modo a rentabilizar a riqueza de dados que a amostra oferece. Nesse

sentido, no próximo subcapítulo, iremos aprofundar outras representações diversas, provenientes de descrições ou citações diretas.

6.4. Outras representações, descrições e comentários sobre o ativismo climático

Por último, para além de perfis de representação, a amostra integra inúmeras descrições, comentários ou representações de ativistas que juntamente formam um agregado diverso e rico de noções sobre o ativismo climático, o movimento social e o seu espaço na sociedade. As descrições presentes na amostra são numerosas e diversificadas, pelo que importa sobretudo salientar algumas descrições recorrentes sobre diferentes intervenientes no movimento social pelo clima.

6.4.1 Ativismo (autoproclamado) como eficaz

Em Alzejur ia ser aberto o primeiro furo e graças à contestação pública conseguiram adiar a decisão por tempo indeterminado. É esse tipo de voz e intervenção que queremos para Peniche
21/2016/ENT, citação de ativista

[João Martins] está convicto de que a mobilização regional foi "fulcral" para que o processo fosse travado. (...) O anúncio do Governo de rescisão dos contratos de prospeção e exploração de hidrocarbonetos no Algarve é encarado como uma vitória da cidadania pelos movimentos cívicos e associações da região que se empenharam na luta contra estes contratos.
31/2016/NOT

[A rescisão dos contratos] é a primeira vitória sólida do movimento contra a exploração de combustíveis fósseis em Portugal. É um enorme crédito para centenas de pessoas, no Algarve e um pouco por todo o país, que se mobilizaram intensamente no último ano e meio contra uma das indústrias mais poderosas da História.
32/2016/OP, autor é ativista

Empurrados pela pressão social produzida por vários movimentos sociais por todo o país durante os últimos anos, as petrolíferas Galp e Eni desistiram de produzir petróleo no mar do Alentejo.
100/2018/OP, autor é ativista

Os exemplos acima apresentados exemplificam de forma não exaustiva a relação estabelecida entre os protestos contra a exploração de combustíveis fósseis em Portugal e o recuo na exploração. Esta relação implica que este recuo seria uma consequência lógica e direta dos protestos e, por isso, descreve o ativismo como uma forma eficaz de influência política. Esta eficácia é autoproclamada pois surge exclusivamente a partir da voz do ativista, quer em artigos de opinião, quer em citações diretas ou indiretas. No caso da segunda citação apresentada (31/2016/NOT), apesar de o discurso não ser uma citação direta da voz do ativista, continua a remeter para uma eficácia autoproclamada pois apresenta-a enquanto exposição da visão do ativista. Assim, embora o jornal transmita esta hipótese frequentemente, transmite-a através da voz do ativista e não como interpretação por parte do jornal ou do jornalista.

6.4.2. Greve estudantil: jovens na vanguarda do movimento

A quantidade e riqueza das descrições, interpretações e comentários sobre ativistas e o movimento pelo clima intensificou-se significativamente com a chegada da greve estudantil a Portugal. Enquanto que antes deste marco, os artigos exploraram sobretudo os temas sobre os quais os ativistas intervieram, a chegada da greve gerou um interesse sem precedente sobre o movimento em si. Ocorreu assim uma viragem na índole da cobertura, que passou a tomar o próprio movimento como fonte de interesse mediático, aumentando reflexões sobre a participação cívica, mas diminuindo discussões sobre as temáticas envolvidas.

[A greve estudantil] está a tornar-se na voz de uma geração que exige medidas urgentes para diminuir o impacto das alterações climáticas no planeta Terra.

112/2019/NOT

A onda de greves pelo clima que começou com uma só adolescente tornou-se global. (...) A 15 de março, uma sexta-feira, espera-se que a primeira greve global mova milhões, uma visão geral do mapa-mundo mostra o que a onda da greve quer ser: avassaladora.

116/2019/NOT

“Este é um movimento único e original, não me consigo lembrar de crianças terem esta consciência e querer fazer greve às aulas para se manifestar pelo clima.”

117/2019/REP, citação de ativista

Hoje é um dia histórico, com uma das maiores mobilizações globais de sempre, sobre qualquer tema que seja. É a maior mobilização pela justiça climática que alguma vez aconteceu. Todas as pessoas que mobilizaram, que convocaram e que hoje se juntam e se encontram nas ruas de mais de mil cidades por todo o mundo devem saber que fazem parte de um momento extraordinário. Começa uma nova História da justiça climática.

124/2019/OP, autor é ativista

O espaço público passou a incluir os estudantes e os jovens que, não podendo votar, têm muito a dizer.
158/2019/ENT, título

Os cientistas estão a informar-nos há pelo menos três décadas daquilo que está a acontecer, mas só agora há, pela primeira vez, movimentos de massas em apoio à justiça climática e à ação climática contundente.

160/2019/OP, autor é ativista

A greve estudantil, como podemos ver, atraiu sobretudo representações favoráveis que, pela primeira vez, não partiram exclusivamente da voz de ativistas. O próprio “Eu” jornalístico identifica este como um marco histórico de extrema importância, consagrando uma diferença marcada face às formas de ativismo precedentes, que não tinham conseguido este nível de protagonismo. Como iremos aprofundar no subcapítulo dedicado a declarações de figuras de autoridade, a chegada da greve estudantil atraiu igualmente comentários depreciativos e imbuídos de paternalismo por parte de figuras governamentais. Os comentários depreciativos, no entanto, limitaram-se a declarações oficiais e o restante discurso salientou a grande adesão à greve, a posição de vanguarda dos jovens estudantes e a sua capacidade de organização e trabalho. Tanto no movimento como no jornal transparece a noção de que se vive um momento de viragem, no qual há uma mobilização pelo clima sem precedentes.

6.4.3. Extinction Rebellion: Ineditismo, desobediência cívica pacífica e imprevisibilidade

Um novo ator social, embora parcialmente ofuscado pelo protagonismo da greve estudantil, entra no campo do ativismo climático e merece distinção. O Extinction Rebellion, que teve origem em Londres, consegue uma rápida internacionalização e chega também a

Portugal. O XR, embora não tenha tido presença mediática equivalente à greve climática, foi alvo de descrições ricas e diversas, nomeadamente devido ao seu ineditismo inerente, à imprevisibilidade de ação e ao recurso à desobediência cívica.

Não é de espantar que seja cada vez mais radicalizada a ação política para travar o colapso climático.
102/2018/OP, autor é ativista

Em Portugal, os líderes da organização, embora coordenem as operações a nível nacional, não têm conhecimento das ações promovidas localmente por indivíduos independentes, numa tentativa de descentralizar as ações de protesto. Estes grupos, que promovem atos isolados de rebelião, apenas comunicam as suas iniciativas às chefias poucos minutos antes destas acontecerem ou já depois de finalizadas.

135/2019/REP

Sinan Eden disse não ter "conhecimento dos próximos passos" dos ativistas, alertando que "podem surgir espontaneamente a qualquer momento".

141/2019/NOT, citação de ativista

O movimento Extinction Rebellion defende ações de desobediência civil pacíficas como estratégia para sensibilizar os responsáveis políticos para a crise ambiental.

144/2019/NOT

Como podemos constatar, a chegada do Extinction Rebellion a Portugal teve ainda assim alguma reverberação na cobertura pelo jornal *Público*. Realça-se que, apesar do recurso à desobediência cívica, que causa tipicamente perturbações no funcionamento da sociedade, em Portugal as descrições focaram-se sobretudo no ineditismo de certas ações (como a interrupção de um discurso do Primeiro-Ministro ou a invasão durante um programa da CMTV). Realça-se, igualmente, que em todos os artigos se reforça o carácter pacífico das ações, mesmo em referência aos protestos em maior escala em Londres, explicitando este carácter pacífico ou explicitando que o meio de ação do grupo é a desobediência cívica pacífica.

Em conclusão, as representações dos ativistas no jornal são sobretudo favoráveis ou neutras. O que seriam os perfis de representação negativos (Incómodo ou Excêntrico) são praticamente inexistentes e sempre referentes a ações de ativismo fora de Portugal. No caso

português, as representações menos favoráveis provêm geralmente de citações de figuras de autoridade e não são dominantes na narrativa. Os dados indicam que, de um modo geral, o ativista é representado enquanto interveniente legítimo e os seus objetivos enquanto válidos e relevantes.

6.5. O “Eu” jornalístico perante o ativista

A intenção de manter a aparência de objetividade e neutralidade jornalística leva a que se procure quase um apagamento da voz do autor, em particular em géneros jornalísticos que manobrem factos da atualidade (notícia e reportagem). No entanto, a voz do jornalista nunca está completamente ausente e deixa-nos indícios acerca do seu posicionamento ou parecer.

Um destes indícios parte do campo linguístico. O léxico e a conjugação verbal utilizada no tratamento de ativistas e das suas declarações pode ser indicativo de atitudes subjacentes. Por exemplo, a utilização do verbo alegar, do advérbio alegadamente ou de verbos declarativos imbuídos de subjetividade (considerar, acreditar, pressupor etc.) em relação a declarações de ativistas acarreta uma conotação de dúvida e incerteza face à veracidade do que foi afirmado. A conjugação dos verbos no modo condicional acarreta o mesmo teor, apontando para uma hipótese ao invés de um facto. Na amostra recolhida, pelo contrário, predominam tempos verbais do modo indicativo (presente, pretérito perfeito e futuro simples) no tratamento de declarações de ativistas, bem como verbos declarativos neutros (afirmar, declarar, esclarecer etc.).

Para além disto, existem momentos em que a voz do jornalista comenta criticamente os acontecimentos, posicionando-se do lado do ativista. O artigo de análise «Unidos contra o carvão, mas ainda falta salvar o planeta» é um exemplo disto, como se pode verificar no excerto:

Uma mão cheia de boas intenções, assinadas por muitos países em acordos e alianças, e um mundo de problemas que continua sem qualquer solução firme e definida. Este parece ser o resultado pouco animador da 23.^a Conferência das Nações Unidas sobre o Clima (COP23), que acabou nesta sexta-feira em Bona, na Alemanha. A realidade não ajuda. Desde o Acordo de Paris, que todos (à exceção dos EUA) reafirmaram em Bona, a situação piorou. Um exemplo: ao contrário de uma estabilização ou decréscimo das emissões de CO₂ para a atmosfera, registou-se um aumento de 2%. Compromissos como a “Aliança Global para a saída do Carvão”, proposta pelo Reino Unido e Canadá e aprovada em Bona, não chegam para salvar o planeta. (59/2017/AN)

Neste artigo, não só são ouvidos ativistas, que criticam a inação dos governos e a insuficiência dos Acordos Internacionais, como a crítica é feita igualmente pelo “Eu” jornalístico no corpo de texto, consagrando-a enquanto verdadeira e válida.

Esta confluência entre a voz do jornalista e o ativista também se verifica, em alguns casos, em termos das formulações utilizadas nos títulos. O título é um elemento de extrema importância porque não só vai determinar se o leitor decide ler o artigo completo, como define à partida o tom do discurso, estabelecendo precedente para a afinidade ou distanciamento face às posições de ativistas. Assim, a construção de títulos que exprimem de forma clara uma posição favorável face a reivindicações, comentários ou denúncias de ativistas é também indicativo de confluências entre a voz do jornalista e a voz do ativista. Exemplo disto é a notícia sobre as concessões de prospeção e exploração de petróleo intitulada “Governo ignora protestos contra exploração de petróleo e gás no Algarve” (17/2016/NOT). Apesar de o corpo de texto oferecer oportunidade de resposta ao primeiro ministro, o título é escrito do ponto de vista dos protestantes e tem subjacente uma condenação da atitude do Governo. Uma ocorrência semelhante, em que a voz do jornalista parece convergir com as vozes dos ativistas está patente no título “Governo aprova furo de petróleo em Aljezur, mas não quer polémica até às eleições” (75/2018/REP). Veja-se ainda o caso de uma reportagem realizada sobre a greve estudantil de 15 de março de 2019, cujo título é “Para salvar o planeta, as faltas às aulas são mais do que justificadas” (128/2019/REP), frase que não aparece no corpo de texto em citação, nem mesmo em formulações semelhantes, e que demonstra solidariedade com os jovens grevistas.

Por último, um outro elemento que aponta igualmente para uma solidariedade entre jornalista e ativista é a frequente disponibilização de informação que facilita a participação do leitor nos coletivos de ativistas e nas suas atividades. Isto acontece através de dois mecanismos: por um lado, através da disponibilização sistemática das datas, horas e pontos de encontro quando está marcada uma manifestação ou greve, permitindo ao leitor participar mesmo que não siga diretamente os grupos de ativistas e, por outro lado, através da incorporação dos *links* diretos para as páginas internas dos grupos, como acontece frequentemente quando são mencionados os coletivos. Entre a amostra em análise, são incorporadas ligações diretas para os *sites* do Climáximo, da PALP, da MALP, de Peniche Livre de Petróleo, do Extinction Rebellion Portugal e da Greve Climática Estudantil. Isto significa que, não só o leitor pode contactar diretamente com estes coletivos como pode obter

informação diretamente nos seus canais, sem a mediação dos meios de comunicação tradicionais.

Enquanto importante veiculador de representações sociais, a voz do jornalista é extremamente significativa, mesmo que procure camuflar-se. Os indicadores que foram aqui apresentados indicam uma cumplicidade substancial entre jornalista e ativista. As representações implícitas que transparecem são favoráveis face aos ativistas, caracterizando-os como fontes legítimas de informação e enquadrando as suas afirmações num contexto de legitimidade.

Até agora, os indicadores analisados são coerentes com esta análise: os perfis de representação do ativista são quase na totalidade favoráveis e, como vimos no subcapítulo anterior, as descrições sobre ativismo são variadas e geram discussões pertinentes acerca da participação cívica e da relação (frequentemente antagonística) entre governantes e cidadãos. No próximo capítulo, iremos analisar outros indicadores e testar a análise que foi feita até ao momento, que nos apresenta um paradigma sobretudo favorável ao ativismo pelo clima. Para isso, procuraremos determinar se os ativistas pelo clima são alvo do paradigma do protesto.

6.6. O paradigma do protesto

A avaliação da presença do paradigma do protesto no jornal exige a análise e comparação de vários indicadores que, formando uma visão de conjunto, poderão determinar se este paradigma tem uma influência proeminente. A presença ou não deste paradigma é uma característica central na caracterização da cobertura mediática sobre o ativismo climático. Uma cobertura na qual transpareça uma presença sistemática do paradigma do protesto denuncia a predominância de representações sociais desfavoráveis do ativista, que primam pela deslegitimação do assunto de partida, dos meios de ação e das reivindicações dos ativistas. Pelo contrário, a ausência do paradigma do protesto implica que as ações por parte dos ativistas são contextualizadas consoante o seu objetivo e contexto e que os meios de comunicação estão de facto a ter um papel informativo face aos assuntos de partida.

Deste modo, a presença ou ausência do paradigma não pode ser avaliada por um indicador apenas, pois a sua existência é o resultado de vários fatores que se complementam. Em primeiro lugar, vamos avaliar a possibilidade de auto-representação, isto é, de haver oportunidade para o ativista veicular as suas próprias representações. De seguida, veremos se as ações são enquadradas num contexto de perturbação, confronto ou violência. Veremos,

ainda, qual a frequência e conteúdo de declarações oficiais e de figuras de autoridade sobre as ações. Por último, e talvez os indicadores mais relevantes para a avaliação da presença do paradigma do protesto, analisaremos a interação entre a apresentação dos objetivos que justificam a ação e o foco nas manifestações visíveis ou performativas do protesto. Após esta análise, poderemos avaliar a presença ou ausência do paradigma do protesto no jornal.

6.6.1. A auto-representação

A citação direta de ativistas no corpo de texto, a utilização de citações em títulos e a autoria de artigos por ativistas são formas de um meio de comunicação permitir a auto-representação do ativista. Nestes casos, o ativista consegue que a sua mensagem entre nos meios de comunicação convencionais com pouca ou nenhuma edição pelo que estes indicadores são contrários à existência do paradigma do protesto. Indicando uma abdicação do poder modelador dos *media*, o jornalista dá a voz diretamente ao ativista e, em diferentes graus de intensidade, dá-lhe poder de interpretação e relato próprio, com reduzida interferência.

Para o cálculo de artigos com citação direta no corpo do texto ou no título, foram excluídos todos os artigos em que o autor é ativista (51 artigos), visto que nesse caso, apesar de todo o texto ser da sua autoria, não se trata de uma citação. Dentro desta amostra (124 artigos), mais de 80% dos artigos incluíram pelo menos uma citação de ativistas, sendo que a sua maioria incluiu múltiplas citações diretas (nos artigos com citação, a média é de 8 citações por artigo). Em termos gerais, temos assim uma amostra em que são frequentes os artigos que incluem pelo menos uma citação e são também frequentes os artigos com citações numerosas.

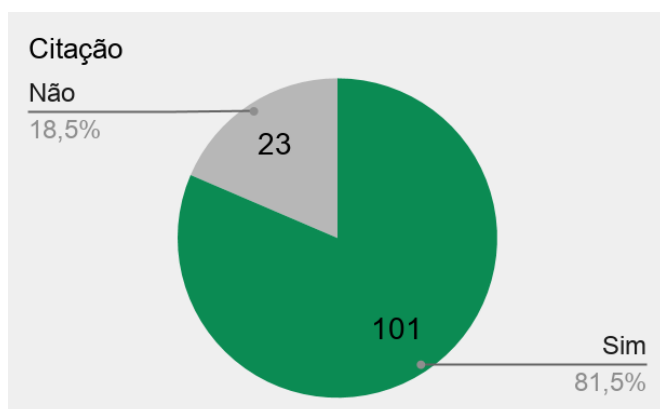


Gráfico n.º 11: Distribuição dos artigos consoante a presença ou ausência de citações de ativistas no corpo do texto

O recurso à citação direta no corpo de texto é a forma de facilitação de auto-representação menos profunda. Isto significa que um excerto do texto publicado foi recolhido diretamente do ativista, através de uma entrevista, da transcrição de um comunicado de imprensa ou da consulta do *site* independente de um coletivo (menos frequente). Qualquer uma destas três formas dá conta de uma transcrição direta (ou adaptação do discurso oral em discurso escrito, no primeiro caso), o que permite ao ativista expor as suas reivindicações e objetivos, esclarecer um equívoco ou fazer algum comentário ou denúncia.

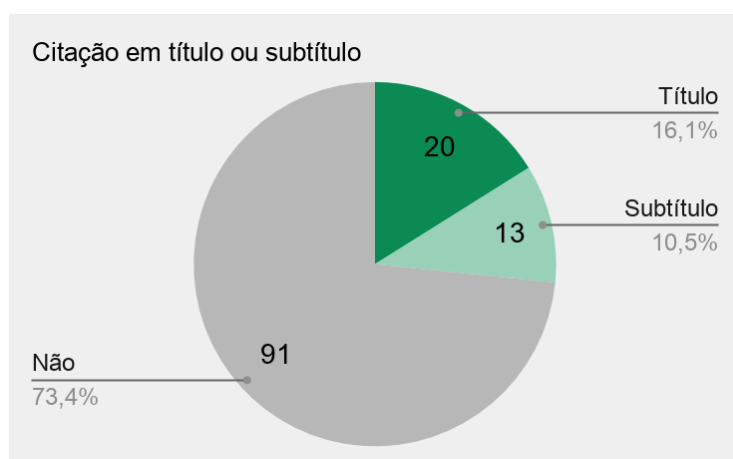


Gráfico n.º 12: Distribuição dos artigos consoante a presença ou ausência de citações de ativistas no título ou subtítulo

A utilização de uma citação direta enquanto título, por sua vez, é um indicador nítido de alinhamento com a mensagem dos ativistas. Enquanto que uma citação de ativista no corpo de texto pode ser apresentada como uma entre várias perspetivas em competição, a escolha de utilização de uma citação enquanto título ou subtítulo subscreve esse ponto de vista como central, em torno do qual se vai desenvolver o artigo jornalístico. A utilização da voz do ativista no título ou subtítulo tem a importância acrescida de, muitas vezes, os artigos, em especial *online*, não serem lidos na íntegra, o que significa que em muitos casos os leitores vão apenas contactar com as primeiras linhas do texto. É, no fundo, um meio de legitimação da mensagem do ativista, através da renúncia da voz do jornalista em prol da voz do ativista. Por conseguinte, esta cedência da palavra implica já um nível considerável de confiança, pelo que naturalmente não é uma prática tão frequente como a inclusão de citações no corpo de texto.

Ainda assim, mais de um quarto dos artigos incluem uma citação direta no título ou subtítulo. A citação no título pode ser total, como no exemplo «"BP? Terroristas! Petrobras? Terroristas! Hollande? Terrorista!"» (10/2015/REP), ou parcial, como em «"Negociar o quê,

não há planeta B!" O grito de mil pessoas na Marcha do Clima» (93/2018/REP). O título com citação pode constituir um comentário («Europa tem "falta de ambição nas metas para energias renováveis", afirma a Zero», 61/2017/NOT), uma denúncia (Subtítulo: «O movimento denuncia "as manobras dilatórias do Governo para conseguir avançar com a exploração de petróleo no Algarve" e ao mesmo tempo "conter a contestação social"», 69/2019/NOT), a exposição de exigências («"Emergência climática já" gritaram os jovens. Ministro do Ambiente recebido por protesto em Coimbra.», 160/2019/NOT) ou mesmo a valorização do movimento («Greve climática: "O espaço público passou a incluir os mais jovens que, não podendo votar, têm muito a dizer"», 157/2019/ENT).

Para além disso, como foi descrito e exemplificado no subcapítulo 6.5., foram identificados outros casos em que, ainda que o título não constitua uma citação direta, este constitui uma clara tomada de posição a favor dos ativistas. Apesar de não se integrarem na categoria anteriormente apresentada, são igualmente exemplos de representações sociais favoráveis de ativistas pelo órgão de comunicação e de enquadramento favorável do ativista no campo social.

Por último, a autoria de artigos por ativistas é o culminar desta auto-representação. Neste caso, não é feita uma moderação direta por parte do jornal, como acontece no caso das citações, que são sujeitas a processos de seleção e edição por parte do jornalista. A autoria de artigos por ativistas é igualmente indicativa da relação entre o jornal e o ativismo, pois esta cedência da palavra e do espaço mediático é sintomática de um nível de confiança mútua. Abrir o campo mediático para a voz do ativista, não enquanto objeto externo, mas enquanto criador e produtor de conteúdo, é igualmente uma forma de representar o ativista enquanto voz legítima e pertinente.

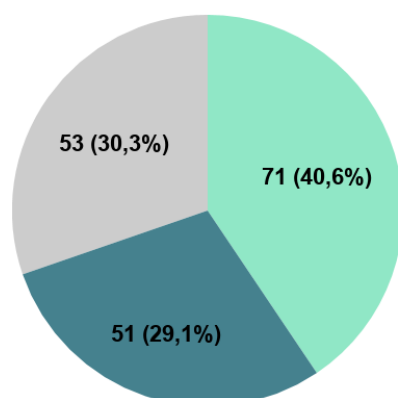
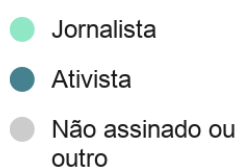


Gráfico n.º 13: Distribuição dos artigos consoante a autoria

O **Gráfico n.º 13** ilustra a distribuição de artigos consoante a sua autoria, revelando que 51 artigos, perto de um terço, foram assinados por ativistas. Os artigos em que o autor é ativista inserem-se exclusivamente em dois géneros jornalísticos: no artigo de opinião (41 artigos) e no artigo de análise (10 artigos). Para além disso, importa ressaltar que dos 51 artigos assinados por ativistas, 31 são assinados por João Camargo, na sua qualidade dupla de ativista e perito em alterações climáticas. Este facto pode dever-se à eventual existência de laços formais ou informais de confiança entre o ativista e o jornal ou à preferência por um perito com conhecimento científico sobre a problemática.

De qualquer forma, tanto o peso relativo como o número absoluto de artigos cuja autoria parte de ativistas é significativo na amostra. Uma porção relevante das representações são feitas pelos próprios ativistas, que têm o espaço para a valorização, em primeira voz, das suas motivações, objetivos e questões de partida. Nos casos restantes, mesmo que a auto-representação possa não ser predominante, continua a haver um aspeto de auto-representação na maior parte dos artigos, através das citações diretas.

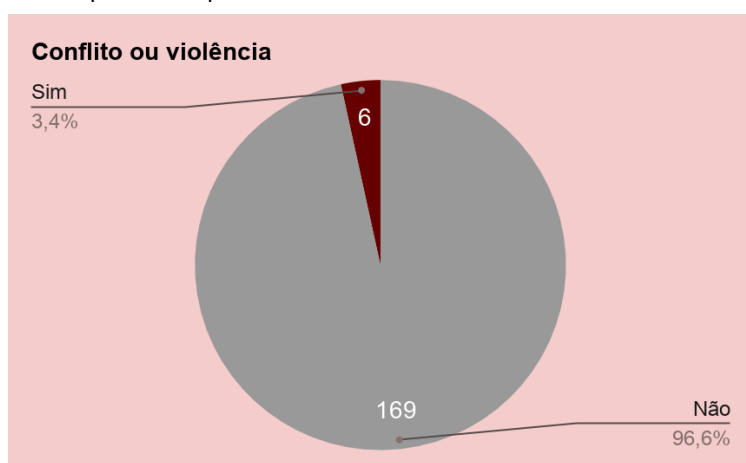
A oportunidade de auto-representação figura-se, de certo modo, como a antítese do paradigma do protesto, no sentido em que não só são relatados os objetivos do ativismo, como é dada a oportunidade ao ativista de construir a sua própria narrativa e evitar a propagação, mesmo que involuntária, de representações erróneas. Todavia, como vamos ver, diferentes modos de representação podem coexistir e, por vezes impulsionado pelo princípio do equilíbrio, as declarações de ativistas aparecem paralelamente a declarações oficiais, que se figuram geralmente mais pejorativas. Assim, apesar de a frequência da possibilidade de auto-representação atenuar a presença ou a intensidade do paradigma do protesto, a coexistência de auto-representação e do paradigma do protesto não é incompatível, pelo que é necessário avaliar os vários indicadores de forma conjunta.

6.6.2. Ativismo enquanto perturbação: a violência, o confronto com a polícia, a perturbação da vida quotidiana e a utilização de linguagem noticiosa do crime

Um dos resultados centrais do paradigma do protesto é a conceptualização do ativista enquanto um incómodo ou, em última instância, uma ameaça à vida em sociedade. Esta visão é transmitida através de diferentes mecanismos os quais, em conjunto, podem ser responsáveis por uma representação extremamente negativa e prejudicial do ativista, que culmina na sua deslegitimação.

Em primeiro lugar, a ênfase de perturbações da vida pública, de protestos de carácter violento, de confrontos com a polícia ou de qualquer característica que indicie o seu carácter subversivo contribui para a construção de uma imagem do ativista enquanto possível perigo e antagonista da vida ordeira. Entre a amostra recolhida, não foi identificado nenhum caso em que algum destes aspetos fosse colocado em evidência, isto é, não houve nenhum artigo em que fosse esse o foco do discurso. Assim, foram contabilizados os casos em que se mencionou, ainda que de forma muito breve, algum dos enquadramentos relacionados com este indicador, isto é, o conflito com forças policiais ou com a população, o enquadramento da ação utilizando vocabulário noticioso do crime ou léxico bélico e o recurso a declarações de figuras de autoridade.

Gráfico n.º 14: Número de artigos nos quais é mencionado violência, conflito com a polícia ou perturbação da vida pública da parte dos ativistas



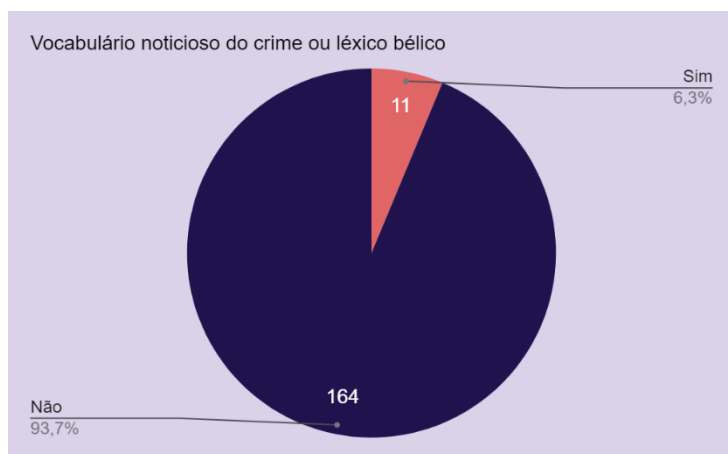
Como o gráfico indica, apenas 6 artigos fazem referência a alguma forma de perturbação por parte de ativistas. Em todos estes artigos, a referência ao conflito diz respeito a protestos no estrangeiro (2 em França, 3 no Reino Unido e 1 em Estocolmo e no Reino Unido). Os exemplos deste fenómeno incluem conflitos com a polícia, incluindo detenções, conflitos entre ativistas e residentes, a geração do caos, e declarações oficiais com especulações relativamente a eventuais conflitos:

- 4/2015/NOT: "Uma grande preocupação das autoridades são possíveis ações violentas e de guerrilha urbana, promovidas por grupos mais radicais" – Em França, no contexto do cancelamento da marcha pelo clima na COP 21, em Paris.
- 12/2015/REP: "Ao início da tarde, contudo, o panorama mudou naquela zona de Paris. A polícia e várias centenas de homens vestidos de preto e mascarados entraram em confronto. Os manifestantes (...) lançaram projéteis contra a polícia, que por sua vez

respondeu com gás lacrimogéneo.” – Em França, durante as manifestações não autorizadas pelo clima, no decurso da COP 21, em Paris.

- 135/2019/REP: «[Os protestantes] formaram uma “parede humana” para impedir o acesso à parte antiga da cidade de Estocolmo, o que gerou alguns conflitos entre ativistas e transeuntes.» – Na Suécia, no contexto da “Semana Internacional da Rebelião”, dinamizada pelo Extinction Rebellion.
- 147/2019/NOT: “Um protesto não violento que plantou o caos no trânsito e que resultou em mais de 1100 detenções e 69 acusações” – No Reino Unido, no contexto da “Semana Internacional da Rebelião”, dinamizada pelo Extinction Rebellion.

Gráfico n.º 15: Número de artigos em que é utilizado vocabulário noticioso do crime ou léxico bélico na descrição dos ativistas e/ou dos protestos



Em adição, também a utilização de linguagem noticiosa do crime ou de vocabulário bélico pode ser um mecanismo de deslegitimação do ativista, ao enquadrar as suas ações num contexto tipicamente associado à criminalidade e ao perigo. Este indicador ocorreu com pouca frequência, tendo apenas 11 artigos associado vocábulos do crime ou bélicos a ativistas ou às suas atividades. Para além da sua escassa ocorrência, o emprego destes vocábulos não parece estar associado a uma deslegitimação do ativista, mas a um enquadramento do ativista num contexto de “luta”: contra as alterações climáticas, contra o governo, contra os interesses privados etc. De facto, 5 dos artigos em que é utilizado este tipo de vocabulário são de autoria dos próprios ativistas, que fazem dele uso no sentido de reforçar o seu posicionamento de oposição face a um adversário, numa visão do mundo quase maniqueísta.

Quadro-síntese 5: Principais vocábulos utilizados pertencentes à linguagem noticiosa do crime ou a vocabulário bélico

Vocábulo	Número de artigos	Contexto (exemplo)	Autor é ativista?
Detenções Detidos	7	“Na última semana, o grupo bloqueou ruas, plantou árvores na praça do Parlamento britânico e invadiu o Museu de História Natural. No Reino Unido, só até às 10h de segunda-feira as autoridades britânicas já tinham detido 1065 pessoas, conta o Guardian.” (144/2019/NOT, “Quem é o grupo que interrompeu Costa e que está a cortar ruas em Londres?”)	X
Invasão	5	“As contradições alemãs foram expostas em duas acções de desobediência civil: na véspera da COP-23, a invasão das minas de carvão do Reno, e na segunda semana da COP a invasão da central térmica a carvão de Weisweiler, da RWE. Em plenas negociações para a formação de um governo na Alemanha, as discussões entre o partido de Merkel, os Verdes e os Liberais têm como polémica o fim do carvão na Alemanha, com o qual Merkel não se compromete (neste momento, o Estado subsidia o carvão em 3,2 mil milhões de euros anuais).” (61/2017/OP, “COP-23: Na estrada para lado nenhum”)	✓
Guerra	4	“Uma vez mais, boas notícias na luta contra o petróleo e o gás em Portugal. Já apanhamos os mentirosos e os coxos. Agora, e na guerra que está declarada, vamos enterrar de vez estas concessões. Ganhar esta guerra é apenas o primeiro nível do combate às alterações climáticas.” (71/2018/OP, “Petróleo: apanhados os mentirosos e os coxos”)	✓
Bloquear	3	“É em Londres que a desobediência civil pacífica está a ter mais impacto: desde 15 de abril, mais de mil manifestantes já foram presos depois de bloquearem a cidade. Em novembro, o XR já tinha cortado cinco pontes no centro da capital inglesa.” (145/2019/REP, “É este o novo símbolo de uma geração que se rebela pelo futuro da Terra?”)	X

Deste modo, e como ilustram os exemplos acima apresentados, a utilização deste léxico não parece assumir conotações pejorativas. No caso dos artigos que não são assinados por ativistas, as declarações são neutras e de carácter factual, como por exemplo quando são relatadas as detenções decorrentes de manifestações de desobediência cívica pacíficas em massa. Pelo contrário, quando o autor é ativista, o tom não é neutro, mas combativo, subvertendo-se o que o paradigma do protesto descreve como tentativa dos meios de comunicação de enquadrar o ativismo num contexto de criminalidade e de confronto. Nos casos de autoria por parte de ativistas, o léxico bélico e do crime é também utilizado de forma intencional e de forma a posicionar os ativistas e as estruturas do poder em confronto. Mas neste caso, isto é feito com o objetivo de despertar solidariedade no leitor por aqueles que, de baixo para cima, estão a enfrentar poderosas instituições, estas sim enquadradas como criminosas (ou, como se diz em inglês, *fighting the good fight*).

6.6.3. Recurso a declarações de figuras de autoridade: as representações mais negativas chegam-nos em discurso direto

Frequentemente, vozes ditas de autoridade contrastam com a voz do ativista, como é o caso de membros do governo, membros de organizações internacionais ou gestores de empresas visadas. Como já foi mencionado, a aspiração de uma imagem de imparcialidade leva a que sejam incluídas diferentes vozes, por vezes dissonantes. No caso do ativismo climático, as declarações provenientes de figuras de autoridade apresentam-se geralmente em oposição às dos ativistas, muitas vezes contrariando as declarações proferidas ou respondendo a acusações feitas. Como temos visto até agora, as representações negativas do ativista são praticamente inexistentes, em especial da parte do “Eu” jornalístico.

No caso das declarações de figuras de autoridade, o paradigma figura-se moderadamente diferente. Em primeiro lugar, como indica o **Gráfico n.º 16**, em 35 artigos recorreu-se a declarações oficiais, o que corresponde a 20% dos artigos. Não sendo um fenómeno maioritário, figura-se, no entanto, como o parâmetro do paradigma do protesto com maior representatividade.

Gráfico n.º 16: Distribuição dos artigos consoante o recurso, ou não, a declarações de figuras de autoridade

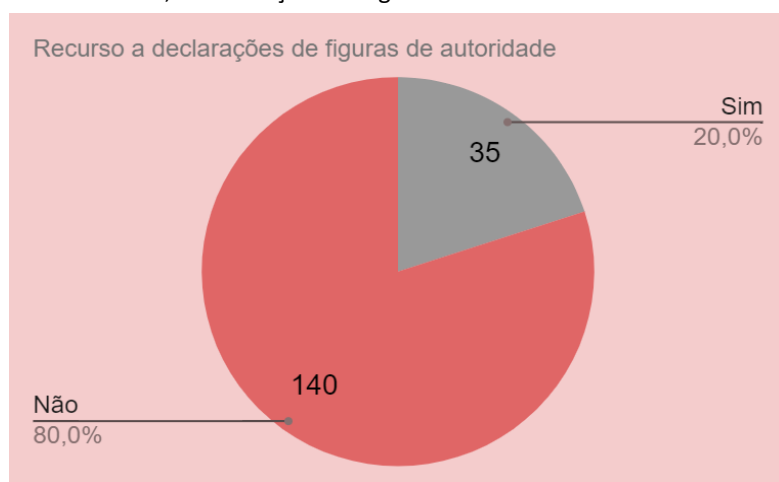
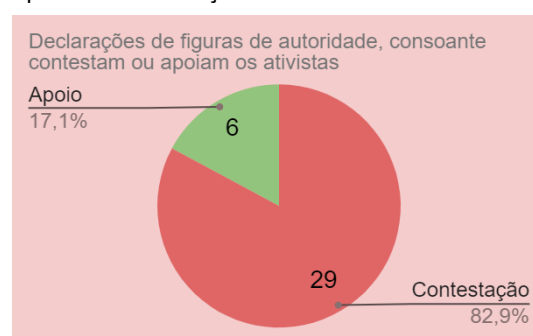


Gráfico n.º 17: Classificação das declarações de figuras de autoridade mediante a prestação de apoio ou contestação aos ativistas



Importa, no entanto, salientar que em 6 artigos, o testemunho da figura de autoridade exprime uma concordância com os ativistas, por vezes opondo-se igualmente ao antagonista em causa. Esta realidade ocorre sobretudo em simultaneidade à maior época de contestação dos contratos de exploração de combustíveis fósseis no país (segundo semestre de 2016, ao longo de 2017 e primeiro semestre de 2018). Durante este período, foi alcançada uma aliança

entre ativistas, alguns autarcas e empresários locais contra a exploração de petróleo, considerada danosa para o contexto local. Com vista a um objetivo comum, impedir a exploração de combustíveis fósseis, certos membros de governos locais declararam publicamente o seu apoio ao movimento social, condenando o Governo central, como ilustram os seguintes exemplos:

- 19/2016/REP: «"A Câmara Municipal de Aljezur aderiu a esta forma tolerante, mas determinada, para dar um grande cartão vermelho à exploração de hidrocarbonetos no Algarve, em terra e em mar, mas muito particularmente para apelar a esta discussão pública em curso até dia 22 [de junho] para evitarmos o primeiro furo na bacia do Alentejo, ao largo de Aljezur", disse o autarca José Amarelinho.».
- 75/2018/REP: «a voz mais crítica veio da presidente da câmara de Lagos, Joaquina Matos, socialista: "Se o Governo insistir [com a pesquisa e exploração de hidrocarbonetos], sinto isso como uma declaração de guerra à região".»

Apesar da existência destas declarações muito favoráveis ao movimento, e que confere a legitimidade que apenas figuras de autoridade podem potenciar, as restantes declarações oficiais operam no sentido precisamente oposto, no sentido de minimizar o assunto de partida, a legitimidade dos ativistas de se pronunciarem sobre determinado assunto, transparecendo posições de altivez e condescendência para com os ativistas.

Enquanto que a voz do jornalista aparenta ser favorável ao parecer dos ativistas sobre os acontecimentos, a voz das figuras de autoridade é globalmente menos favorável e é através desta voz que são transmitidas as representações mais negativas identificadas pela pesquisa. Estas figuras de autoridade que intervêm são frequentemente o alvo diretamente visado por determinado protesto ou ação, desmentindo declarações de ativistas, minimizando os riscos ou reforçando os benefícios de determinada ação e desvalorizando o trabalho dos ativistas.

Quadro-síntese 6: Exemplos de declarações oficiais, incluídas no corpo de texto dos artigos

Tema em discussão	Referência	Exemplo(s)
Contratos de exploração e prospeção de petróleo em Portugal	17/2016/NOT	«Em resposta às preocupações levantadas, o chefe do Governo [António Costa] afirmou: "Investir na proteção da natureza é investir no futuro do Algarve e é isso que mais valor tem sob o solo, acima do solo, no mar ou em terra". (...) A medida [programa Simplex, que facilita os licenciamentos de petróleo e gás], justificou, visa "não criar barreiras, entraves desnecessários, para aquilo que deve ser o investimento na valorização do turismo".»

Contratos de exploração e prospeção de petróleo em Portugal	22/2016/NOT	«“Não aceitamos lições de ninguém relativamente as questões ambientais porque temos vindo a trabalhar de forma séria para isto”, sublinha o autarca [presidente da Câmara Municipal de Peniche]. (...) “Esta questão da prospeção petrolífera já vem sendo abordada há muitos anos. Não é de agora. Devem ter andado distraídos durante muito tempo”, continua, referindo-se ao grupo.»
Contratos de exploração e prospeção de petróleo em Portugal	67/2018/NOT	«O geólogo do Centro de Investigação Marinha e Ambiental – CIMA, da Universidade do Algarve, Paulo Fernandes, desdramatiza eventuais perigos para o ecossistema. “A execução de um só furo, em princípio, não acarreta grandes impactos ambientais. Os impactos só existem se for um campo de exploração”. Sobre o debate que se reacendeu à volta deste assunto entende que há “muita falta de informação” sobre os recursos disponíveis.» «António Costa da Silva, presidente da Partex – a empresa petrolífera da Fundação Gulbenkian – diz que o projeto do Algarve pode gerar reservas de gás “dez a 15 vezes superiores às reservas do Sul de Espanha que foram exploradas pela Repsol e que geraram riqueza para o país.”»
Proximidade da primeira greve climática estudantil em Portugal	120/2019/REP	«O presidente da Associação Nacional de Dirigentes Escolares, Manuel Pereira, antecipa que [a greve estudantil] “não terá a visibilidade nem o impacto que queriam que tivesse”. A eventual mobilização dos estudantes para o protesto está a ter pouco eco nas escolas. “Talvez em Lisboa e no Porto se possa refletir um pouco mais, mas no interior do país não vai sentir-se”, acrescenta.»
Primeira greve climática estudantil em Portugal	123/2019/REP	«Carlos Luís, do Agrupamento de Escolas João de Deus, em Faro, até defende que “a greve é um direito dos assalariados” e não dos alunos.» «No Liceu Camões, em Lisboa, “a escola não tomou uma posição relativamente a esta questão porque isso seria abrir um precedente. Hoje é pelo clima, amanhã pela violência doméstica, depois sobre outra coisa”». [Diretora de escola em Alvalade]: “Se percebermos que não é um aproveitamento para outras coisas e que eles estão de facto mobilizados para a causa...”.
Primeira greve climática estudantil em Portugal	128/2019/REP	«De acordo com Filinto Lima, líder da Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas, e Jorge Ascensão, presidente da Confederação das Associações de Pais (Confap), [a greve] não alterou o funcionamento das escolas. “As escolas funcionaram normalmente. Havia turmas que seguramente tinham menos alunos, mas não houve qualquer tipo de embaraço”, referiu Filinto Lima, que louvou a atitude dos jovens “colocarem na agenda mediática e política a questão ambiental”. O presidente da Confap afirma que a greve “não se notou”: “Houve, de facto, alguns jovens que optaram por fazer essa ação, mas não teve impacto naquilo que é o normal funcionamento da escola.”»
Ações do Extinction Rebellion em Portugal	142/2019/NOT	[Margarida Marques, membro do PS]: “Se são ambientalistas e estão realmente empenhados na defesa de algumas causas, acho muito bem. Se há outros movimentos que os incentivam ou manipulam, isso já me deixa muito preocupada”

O quadro-síntese 6 ilustra alguns dos casos mais paradigmáticos de declarações oficiais face a protestos ou declarações de ativistas. São múltiplos os exemplos de declarações oficiais que se dirigem maioritariamente a contrapor as denúncias ou afirmações de ativistas, como

vemos no primeiro e terceiro exemplo apresentado acima. Nestes casos, não é feita uma representação negativa dos ativistas, mas são mitigadas as suas afirmações ou críticas, apresentando visões ou dados divergentes. Isto acontece sobretudo no caso do debate em torno da exploração de combustíveis fósseis, em que as declarações minimizam os impactos e reforçam os benefícios da exploração de combustíveis fósseis em território nacional. Deste modo, estas declarações de figuras de autoridade podem resultar numa desvalorização do assunto de partida, o que pode resultar na perceção dos protestos enquanto excessivos.

Um exemplo de menosprezo pela ação dos ativistas pode também ser identificado em discurso relativo ao mesmo tema, quando se afirma que “Esta questão da prospeção petrolífera já vem sendo abordada há muitos anos. Não é de agora. [Os ativistas] devem ter andado distraídos durante muito tempo” (22/2016/NOT). Elabora-se assim uma imagem dos ativistas enquanto dotados apenas de um conhecimento superficial sobre assuntos políticos e científicos que, por conseguinte, não estão capacitados para participar ativamente nos processos de decisão. O mesmo acontece quando se alude a “muita falta de informação” (67/2018/NOT).

A chegada da greve estudantil a Portugal, pela emergência de um novo perfil de ativista até então inédito, foi alvo de numerosas interpretações e comentários por fontes oficiais ou de autoridade. Num primeiro momento, antes da realização da greve, prevê-se uma fraca adesão à greve, subestimando o poder de mobilização dos jovens implicados e minorando as repercussões da chegada da greve a Portugal, relegando-a para um espaço sobretudo simbólico (120/2019/REP). Mesmo após a realização da greve, que contou com cerca de 5 000 participantes só em Lisboa, o impacto desta foi desvalorizado, ao se afirmar que a greve “não se notou” e que “Houve, de facto, alguns jovens que optaram por fazer essa ação, mas não teve impacto naquilo que é o normal funcionamento da escola.” (128/2019/REP).

Para além desta minimização significativa do impacto e significado político e histórico das greves estudantis, os jovens ativistas e as suas reivindicações foram alvos de outros comentários de conotações depreciativas. Evoca-se, por exemplo, a ilegitimidade de participação cívica dos alunos através da greve (“a greve é um direito dos assalariados”, 123/2019/REP). Na mesma reportagem, figuras de autoridade desvalorizam ainda o assunto de partida (“Hoje é pelo clima, amanhã pela violência doméstica, depois sobre outra coisa”, 123/2019/REP), indiciando uma falta de autenticidade na preocupação com a crise climática e confluindo com a crítica constante de que estes ativistas utilizam o clima enquanto pretexto

para faltar às aulas. No mesmo sentido, exprime-se igualmente incerteza face às motivações dos estudantes ("Se percebermos que não é um aproveitamento para outras coisas e que eles estão de facto mobilizados para a causa..." 123/2019/REP).

Noutro sentido, o último exemplo apresentado refere-se à chegada do movimento global Extinction Rebellion a Portugal. Apesar de as ações deste movimento internacional serem propícias a caracterizações depreciativas, devido ao recurso à desobediência cívica enquanto meio de ação principal, em apenas um artigo foram recolhidas declarações por figuras de autoridade que podem ser consideradas potencialmente pejorativas. A declaração "Se são ambientalistas e estão realmente empenhados na defesa de algumas causas, acho muito bem. Se há outros movimentos que os incentivam ou manipulam, isso já me deixa muito preocupada" (142/2019/NOT), aponta para uma possível manipulação dos ativistas por influências perniciosas, inculcando dúvidas relativamente às suas motivações.

O recurso a declarações provenientes de figuras de autoridade é um aspeto do paradigma do protesto que implica a sobreposição de diferentes vozes, frequentemente dissonantes, que dispõem tipicamente de uma credibilidade assimétrica. As declarações de figuras de autoridade veiculam aspetos do paradigma do protesto – deslegitimação, minimização do assunto de partida, geração de dúvida acerca das motivações – que não são encontrados em mais nenhum ponto da cobertura mediática em análise. Apesar destas representações potencialmente prejudiciais não partirem da voz do jornalista, a decisão de inclusão ou exclusão destas fontes é ainda assim resultado de processos de decisão do jornalista e do jornal. O papel de modelação dos meios de comunicação envolve precisamente esta capacidade de selecionar as vozes merecedoras de intervenção e, assim, conferir-lhes legitimidade e credibilidade enquanto mediadores. Neste sentido, ainda que as declarações por parte de figuras de autoridade não sejam maioritárias na amostra, a escolha de inclusão das declarações analisadas informa-nos não só sobre as figuras de autoridade representadas como sobre o próprio jornal.

6.6.4. O foco nas manifestações visíveis do protesto e a explicitação dos objetivos

Por último, o aspeto nuclear do paradigma do protesto é a utilização, pelos meios de comunicação, dos aspetos visuais ou performativos de um protesto ou ação de ativistas, sem o enquadrar no contexto que o justifica. Isto leva a que o protesto tenha cobertura mediática, utilizado como material noticioso, mas a que esta cobertura não contribua para os objetivos

do protesto, pois não informa acerca dos motivos subjacentes. Na prática, isto significa que os aspetos mais visuais ou de carácter inédito são colocados em evidência e constituem o núcleo em torno do qual se desenvolve o discurso, o que leva a possíveis representações negativas do ativista. Sem contextualização, ações realizadas por ativistas podem ser percebidas enquanto incómodo, excentricidade ou mesmo distúrbio, em especial formas de ação que causam maior perturbação do dia-a-dia (ação direta ou desobediência cívica).

Deste modo, a descrição dos aspetos com maior impacto visual por si só não aponta diretamente para a existência do paradigma do protesto. Como se estabelece no enquadramento teórico, a execução de ações com elevado impacto visual, e, portanto, elevado valor mediático, é intencional para a atração de cobertura mediática. A descrição destes aspetos não é, portanto, por si só, indicativa de uma representação negativa. É a sua interação com a explicitação dos objetivos, isto é, o motivo do ativista ou coletivo para realizar determinada ação, que vai determinar se está de facto a ser feito um aproveitamento dos elementos visuais sem haver uma verdadeira explicitação do que está subjacente.

Em termos de explicitação de objetivos, como demonstra o **Gráfico n.º 18**, 94,4% dos artigos em análise explicitou o objetivo do ativismo em algum nível. Para a análise da explicitação dos objetivos, foram excluídos os artigos em que o autor é ativista, pois não permitem avaliar a inclusão ou exclusão do objetivo – sendo autor, em todas as instâncias houve a exposição detalhada do mesmo. Para além disso, não houve nenhuma instância em que a ação não tenha sido integrada no contexto das alterações climáticas, embora isso se deva sobretudo às palavras-chave utilizadas no momento da recolha do material de análise. O enquadramento do ativismo enquanto “pelo clima” ou “para combater as alterações climáticas” foi considerado uma não explicitação do objetivo, por se considerar que não oferece efetivamente nenhuma explicação acerca da existência de determinado protesto ou ação.

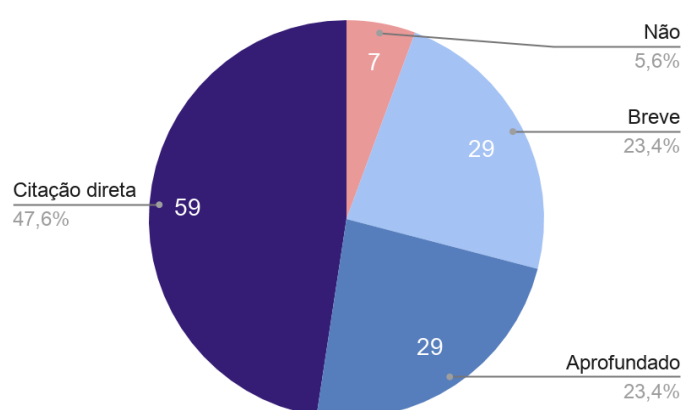


Gráfico n.º 18: Distribuição dos artigos consoante a explicitação, ou não, dos objetivos

Ainda assim, o número de artigos que não mencionou explicitamente o motivo da realização de determinada ação foi reduzido: apenas 7 instâncias dão conta de uma total ausência de explicação. Nos restantes 117 artigos foi feito algum tipo de explicitação. Em 29 ocorrências, considerou-se que o objetivo foi explicitado de forma breve, isto é, em apenas uma frase. A explicitação do objetivo aprofundado significa que pelo menos duas frases foram dedicadas a esta explicitação, o que ocorreu em 29 casos. Por último, em 59 instâncias, o objetivo foi explicitado em citação direta na voz do próprio ativista, por vezes aprofundado depois no corpo do texto.

Para além disso, o **Gráfico n.º 19** indica que em 29 artigos (ou 16,6% dos casos) foi feita uma descrição de manifestações visíveis do protesto. Estas descrições podem consistir em diferentes tipos de discurso. Pode, por exemplo, limitar-se a uma descrição vívida e detalhada:

Os sapatos são escuros, os atacadores são azuis, a mensagem é clara. No meio do calçado, uns ténis foram mascarados de bandeira francesa com cera azul, branca e vermelha de velas diferentes. Dentro de um deles saía uma planta com uma flor branca, como se a liberdade, a igualdade e a fraternidade, os valores da república francesa associados às cores da bandeira, estivessem simbolicamente a sustentar a natureza (12/2015/REP).

No entanto, mais frequentemente, o relato das expressões visíveis relaciona-se diretamente com as ações dos ativistas, relatando por vezes ações fora do comum, ou com um elevado carácter simbólico ou performativo. Veja-se o caso do protesto “die in”, no qual os ativistas se deitam no chão em locais públicos ou estratégicos, frequentemente numa alusão ao risco de extinção humana ou em solidariedade com as vítimas de determinada catástrofe:

Os apoiantes do movimento global Extinction Rebellion deitaram-se este sábado no chão dos transportes públicos, em museus ou em centros comerciais. Algumas pessoas, quando deitadas, cobriam-se de cartazes como se se tratassem de cobertores, onde escreviam palavras de ordem: “Somos os próximos?” (146/2019/REP).

Por outro lado, são também frequentes as descrições de aspetos inesperados ou fora do vulgar, por exemplo “Várias mulheres vestidas de anjo pousavam entre os sapatos denominando-se as Guardiãs do Clima” (12/2015/REP) ou “Além de cartazes com reivindicações e árvores recortadas em cartão, de associações e movimentos diversos, via-se um homem equilibrando acima da cabeça dois enormes ramos de árvore” (13/2015/NOT).

Gráfico n.º 19 Distribuição dos artigos consoante a descrição de manifestações visíveis do ativismo

Manifestações visíveis

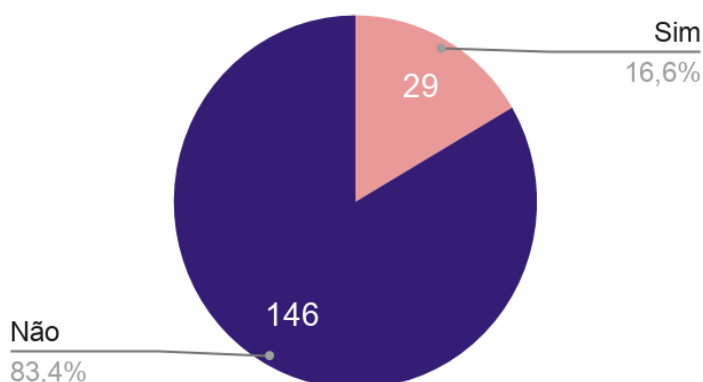
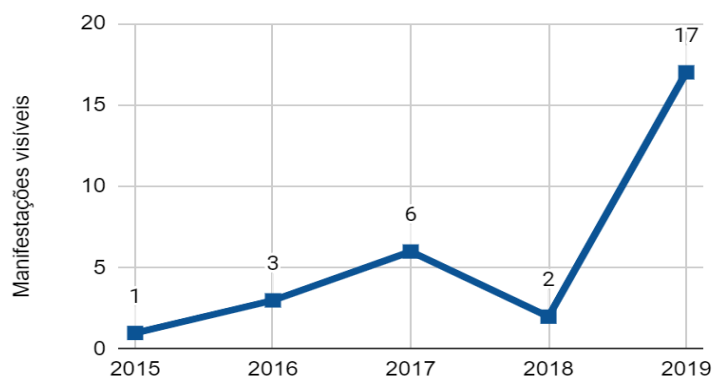


Gráfico n.º 20: Evolução, desde janeiro de 2015 até junho de 2019, da ocorrência da descrição de manifestações visíveis do ativismo



Como atesta o **Gráfico n.º 19**, o número de artigos que descreve os aspetos visuais do protesto é minoritário (29). Isto pode ser em parte explicado através dos meios de ação que predominam na cobertura, cuja maioria não tem uma forte componente visual e, por isso, não motiva esta descrição. Ao confrontar com o **Gráfico n.º 9**, que apresenta a distribuição os artigos consoante o tipo de ativismo, verifica-se que, de facto, a maior parte da cobertura mediática refere-se a formas de ativismo que inerentemente não integram expressão visual profunda. Com efeito, o comentário (forma de ativismo que protagonizou 71 artigos) ou a denúncia (que protagonizou 18 notícias), por exemplo, não requerem qualquer componente visual ou teatral e assentam sobretudo na comunicação verbal e na argumentação.

A evolução temporal deste indicador (**Gráfico n.º 20**) evidencia um aumento acentuado em 2019. Esta evolução é coerente com a evolução da própria cobertura: em 2019 surgem dois novos tipos de ativismo que têm um impacto mediático significativo. Tanto a greve estudantil como as ações promovidas pelo Extinction Rebellion têm o potencial de gerar descrições de pendor visual, mas o segundo é particularmente propício a este fenómeno. As ações de desobediência cívica, ações diretas e simbólicas promovidas por este movimento são particularmente convidativas a este tipo de descrição, pois a sua premissa implica precisamente a execução de ações visualmente apelativas e simbolicamente significativas.

De qualquer modo, o que nos aponta para a prevalência do paradigma do protesto é a descrição das manifestações visíveis sem a explicitação do objetivo do protesto. Em todos os artigos que compõem a amostra analisada, não houve nenhuma ocorrência em que fossem

descritos aspetos visuais sem explicitar o objetivo da ação. Na verdade, verificamos que frequentemente ocorre precisamente o oposto: a descrição dos aspetos visuais é imediatamente seguida da razão que as motivou. Isto acontece sobretudo no contexto da chegada do Extinction Rebellion a Portugal em que foram realizadas diferentes ações com forte impacto visual e imbuídas de algum ineditismo. Vejamos alguns exemplos desta circunstância:

- 135/2019/REP: «Os cerca de 15 manifestantes montaram uma rede de plástico na entrada dos escritórios da empresa como forma a recriar a ideia de que os "milhões e milhões de toneladas de plástico lançadas pela empresa aos oceanos ao longo das duas últimas décadas já chegaram à porta da empresa"»
- 141/2019/NOT: «O discurso de António Costa no jantar de aniversário do PS foi interrompido por um grupo de manifestantes que "bombardearam o primeiro-ministro com aviões de papel" para criticar a construção do aeroporto no Montijo.»
- 141/2019/NOT: «Uma concentração pacífica e performativa no Porto, com os ativistas a "morrer" em frente a um centro comercial para sensibilizar as pessoas para a necessidade de declaração de emergência climática e alertar para o consumo excessivo.»

Por último, a análise conjunta destes dois indicadores evidencia a ausência do paradigma do protesto no jornal. Retomando a definição central do paradigma do protesto, este diz respeito à utilização pelos *media* das dimensões mais teatrais do ativismo enquanto material noticioso, sem explicitação dos objetivos subjacentes, o que resulta no retrato dos ativistas e das suas ações enquanto desproporcionais e desadequados. No caso deste estudo, no entanto, não só estamos perante uma grande prevalência de artigos nos quais é explicitado o objetivo dos ativistas como em todos os casos em que estamos perante descrições dos aspetos mais visuais ou inéditos do protesto, o objetivo é explicitado. Assim, demonstra-se que o ativismo não é usado apenas enquanto material noticioso devido aos protestos de carácter inédito ou performativo, mas que há uma explicitação deliberada e sistemática de enquadramento da ação no contexto da crise climática.

6.7. A cobertura mediática, na perspetiva dos ativistas

Ao longo dos artigos em análise, ocorre excepcionalmente uma explicitação de desagrado ou desconfiança por parte dos ativistas em relação aos meios de comunicação (não

especificamente ao jornal *Público*). Estas críticas ocorrem devido à percepção de que são publicadas informações contraditórias ou notícias falsas (53/2017/NOT; 162/2019/ENT), de que o tema das alterações climáticas é abafado e relegado para segundo plano (136/2019/REP; 142/2019/NOT; 146/2019/REP, por exemplo) e devido ao silêncio mediático em relação a protestos que “não ganham a atenção mediática que precisam” (68/2018/OP).

As entrevistas exploratórias realizadas a ativistas contribuiram igualmente para a caracterização da relação entre ativistas e imprensa, partindo do seu ponto de vista. Embora as entrevistas tenham um carácter meramente exploratório, não tendo por isso de modo algum o objetivo de ser representativas, certos aspetos mencionados são consistentes com tendências já identificadas na revisão da literatura ou indicadas por dados recolhidos na análise dos artigos noticiosos. Em primeiro lugar, confirma-se que a cobertura mediática é um objetivo central quando é planeada uma ação:

- **Entrevista 1:** Sim, claro. Quando planeamos uma ação, pensamos sempre em como essa ação pode chegar aos *media*. É um objetivo ligado à captação de interesse e participantes. É muito importante para chegar a um público mais vasto.
- **Entrevista 2:** Nós temos maneiras de divulgar [as nossas ações] através da imprensa. Fazemos notas de imprensa, temos contactos em vários jornais e com vários jornalistas e sempre que surge um assunto que temos de dizer alguma coisa rapidamente agimos nesse sentido. (...) E isso tem sempre resultado em alguma cobertura.

Para além disso, afirma-se a importância dos próprios canais de comunicação, enquanto forma de ter alguma independência face aos meios de comunicação tradicionais. Sem estas ferramentas de comunicação interna, que passam por um *site* e pelas páginas nas redes sociais, muitos dos eventos não teriam tido qualquer cobertura. Como se afirma,

Em muitas ações, não há qualquer cobertura. (...) É por isso que filmamos sempre as ações e publicamos. Fizemos já vários vídeos que conseguiram milhares de visualizações. (...) Se não tivéssemos os nossos próprios meios de comunicação, se não filmássemos e publicássemos as nossas ações, era como essas ações não tivessem acontecido (E1).

No mesmo sentido, a importância que a cobertura mediática representa para os objetivos dos ativistas, implica que a comunicação com os *media* é para eles prioritária. Isto leva a que haja uma aposta na preparação para a interação com os *media*, como é descrito:

- **Entrevista 1:** Nós não temos tido más representações porque temos sempre comunicados de imprensa completos que impedem que seja feita uma deturpação do que fazemos e dizemos. Sabemos sempre de antemão quem vai ser o porta-voz para a comunicação social e fazemos os possíveis por estar o mais preparados possível para tentativas de desviar o assunto e de

deturpação. Estamos sempre muito cientes dos factos para nos podermos defender caso haja alguma deturpação. Este é um eixo fundamental para a nossa ação, o profissionalismo.

Como indica a citação precedente, não há uma apreensão profunda em relação a representações negativas ou pouco fiéis, referindo-se a todos os meios de comunicação tradicionais e não apenas ao jornal em estudo, independentemente do seu carácter mais ou menos sensacionalista. A principal repreensão aos meios de comunicação, é a falta de cobertura sistemática, tendo ambos os ativistas citado numerosos eventos, marchas e ações diretas que não obtiveram qualquer cobertura ou menção. Como se afirma,

- **Entrevista 1:** Como disse, nós não temos sido vítimas de deturpação, o que acontece é sobretudo omissão. A gravidade e urgência das alterações climáticas justificariam plenamente uma cobertura continuada, mas são muitos mais os dias que não há qualquer menção a alterações climáticas do que os que há. É esse um dos nossos papéis, tornar o tema das alterações climáticas uma preocupação constante na população geral.
- **Entrevista 2:** Eu imagino que sim [que haja alguma deturpação na cobertura], mas não é algo que eu notei. (...) Eu acho que a cobertura mediática do ativismo climático, e mesmo sobre alterações climáticas, é uma coisa ínfima na gama da reportagem portuguesa. É se calhar pior em outros sítios, mas em geral as alterações climáticas ainda são um tema ligeiramente *fringe* da imprensa *mainstream*.

Deste modo, quando questionados acerca de deturpação ou distorção, as respostas foram de negação ou incerteza, ambas direcionando para a verdadeira crítica aos meios de comunicação – a falta de cobertura sobre um tema que consideram prioritário. Neste sentido, são citados vários exemplos de ações que, pela sua espetacularidade e valor mediático ou pela grande adesão que obtiveram a nível de participantes, deveriam ter sido alvo de algum tipo de cobertura. Em um momento específico, oferece-se como hipótese explicativa um silenciamento propositado de ordem política, apontando para uma possível corrupção dos meios de comunicação ou interferência política:

Quando foi feita a invasão à Galp, foi o silêncio completo. A ação, por ser fora do vulgar e de desobediência civil seria bem capaz de ter uma primeira página. Foram contactados jornalistas, que teriam todo o interesse em noticiar a ação, devido ao cariz radical da ação, mas nenhum jornalista apareceu. A Galp é ali nas torres de Lisboa e havia a TSF literalmente ao lado. Portanto não é como se fosse muito difícil lá ir. Por isso se torna muito claro para mim que houve pressões de cima para que não fosse noticiado (E1).

Concluindo, as entrevistas exploratórias confirmam que a procura de cobertura mediática é central para a ação dos ativistas e que é um objetivo que procuram ativamente na

delineação de ações. As declarações apresentadas sugerem igualmente que não há, por parte dos ativistas, uma relação de antagonismo entre ativistas e meios de comunicação mas que, pelo contrário, se estabelecem relações colaborativas, ainda que desiguais. As críticas aos órgãos de comunicação apresentadas são pouco profundas e assentam sobretudo na insuficiência da cobertura, ainda que o último comentário possa apontar para uma crítica mais séria ao funcionamento e autenticidade dos meios de comunicação. É ainda notável que sejam identificados exemplos de críticas aos órgãos de comunicação no contexto da própria amostra, significando que houve uma decisão deliberada do jornal de publicar o descontentamento dos ativistas face aos próprios *media*, ainda que não tenham sido direcionadas ao jornal *Público* em específico.

Em conclusão, a análise de dados revela uma cobertura sobre ativismo climático marcadamente distinta do que foi descrito na revisão bibliográfica. Em primeiro lugar, o ceticismo climático está completamente ausente da amostra: a realidade científica das alterações climáticas não constitui neste jornal um campo de debate, debatendo-se ao invés as suas implicações políticas e sociais. Para além disso, o ativista tem uma presença significativa (e com crescente importância, como vemos na evolução do número de artigos) não só enquanto perito, mas crescentemente enquanto membro da sociedade civil, também dotado de legitimidade para comentar e intervir ativamente.

O “eu” jornalístico adota sobretudo uma posição de neutralidade face ao ativista, não havendo da sua parte qualquer indício de menosprezo ou criação de dúvida face à mensagem do ativista. Para além disso, há ainda momentos em que o jornalista toma claramente partido e junta-se ao ativista na sua contestação (como vimos na contestação à exploração de combustíveis fósseis em território nacional ou após acordos internacionais particularmente inconclusivos) ou glorifica o movimento climático (como vimos no caso da greve estudantil).

Apesar da descrita vulnerabilidade dos coletivos de ativistas perante o paradigma do protesto, este não tem prevalência no jornal em causa. Pelo contrário, o ativista partilha o campo mediático com jornalistas e tem espaço para controlar o seu próprio discurso. A análise terminou num período de viragem do ativismo climático, com profundas alterações e inovações no movimento, mas parece que o jornal acolheu com entusiasmo as novas formas de ativismo e os novos atores que vieram revolucionar o movimento pelo clima.

7. Conclusões e discussão

As alterações climáticas representam um desafio à escala global com o potencial de devastar a base do que consideramos sociedade civilizada. Apesar de já sabermos dos seus impactos há várias décadas, as emissões de gases com efeito de estufa continuam em crescimento e as cimeiras pelo clima mostram-se inconclusivas. A sociedade civil tem vindo a responder a este desafio ao organizar-se em coletivos de ativistas e pressionar governos, organizações internacionais e empresas a encarar as alterações climáticas de forma realista – como uma crise e uma emergência.

O objetivo que motivou esta investigação relaciona-se com essa noção de emergência – é crucial que o movimento pelo clima consiga tornar realidade as suas reivindicações e, nesse sentido, é necessário que seja considerado legítimo para o público em geral. É neste contexto que se procura caracterizar as representações feitas pela imprensa acerca destes atores sociais. Enquanto agente criador de representações sociais e modelador da realidade, a imprensa desempenha um papel inescapável na contextualização e legitimação dos ativistas pelo clima, razão pela qual a compreensão da índole da cobertura mediática é tão relevante. Mesmo com o aumento da importância das redes sociais, que servem como canais independentes de informação e interpretação da realidade para os ativistas, os meios de comunicação tradicionais mantêm a sua importância histórica para um público abrangente. A cobertura mediática de ações de ativismo climático é, assim, fundamental na contextualização do papel do ativismo no imaginário comum.

Neste sentido, a análise dos dados recolhidos foi orientada para a caracterização das representações sociais veiculadas sobre o ativismo climático. A primeira conclusão decorrente da análise de dados diz respeito à progressiva afirmação do ativismo climático no campo mediático, indiciada pela acentuada subida no número de artigos ao longo dos anos em análise. Para além dessa evolução quantitativa, vemos também significativas evoluções ao nível do conteúdo – tema central, tipo de ativismo, perfil de representação do ativista – em especial a partir do momento em que a greve estudantil chega a Portugal. No ano de 2019, o tema com maior cobertura foi o movimento estudantil, o tipo de ativismo mais frequente foi a greve e o perfil de representação dominante foi o de estudante. Apesar de a análise apenas ter incluído a chegada da greve a Portugal e o seu primeiro grande momento de ação (greve de 15 de março), os dados indicam que esta foi indubitavelmente a mudança mais significativa

no movimento pelo clima em termos de impacto mediático (e, provavelmente, em termos da própria evolução e consolidação do movimento).

Os perfis de representação do ativista contribuíram igualmente para a caracterização pretendida, revelando que as representações sobre o ativista são sobretudo favoráveis ou neutras, havendo muito poucas instâncias em que a representação dominante é negativa, sendo que estas se referiram na totalidade a ativismo no estrangeiro. Este predomínio de representações favoráveis e neutras indicia desde já a principal conclusão desta pesquisa: que o paradigma do protesto não está presente no jornal em causa. Através da análise dos diferentes indicadores que apontam para este paradigma, concluímos que o jornal não segue esta tendência, que se mostra tão prejudicial para os ativistas e os seus objetivos.

A principal limitação desta pesquisa é a incidência exclusiva sobre um jornal único, o que não permite uma análise comparativa de diferentes órgãos da imprensa. A pesquisa desenvolvida debruçou-se exclusivamente sobre o jornal *Público*, pelo que não permite a transposição das conclusões à imprensa portuguesa de uma forma mais abrangente. As tendências aqui descritas podem não se aplicar a outros jornais, em especial com pendor político mais conservador. A análise pode, pelo contrário, descrever tendências e características presentes na cobertura do jornal em questão, com a intenção de ser possível realizar estudos análogos e construir um panorama mais abrangente e detalhado da cobertura mediática portuguesa.

Para além disso, a realização de entrevistas a ativistas foi bastante diminuta, pelo que os dados aí recolhidos podem apenas abrir hipóteses de interpretação e não chegar a conclusões definitivas. Uma análise recíproca desta relação entre ativistas e meios de comunicação é importante para a compreensão da perceção dos ativistas sobre os meios de comunicação, por um lado, e das eventuais omissões ou deturpações, por outro. No futuro, a realização mais sistemática de entrevistas a ativistas pode contribuir para uma compreensão mais profunda sobre a relação entre os meios de comunicação e os ativistas.

Aprofundando as principais conclusões, a amostra recolhida no jornal *Público* revela uma cobertura extensa e variada, que engloba diferentes géneros noticiosos, diferentes formas de ativismo e que inclui uma grande variedade temática. Nos vários aspetos analisados, o primeiro semestre de 2019 revelou-se sempre excecional face aos anos anteriores. A excecionalidade do ano de 2019 é congruente com acontecimentos contemporâneos no campo do ativismo. A recolha de dados terminou no início de um momento de mudança no próprio movimento pelo clima. A internacionalização do Extinction

Rebellion e das greves climáticas estudantis veio envigorar o movimento social pelo clima e integrá-lo num contexto internacional, concertado e com muito maior participação cívica. O momento histórico vivido e os dados recolhidos, que mostram mudanças significativas no primeiro semestre de 2019, indiciam que o fim da recolha de dados coincide com um momento de viragem profunda. Será pertinente observar como evolui a cobertura para além da escala temporal definida para esta pesquisa e averiguar se as tendências verificadas se mantêm.

Como já mencionado, a chegada da greve climática estudantil foi revolucionária, tanto a nível nacional como internacional. O que é particularmente notável na entrada da greve estudantil para o campo da ação climática de bases é esta entrada no campo político, forçada e não negociável, de atores sociais que não só estavam tradicionalmente dele excluídos, mas que a sociedade como um todo via como incapazes de participação cívica séria. Motivados por um forte sentimento de injustiça, vendo o seu futuro comprometido por mecanismos que fogem do seu controlo, a noção de (in)justiça climática terá ecoado de forma particularmente intensa às gerações mais jovens. Começando com Greta Thunberg, mas rapidamente transcendendo a sua figura individual, a imagem da criança com o peso do mundo aos seus ombros, capaz, mas preocupada com o seu futuro (e o da Humanidade), mostrou-se extremamente poderosa.

A rápida organização a nível mundial das greves climáticas despoletou uma cobertura sem precedentes, alcançando em seis meses mais artigos do que no ano anterior. Isto aponta para um forte impacto mediático, em especial tendo em consideração que os jovens estudantes ativistas protagonizaram 44 dos 65 artigos publicados no primeiro semestre de 2019. Desde o início que movimento estudantil se torna central na cobertura e torna-se ele próprio objeto de interesse em si mesmo. Apesar de os jovens estudantes trazerem reivindicações específicas, a cobertura desenrola-se principalmente em torno destes novos atores no movimento e no campo da participação cívica, centrando as suas motivações, e tendo subjacente uma forte componente de personalização. Isto resultou em descrições ricas e completas sobre os ativistas, a sua importância histórica, as suas capacidades e inovação, mas menos discussão sobre o tema das alterações climáticas e as respetivas soluções.

A greve estudantil gerou tanto fascínio que, pelo menos num primeiro momento, destronou a temática das alterações climáticas enquanto central na discussão. Este protagonismo dos jovens estudantes permitiu uma reinvenção e redescoberta do ativismo e trouxe o ativismo climático para a ribalta, o que pode ser muito benéfico para o movimento,

em termos de captação de participantes e simpatizantes. No entanto, o aumento da cobertura relacionada com a greve estudantil parece ser concomitante a uma diminuição da riqueza temática dos artigos, que passam a explorar de forma mais superficial o problema e as soluções e a focar-se em grande medida no fenómeno das crianças que faltam à escola pelo clima.

Por outro lado, os jovens ativistas pelo clima não atraíram só a atenção da comunicação social, mas foram também alvo de inúmeros comentários de figuras públicas, incluindo políticos, muitos deles depreciativos. Perante a entrada no campo cívico de atores que tradicionalmente estavam dele excluídos, o jornal relata-nos reações paternalistas e condescendentes que tentaram minimizar a importância ou a adesão das greves climáticas. Segundo Thomas, Cretney e Hayward (2019), no entanto, esta foi uma tendência global e não apenas nacional, tendo dirigentes políticos por todo o mundo desconsiderado a importância histórica das greves estudantis. A voz do jornalista, no entanto, reforçou a pertinência desta participação inédita concertada e posicionou-se, por vezes denotando falta de imparcialidade, do lado dos jovens ativistas.

De facto, embora representações negativas de ativistas sejam existentes, elas são notoriamente minoritárias. Representações negativas por parte da voz do jornalista dirigem-se exclusivamente a ativismo fora de Portugal (no caso do incómodo) ou chegam-nos através de citações diretas de figuras de autoridade, no caso português. Efetivamente, os ativistas em países estrangeiros são ocasionalmente acusados de causar incómodo, distúrbios ou perturbação da vida quotidiana, havendo igualmente menções a conflitos com a população e a detenções pela polícia. Esta dimensão está completamente ausente do contexto português analisado. Revisitando os três níveis de cobertura como definidos por Gamson e Wolfsfeld (1993), vemos que o nível de cobertura padrão é o segundo nível, de enquadramento preferencial, e que por vezes chega a haver um enquadramento que denote simpatia pelo movimento.

Mesmo quando o tema são as ações de desobediência cívica promovidas pelo Extinction Rebellion, que têm como objetivo a perturbação do funcionamento quotidiano, a representação dos ativistas é exclusivamente enquanto inédito, focando as dimensões de espetacularidade e apresentando sempre o contexto que justifica as ações. Isto pode levar a uma possível interpretação do movimento português como menos confrontativo, em comparação por exemplo com o movimento britânico ou francês, que causou de facto bloqueios a cidades inteiras e que se insere numa cultura de participação cívica com um

historial de destruição de propriedade. Noutro sentido, certos momentos na cobertura poderiam ser convidativos a menções de conflito com a polícia ou a recolha de declarações oficiais por parte de forças de segurança, veja-se a entrada não permitida nos estúdios da CMTV ou a interrupção do discurso do primeiro ministro. A total ausência destes aspetos pode indiciar uma maior cumplicidade do jornal face ao movimento social nacional e que as menções a ativismo estrangeiro resultaram da reprodução de material noticioso publicado por agências de notícias internacionais.

Uma das questões centrais a que se pretendia responder prende-se com a presença, ou ausência, do paradigma do protesto na cobertura em análise. Para responder a esta questão, os diferentes aspetos do paradigma do protesto foram decompostos e analisados, revelando um paradigma marcadamente distinto dos descritos pela revisão da literatura. Com efeito, a relação entre o jornal e os ativistas revelou-se bastante mais benigna. Com uma forte componente de auto-representação, grande parte das representações veiculadas partiu dos próprios ativistas. Entre citações diretas, paráfrases de enunciados e artigos assinados pelo próprio ativista, poucas são as representações que partiram de outra parte que não do ativista. Para além disso, ao contrário do que se vê em análises realizadas por Gavin (2010) ou Carvalho (2000a), por exemplo, a representação negativa de ativistas veiculada diretamente pelo “Eu” jornalístico é inexistente no *Público*. Títulos e subtítulos com citações diretas, paráfrases de declarações de ativistas ou com afirmações que coincidem com as perspetivas dos ativistas definem o tom do artigo em solidariedade com o ativista, particularmente relevantes tendo em conta que os leitores nem sempre leem o artigo completo. Esta componente de auto-representação implica uma abdicação da palavra por parte do jornal ou do jornalista, que decide dar ao ativista uma plataforma para comunicar diretamente com o público geral e também uma abdicação da função principal do jornal de interpretação e modelação da realidade.

Dos vários indicadores que apontam para a existência do paradigma do protesto, o único que revelou alguma expressão foi o recurso a declarações de figuras de autoridade, que ocorre em 35 artigos ou 20% da amostra. Ainda assim, apesar de contrastar com os restantes indicadores, não se pode falar de uma prevalência ou grande representatividade deste indicador. Este indicador isolado, em especial com valores minoritários, não aponta para a manifestação do paradigma do protesto. Pode, pelo contrário, relacionar-se com a qualidade do jornal *Público* enquanto jornal de referência, que por isso procura contrabalançar vozes da

sociedade civil com figuras de autoridade, no sentido de manter a credibilidade do próprio jornal.

De facto, vemos que uma grande percentagem dos ativistas que intervêm são especialistas em alterações climáticas, apontando para que também os meios de comunicação procuram legitimar as suas representações. Neste sentido, vemos que a ciência desempenha um importante papel de legitimação, razão pela qual haverá um recurso frequente ao ativista-perito. Esta tendência parece, no entanto, começar a ser ultrapassada no último semestre em análise, no qual o ativista-estudante foi indubitavelmente o ator social prevalente na cobertura do ativismo climático. Será interessante analisar o período seguinte e averiguar se esta alteração no perfil de ativista dominante foi momentânea, resultado da novidade e ineditismo, ou se o perfil de estudante se consolidou enquanto ator social legítimo e prevalente.

Se o indicador referente ao recurso a declarações de figuras de autoridade poderia deixar alguma ambiguidade, todos os outros indicadores apresentam dados que vão em direção precisamente contrária à existência do paradigma do protesto: não são descritas manifestações visíveis do protesto sem explicitar o respetivo objetivo, a maioria dos artigos inclui pelo menos uma citação de ativistas, a menção a conflitos ou perturbação é extremamente minoritária e exclusiva a ações fora de Portugal e a utilização de linguagem noticiosa do crime não só é irrisória, como corresponde em grande medida à sua utilização por parte dos próprios ativistas. Ao contrário do que foi descrito por estudos de imprensa realizados na Bélgica (Reul *et al.*, 2018), em Hong Kong (Lee, 2014) e no Reino Unido (Gavin, 2010), o paradigma do protesto não tem uma presença no jornal em causa. A principal queixa dos ativistas que transpareceu na pesquisa foi o silêncio e a cobertura insuficiente e não a deturpação ou criação de representações negativas sobre ativistas.

De facto, o elemento fulcral do paradigma do protesto é o aproveitamento dos aspetos com maior impacto visual do protesto enquanto material noticioso, sem a contextualização devida que permitiria ao leitor compreender o seu motivo. Este elemento está ausente na cobertura em análise. Por um lado, uma porção significativa da cobertura não se centra em formas de ativismo com uma forte componente visual mas, pelo contrário, em formas de ativismo que primam pela discussão e exposição de exigências, como o comentário ou a denúncia. Por outro, uma grande atenuante do paradigma é a possibilidade de auto-representação dos ativistas e vemos que a cobertura em análise prima pelo espaço que cria para debate e exposição por parte dos ativistas.

Para além disso, as formas de ativismo que estariam mais predispostas a serem alvo do paradigma do protesto são aquelas com uma maior componente visual, imbuídas de ineditismo e que causem perturbações ou possíveis conflitos com fontes de autoridades, concretamente a ação direta ou desobediência cívica. Estas têm, no entanto, uma presença minoritária, em especial comparando a formas de ativismo mais tradicionais, como o comentário, a denúncia ou a manifestação. A súbita cobertura sobre a greve estudantil, no entanto, pode indicar uma inversão nesta tendência, podendo dar conta de um momento de viragem em que novas formas de ativismo começam a afirmar-se no campo jornalístico.

Por último, importa refletir sobre a ausência quase completa do conceito de justiça climática. Embora seja uma expressão utilizada com relativa frequência, muitas vezes enquanto permutável com o movimento pelo clima, o conceito de justiça climática é pouco explicitado, tanto por jornalistas como por ativistas. De facto, apenas um artigo de opinião tem como tema central a injustiça inerente à distribuição dos riscos e mesmo nesse artigo não se menciona um aspeto central da transição justa, o dever moral dos países mais emissores compensarem os países que mais vão sofrer as consequências. Enquanto que em artigos em que não há auto-representação, a ausência deste conceito poderia resultar de uma omissão, intencional ou não, por parte do jornal, o facto de o conceito estar ausente mesmo em artigos em que o autor é ativista exige uma maior reflexão em relação à verdadeira importância da justiça climática para o ativismo nacional.

Esta omissão pode indiciar que a justiça climática não é de facto prioritária para o movimento pelo clima em Portugal ou, pelo contrário, que esta omissão se inclui numa estratégia deliberada de comunicação externa. Ao focar o contexto português na comunicação externa, e consequentemente omitir o conceito da justiça climática, os ativistas podem procurar evitar a criação de "anticorpos" no público geral ao serem levantadas inconvenientes questões de responsabilidade histórica e passado colonial. Mas a questão pode ser mais profunda do que uma omissão deliberada para a comunicação social.

No contexto português, ainda que Portugal não seja dos países mais emissores devido à pequena dimensão e industrialização tardia e ainda que seja dos países europeus mais em risco com os efeitos das alterações climáticas, a crise climática não é ainda uma realidade com que se lide diariamente. Assim, não é sentida ainda a urgência e a injustiça que se sente nos países do Sul global. Isto coincide com a tendência apresentada na revisão da literatura referente à menor insistência sobre a justiça climática no discurso de países no Norte global, evitando-se a atribuição de culpa (Dernbach, 2011; Kleres e Wettergren, 2017). Enquanto que

no Sul global, falar de crise climática implica automaticamente falar de injustiça, em Portugal o movimento pelo clima tem o privilégio de conseguir construir um discurso no qual conceitos como justiça climática, responsabilidade histórica e compensação financeira aos países do Sul global são bastante periféricos, pelo menos no que transpareceu nos artigos em análise. Ainda assim, e em especial devido à responsabilidade histórica acrescida decorrente do nosso passado colonial, o movimento português deveria priorizar a solidariedade com os países não industrializados do Sul global para os quais as alterações climáticas não são um problema abstrato do futuro, mas uma realidade constante presente.

Em última análise, esta investigação procurou descrever e analisar os olhares da imprensa sobre o ativismo climático, o que foi feito através do estudo de um jornal. As conclusões retiradas podem ser relevantes para o futuro do movimento português pelo clima, em termos de aproximação aos canais de comunicação *mainstream* e de avaliação do impacto mediático. Seria, no futuro, interessante poder comparar os resultados aqui obtidos com outras análises de outros jornais ou canais de comunicação e assim alargar a nossa compreensão sobre o ativismo climático na comunicação social portuguesa.

Como transpareceu ao longo da análise de dados, a escala temporal observada incluiu um momento de mudança profunda, o que gera importantes questões sobre o futuro da ligação entre o ativismo climático e os órgãos de comunicação. A presente investigação abre caminho para futuras análises, que poderão acompanhar esta relação de (inter)dependência após uma fase de crescente fortalecimento e coesão do movimento. No entanto, a pandemia da COVID-19 que irrompeu no início de 2020, veio interromper abruptamente esta evolução e enfatizar a incerteza vivida pelo movimento pelo clima em relação à nossa capacidade coletiva para fazer face a este desafio. Como em qualquer crise imediata, os meios de comunicação relegaram uma vez mais a emergência climática para segundo plano, com possíveis consequências desastrosas em termos de ação climática e da sustentabilidade do movimento. Tal como o período em análise nesta dissertação acompanhou o movimento pelo clima numa fase decisiva e de profunda transformação, também eventuais futuras análises englobarão momentos de profunda incerteza, numa década indubitavelmente decisiva para o futuro da Humanidade.

8. Referências Bibliográficas

- Anderson, Kevin, Corine le Quéré e Carly Mclachlan. 2014. “Radical emission reductions: the role of demand reductions in accelerating full decarbonization.” *Carbon Management*. 5 (4): 321-323.
- Araújo, Luísa e Maria João Coelho. 2013. “Políticas públicas de energia e ambiente: rumo a um país sustentável?” *Sociologia, Problemas e Práticas*. 72: 145-158.
- Bacon, Wendy e Chris Nash. 2012. “Playing the *media* game: the relative (in)visibility of coal industry interests in *media* reporting of coal as a climate change issue in Australia.” *Journalism Studies*. 13 (2): 243-258.
- Bardin, Laurence. 1977. *Análise de Conteúdo*. Trad: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70.
- Bergman, Noam. 2014. “Climate change and public discourse of climate change in the UK.” *Carbon Management*. 5 (4): 339-348.
- Boykoff, Maxwell T. e Jules M. Boykoff. 2007. “Climate change and journalistic norms: a case study of US mass-media coverage.” *Geoforum*. 38: 1190-1204.
- Bruno, Kenny, Joshua Karliner e China Brotsky. 1999. *Greenhouse Gangsters vs. Climate Justice*. São Francisco: TRAC (Transnational Resource and Action Center).
- Butler, Colin D., Peter Sainsbury e Fiona Armstrong. 2015. “Civil disobedience, the energy-climate nexus and Australian coal exports.” *Australian and New Zealand Journal of Public Health*. 39 (1): 93.
- Cardoso, Gustavo. 2014. *Os Media na Sociedade em Rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Campos, Ricardo, Inês Pereira e José Alberto Simões. 2016. “Ativismo digital em Portugal: um estudo exploratório.” *Sociologia, Problemas e Práticas*. 82: 27-47.
- Carmichael, Jason T. e Robert J. Brulle. 2017. “Elite cues, media coverage and public concern: an integrated path analysis of public opinion on climate change, 2001-2013.” *Environmental Politics*. 26 (2): 232-252.
- Carvalho, Anabela. 2000a. “Environmental organizations and the discursive construction of climate change: re-reading activism in the British press.” Apresentado na 41ª convenção da International Studies Association, Los Angeles, 15-18 março.
- Carvalho, Anabela. 2000b. “Climate change in the news: a study of the British press.” em *Climate Change and Small Islands: The Role of The Media*. Editado por D. Wickermaratne. SriJayawardenapura: APFEJ. 108-114.
- Carvalho, Anabela. 2011. *As Alterações Climáticas, os Media e os Cidadãos*. Coimbra: Grácio Editor.

- Cook, John, Dana Nuccitelli, Sarah A. Green, Mark Richardson, Bärbel Winkler, Rob Painting, Robert Way, Peter Jacobs e Andrew Skruce. 2013. “Quantifying the consensus on anthropogenic global warming in the scientific literature.” *Environmental Research Letters*. 8: 1-7.
- Crato, Nuno. 1982. *A Imprensa*. Lisboa: Editorial Presença.
- Delina, Laurence, Mark Diesendorf e John Merson. 2014. “Strengthening the climate action movement: strategies from histories.” *Carbon Management*. 5 (4): 397-409.
- Dernbach, John C. 2011. “Can the battle against climate change become an effective social movement?” *Ethics in Science and Environmental Politics*. 11: 27-30.
- Doulton, Hugh e Katrina Brown. 2009. “Ten years to prevent catastrophe? Discourses of climate change and international development in the UK press.” *Global Environmental Change*. 19: 191-202.
- EPA (United States Environmental Protection Agency). 2017. *Inventory of U.S. Greenhouse Gas Emissions and Sinks: 1990-2015*. https://www.epa.gov/sites/production/files/2017-02/documents/2017_complete_report.pdf. [11/03/2019]
- Extinction Rebellion, “Our demands” <https://rebellion.earth/the-truth/demands/> [17/02/2020].
- Feldman, Laurent, Edward W. Marbach, Connie Roser-Renouf e Anthony Leiserowitz. 2012. “Climate on cable: the nature and impact of global warming coverage on Fox News, CNN and MSNBC.” *The International Journal of Press/Politics*. 17 (1): 3-31.
- Feldman, Lauren e P. Sol Hart. 2016. “Using political efficacy messages to increase climate activism: the mediating role of emotions.” *Science Communication*. 38 (1): 99-127.
- Felice, Massimo di. 2018. *Net-ativismo: da ação social para o ato conetivo*. São Paulo: Paulus Editora.
- Gamson, William A. e Gadi Wolfsfeld. 1993. “Movements and media as interacting systems.” *Annals of the American Academy of Political and Social Science*. 528: 114-125.
- Gavin, Neil. 2010. “Pressure group direct action on climate change: the role of the media and the web in Britain – a case study.” *The British Journal of Politics and International Relations*. 12: 459-475.
- Granato, Len. 2003. *Newspaper Feature Writing*. Sydney: UNSW Press e Deakin University Press.
- Green, Matthew. 2019. “Scientists endorse mass civil disobedience to force climate action.” *Reuters*. <https://af.reuters.com/article/worldNews/idAFKBN1WS01F> [17/02/2020].
- Guerra, Isabel Carvalho. 2006. *Pesquisa Quantitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e Formas de Uso*. Cascais: Princípia.
- Guggenheim, Davis. 2006. *An Inconvenient Truth*. DVD. Estados Unidos da América.

- Gunningham, Neil. 2019. “Averting climate catastrophe: environmental activism, Extinction Rebellion and coalitions of influence.” *King’s Law Journal*. 30(2): 194-202.
- Hale, Stephen. 2010. “The new politics of climate change: why we are failing and how we will succeed.” *Environmental Policies*. 19 (2): 255-275.
- Hannigan, John A. 1995. *Sociologia do Ambiente*. Trad: Clara Fonseca. Lisboa: Instituto Piaget.
- Harré, Rom. 1993 (1989). “Grammaire et lexiques, vecteurs des représentations sociales.” *Les Représentations Sociales*. Ed. Denise Jodelet. Paris: Presses Universitaires de France. 131-151.
- Horta, Ana e Susana Fonseca. 2015. “Eficiência energética: mudanças no comportamento e representações.” *Ambiente, Território e Sociedade: Novas agendas de investigação*. Ed: João Ferrão e Ana Horta. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais. 69-76.
- IPCC. 2014. *Climate Change 2014: Synthesis Report: Contribution of Working Groups I, II and III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Genebra: IPCC.
- IPCC. 2018. *Global Warming of 1.5°C: An IPCC Special Report on the impacts of global warming of 1.5°C above pre-industrial levels and related global greenhouse gas emission pathways, in the context of strengthening the global response to the threat of climate change, sustainable development, and efforts to eradicate poverty*. Genebra: IPCC.
- Jensen, Derrick. 2009. “Forget shorter showers: why personal change does not equal political change.” *Orion*. <https://orionmagazine.org/article/forget-shorter-showers/> [21/01/2019].
- Jiménez-Castillo, David e José Manuel Ortega-Egea. 2015. “Too positive to change? Examining optimism bias as a barrier to *media* effects on environmental activism.” *Journal of Environmental Psychology*. 43: 216-225.
- Jodelet, Denise. 1993 (1989). “Représentations sociales: un domaine en expansion.” *Les Représentations Sociales*. Ed. Denise Jodelet. Paris: Presses Universitaires de France. 31-61.
- Johnston, Hank. 2014. *What is a Social Movement?* Cambridge: Polity Press.
- Kenis, Anneleen e Erik Mathijs. 2012. “Beyond individual behaviour change: the role of power, knowledge and strategy in tackling climate change.” *Environmental Education Research*. 18 (1): 45-65.
- Klein, Naomi. 2014. *This Changes Everything: Capitalism vs. the Climate*. Londres: Penguin Books.
- Kleres, Jochen e Åsa Wettergren. 2017. “Fear, hope, anger and guilt in climate activism.” *Social Movement Studies*. 16 (5): 507-509.
- Kluttz, Jenalee e Pierre Walter. 2018. “Conceptualizing learning in the climate justice movement.” *Adult Education Quarterly*. 68 (2): 91-107.

- Lee, Francis L. F. 2014. "Triggering the protest paradigm: examining factors affecting news coverage of protests." *International Journal of Communication*. 8: 2725-2746.
- Le Treut, H., R. Somerville, U. Cubasch, Y. Ding, C. Mauritzen, A. Mokssit, T. Peterson e M. Prathe. 2007. "Historical Overview of Climate Change." *Climate Change 2007: The Physical Science Basis*. Cambridge: Cambridge University Press. 93-127.
- Lemons, John e Donald A. Brown. 2011. "Global climate change and non-violent civil disobedience." *Ethics in Science and Environmental Politics*. 11: 3-12.
- Lester, Libby e Brett Hutchins. 2009. "Power games: environmental protest, news media and the internet." *Media Culture and Society*. 31 (4): 579-595.
- Lorenzoni, Irene, Sophie Nicholson-Cole e Lorraine Whitmarsh. 2007. "Barriers perceived to engaging with climate change among the UK public and their policy implications." *Global Environmental Change*. 17: 445-459.
- Maibach, E. W., Roser-Renouf, C., & Leiserowitz, A. 2008. "Communication and marketing as climate change-intervention assets: A public health perspective." *American journal of preventive medicine*. 35(5): 488-500.
- Mckibben, Bill. 2011. "Disobedience." *Christian Century*. 128 (1): 10-11.
- Merry, K. Melissa. 2012. "Environmental groups' communication strategies in multiple media." *Environmental Politics*. 21 (1): 49-69.
- Moscovici, Serge. 1988. "Notes towards a description of social representations." *European Journal of Social Psychology*. 18: 211-250.
- Moscovici, Serge. 1993 (1989). "Des représentations collectives aux représentations sociales." *Les Représentations Sociales*. Ed. Denise Jodelet. Paris: Presses Universitaires de France. 62-86.
- Narassimhan, Easwaran, Kelly S. Gallagher, Stefan Koester e Julio Rivera Alejo. 2018. "Carbon pricing in practice: a review of existing emissions trading systems." *Climate Policy*. 18 (8): 967-991.
- Nerlich, Brigitte e Nelya Koteyko. 2009. "Carbon reduction activism in the UK: lexical creativity and lexical framing in the context of climate change." *Environmental Communication*. 3 (2): 206-223.
- Nulman, Eugene. "Brief History of climate change policy and activism." *Climate Change and Social Movements*. Hampshire: Palgrave Macmillan. 8-23.
- Nunes, Cristina. 2014. "O conceito de movimento social em debate: dos anos 60 até à atualidade." *Sociologia, Problemas e Práticas*. 75: 131-147.
- Ockwell, David, Lorraine Whitmarsh e Saffron O'Neill. 2009. "Reorienting climate change communication for effective mitigation: forcing people to be green or fostering grass-roots engagement?" *Science Communication*. 30 (3): 305-327.

- Neale, Jonathan. 2014. *One Million Climate Jobs*. Londres: The Marsten Press. https://campaigncc.org/sites/data/files/Docs/one_million_climate_jobs_2014.pdf [13/02/2020].
- Poplawski-Stephens Paulina. 2014. “What would be the consequences of not meeting Kyoto carbon targets?” *The Institution of Environmental Sciences*. <https://www.the-ies.org/analysis/what-would-be-consequences-not> [09/10/2019].
- Porta, Donatella Della e Mario Diani. 2006 (1998). *Social Movements: an Introduction*. Malden: Blackwell Publishing.
- Quivy, Raymond. 2013 (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Traduzido por João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes e Maria Carvalho. Lisboa: Gradiva.
- Reul, Robin, Steve Paulussen, Daniëlle Raeijmaekers, Laurens van der Steen e Pieter Maesele. 2018. “Professional journalistic routines and the protest paradigm: the Big Potato Swap in traditional and alternative *media*.” *Journalism*. 19 (7): 899-916.
- Rosa, Gonçalo Pereira. 2006. *A Quercus nas Notícias: Consolidação de uma fonte não oficial nas notícias de ambiente*. Porto: Porto Editora.
- Roser-Renouf, Connie, Edward W. Maibach, Anthony Leiserowitz e Xiaoquan Zhao. 2014. “The genesis of climate change activism: from key beliefs to political action.” *Climatic Change*. 125: 163-178.
- Salzman, Jason. 2003. *Making the News: A guide for activists and non-profits*. Boulder: Westview Press.
- Scarparo, Helena e Márcia Pedroso. 2010. “Representações: Movimentos de imagens e palavras vividas.” *Representações Sociais em Movimento: Psicologia do ativismo político*. Ed. Pedrinho Guareschi, Aline Hernandez e Manuel Cárdenas. Porto Alegre: EDIPUORS. 15-22.
- Schlembach, Raphael. 2011. “How do radical movements negotiate their environmental and their social agendas? A study of debates within the Camp for Climate Action (UK).” *Critical Social Policy*. 31 (2): 194-215.
- Schmidt, Luísa, João Ferrão, João Guerra, João Morais Mourato, Adriana Ferreira Alves, Alexandra Baixinho e José Gomes Ferreira. 2015. “Adaptação às alterações climáticas nos municípios: um processo de aprendizagem social.” *Ambiente, Território e Sociedade: Novas agendas de investigação*. Ed: João Ferrão e Ana Horta. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais. 125-131.
- Silverman, David. 2001 (1993). *Interpreting Qualitative Data: Methods for Analysing Talk, Text and Interaction*. Londres: SAGE Publications.
- Slood, Daniel, Maja Kutlaca, Vanja Medugorac e Petra Carman. 2018. “Recycling alone or protesting together? Values as a basis for pro-environmental social change actions.” *Frontiers in Psychology*. 9: 1-10.
- Smith, Jackie. 2001. “Globalizing resistance: the battle of Seattle and the future of future movements.” *Mobilization*. 6: 1-37.

- Smith, William. 2011. "Civil disobedience and the public sphere." *The Journal of Political Philosophy*. 19 (2): 145-166.
- Sobottka, Emil A. 2010. "Movimentos sociais e a disputa pela interpretação da realidade." *Representações Sociais em Movimento: Psicologia do ativismo político*. Ed. Pedrinho Guareschi, Aline Hernandez e Manuel Cárdenas. Porto Alegre: EDIPUORS. 23-36.
- Spink, Mary Jane P. 1993. "O conceito de representação social na abordagem psicossocial." *Cadernos de Saúde Pública*. 9 (3): 300-308.
- Stammers, Neil e Catherine Eschle. 2005. "Social movements and global activism." *Global Media, Global Activism*. Ed: Wilma de Jong, Martin Shaw e Neil Stammers. Londres: Pluto Press: 50-67.
- Storm, Servaas. 2009. "Capitalism and climate change: can the invisible hand adjust the natural thermostat?" *Development and Change*. 40 (6): 1011-1038.
- Taylor, Matthew e Damien Gayle (2018-11-17). "Dozens arrested after climate protest blocks five London bridges". *The Guardian*. [11/02/2020].
- Taylor, Steven J., Robert Bogdan e Marjorie Devault. 2016. *Introduction to Qualitative Research Methods*. Nova Jérσία: John Wiley & Sons Inc.
- Thomas, Amanda, Raven Cretney e Bronwyn Hayward. 2019. "Climate Strike 4 Climate: Justice, emergency and citizenship." *New Zealand Geographer*. 75: 96-100.
- Torabi, Elnaz, Aysin Dedekorkut-Howes e Michael Howes. 2017. "Not waving, drowning: can local government policies on climate change adaptation and disaster resilience make a difference?" *Urban Policy and Research*. 35 (3): 312-332.
- Vala, Jorge. 1993. "As representações sociais no quadro dos paradigmas e metáforas da psicologia social." *Análise Social*. 27 (123-124): 887-919.
- Vala, Jorge. 1997. "Representações sociais e percepções intergrupais." *Análise Social*. 30 (140): 7-29.
- Wigley, T. M. L. e S. C. B. Raper. 1990. "Natural variability of the climate system and detection of greenhouse effect." *Nature*. 344: 324-327.
- Yin, Robert K. 1989. *Case Study Research: Design and Methods*. Londres: SAGE Publications.